

Revista de cultura trasmontana e duriense



Revista *Tellus*
Câmara Municipal de Vila Real

Director: A. M. Pires Cabral

Periodicidade: bi-anual

Distribuição gratuita

Tellus
71

TELLUS – Revista de cultura trasmontana e duriense

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real
NIPC: 506359670

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 71

Vila Real, 11 de Novembro de 2019

Tiragem: 300 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Paginação e impressão: Rainho & Neves Lda.,
Rua do Souto, 8, 4520-612 São João de Ver

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira, António Adérito Alves Conde, António Pimenta de Castro, Elísio Amaral Neves, Isabel Maria Fernandes Alves, Sebastião Bravo

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
71

Que coisa é o *Eusébio Macário*?¹

A. M. Pires Cabral

Duas coisas fez Camilo Castelo Branco ao longo da vida com notável afínco, competência e comprazimento: chorar e rir.

Chorar. É natural, a vida não lhe foi nenhum mar de rosas. Sem outros recursos além do seu génio, mourejou a gosto e a contragosto para assegurar o pão na mesa da casa amarela. Cumulativamente com esta maldição, a saúde fez-lhe negaças a vida inteira. Camilo é verdadeiramente um *case study* de hipocondria. Ainda na casa dos trinta começou a chamar-se velho e a decretar metodicamente a falência dos diversos órgãos, um por um. Felizmente, a seguir a cada crise, os órgãos como que se regeneravam miraculosamente e retomavam o seu funcionamento regular — excepto os da visão, que, esses sim, o levariam à morte, delegada num tiro de pistola que terá sido a sua última lamentação ou, quem sabe, a sua última gargalhada.

Mas ser sempre infeliz também cansa. Tanta infelicidade precisava do seu contrário. E assim é que, tão premente nele como a necessidade de se carpir, era a necessidade de rir, troçar, chalacear. A sua vida — resumindo — foi uma lamúria pegada com largas intermitências de riso.

Era por via de regra um riso *contra*. E muitas vezes violento. Raro encontramos nas suas obras exemplos de riso benigno, amorável. Zangado com a vida como toda a vida foi (e com razão), tinha necessidade de se compensar, parodiando e parodiando-se, dissecando com o bisturi da irrisão tudo o que lhe provocasse a mínima urticária. De preferência fazendo sangue. O riso da sua

1 Este texto serviu de prefácio a uma edição do *Eusébio Macário* publicada pelo jornal *Expresso* em 2016.

predilecção era aquele que fere de morte.

Porque Camilo tinha um ego altamente inflamável e, mais do que isso, de tipo lança-chamas — herança do génio assomadiço e rufião dos Brocas de Vila Real —, permanentemente disponível para a polémica e o afrontamento. Leal e generoso para com os amigos, era implacável para com os adversários. Não havia quem, tendo-lhas feito, lhas não pagasse. E de preferência com língua de palmo. Lembremos um desafortunado poeta brasileiro que ousou criticar o *Cancioneiro Alegre*. Camilo acusa-o: «[...] escreve imortais infâmias, chasqueando com a inexorável enfermidade que me acompanha desde a juventude e vai às enfermarias dos hospitais buscar termos demonstrativos da minha incapacidade literária.» Esta coisa da ‘incapacidade literária’ deve ter sido a gota de água: Camilo tinha em altíssima conta a dignidade de «escritor público» e não aturava que lhe bulissem com ela. Havia que castigar. Chamando-se o poeta Tomás Filho, adivinha-se facilmente a ponta por onde Camilo lhe pegou: o próprio apelido, Filho, especialmente ajeitado a certa caçoada rasteira e assassina.

Era este o riso com que Camilo aplacava os rancores.

É justamente o riso (este riso?) que nos traz ao *Eusébio Macário*.

Que coisa é o *Eusébio Macário*? Na obra quilométrica do grande jornaleiro das letras — obra tão diversa e multiforme que nela podemos encontrar um pouco de tudo, como na botica —, que lugar ocupa este livro inesperado, que rompe ruidosamente com o *antes* da novela camiliana e a vai alterar para sempre?

Camilo confessa em carta a um amigo que teve a intenção de divertir o público. «Estimo que o *Eusébio Macário* fizesse rir. Era o escopo que eu tinha de olho.» Mas quê? Pode-se fazer rir de muitas maneiras, e Camilo não ajuda a dizer qual. Pelo contrário, lança sobre o caso uma cortina de fumo (será talvez excessivo dizer: engendra uma estratégia). E nós especulamos. Seria o *Eusébio Macário* um simples exercício de emulação de escola, empreendido quase por diversão? Ou, menos inocentemente, uma caricatura acintosa? Ou ainda uma vingança espirrada na cara dos atrevidos arautos da nova literatura, que afanosamente desacreditavam os cânones ficcionais a que Camilo toda a vida tinha obedecido, e na verdade tinham feito a sua reputação literária?

Presumindo em Camilo uma certa inocência (coisa nem sempre fácil de presumir naquela mente complicada), pode considerar-se benevolmente que ele apenas quis fazer uma réplica neutra e brincada dos temas e processos da escola nova. Receoso contudo de que o livro ficasse aquém das expectativas e não tivesse a recepção que convinha às suas finanças — e talvez também porque publicá-lo podia ser visto como uma apostasia ou uma rendição do velho romancista —, saiu-se com aquela rábula da aposta a que acima se chamou cortina de fumo (estratégia, definitivamente não: Camilo era demasiado espontâneo para urdir estratégias).

Na dedicatória do livro a uma «querida amiga», confessa: «Perguntaste-me se um velho escritor de antigas novelas poderia escrever, segundo os processos novos, um romance com todos os ‘tiques’ do estilo realista. Respondi temerariamente que sim e tu apostaste que não. Venho depositar no teu regaço o romance, e na tua mão o beijo da aposta que perdi.» (A querida amiga é obviamente Ana Plácido, que tinha os seus fumos de literata e, nos longos serões de São Miguel, depois de ter despachado a criadagem com as ordens para o dia seguinte, conversava coisas de literatura mano a mano com o companheiro.)

Mas há que ser cauto: Camilo não costuma dar ponto sem nó. A confissão de aposta perdida é uma pequena impostura. É certo que, defendendo-se da acusação de segundas intenções, Camilo trata de estampar no prefácio da 2.^a edição: «Cumpre-me declarar que eu não intentei ridicularizar a escola realista. Quando apareceram o *Crime do Padre Amaro*, o *Primo Basílio* e os romances de Teixeira de Queirós, admirei-os, e escrevi ingenuamente o testemunho da minha admiração.» De facto escreveu. Mas — havia sinceridade nisso? E mais: não deixava ele sempre nesses testemunhos, falsos como Judas, o fio solto de um qualquer pormenor desairoso — do género «essas tropelias que eles fazem na sintaxe e no senso comum» ou os «admiráveis defeitos» de *O Crime do Padre Amaro*? Mesmo quando numa carta se refere a Júlio Dinis — que de resto navegava noutras águas e por quem a sua simpatia parece genuína —, troca o título de *As Pupilas do Senhor Reitor* por *Pupilas do Abade*. Lapso de memória? Não: maroteira refalsada.

Se o *Eusébio Macário* não é chacota, parece. A que outro fim, senão caçoar, vem por exemplo a minuciosa, gratuita e penosa enumeração das ervas da botica, dezenas delas, com descrição completa da morfologia e propriedades terapêuticas? Ou o catálogo das aves, na manhã em que Justino entra na freguesia? E sobretudo a que vêm as referências a padecimentos do tracto digestivo: «velhas que impam e arrotam com grandes borborigmos de gases» ou «o pai e o abade inveterados nas hemorróidas»?

E todavia «eu não intentei ridicularizar a escola realista», protesta ele em pose de virgem ofendida — trazendo-nos estranhamente à ideia o celebrado discurso shakespeariano de Marco António.

Lembremos o que escreve numa carta a Silva Pinto:

«O *Eusébio Macário* foi uma disenteria de todo o meu ‘génio’. Derramou-se-me o cérebro naquela dejectação [...].»

E noutra carta:

«Há pouco me dizia ele [o filho Jorge], lendo uma página da *Corja*:

— Se isto assim vai, daqui a pouco...

— Daqui a pouco, o quê?

Pediu-me licença, com o chapéu na mão, e continuou:

— Daqui a pouco, escreve-se: “Senhoras traquejavam-se; p***s ouviam-se.”²

Tornou a pedir perdão, e cobriu-se.»

Esta cena, é mais que certo, não passa de uma patranha destinada a ridicularizar o Realismo, associando-o às funções torpes da fisiologia — coisa que, como poucas, é susceptível de provocar o riso canalha em Portugal.

O reiterado recurso a alusões de natureza escatológica — disenteria, dejeção, hemorróidas, gases, borborismos e afins — poucas dúvidas deixa sobre as intenções de Camilo: achincalhar, proclamar a superioridade (pelo menos a nível de bom gosto) do coração sobre o baixo-ventre. Isto é, a superioridade da novela romântica idealista sobre a novela naturalista com o seu engodo pelo sórdido e pelo repulsivo, e por «descrever as tetas das mulheres». «O último feito das novelas [realistas]», tinha dito ele, nas *Novelas do Minho*, «é não pintar, com o colorido gótico dos românticos, os quadros comoventes que rutilam na alma a fásca do entusiasmo. Agora somente se pintam as gangrenas com as cores roxas das chagas, e com as cores verdes das podridões modernas. Nos literatos o que predomina é o verde, e nas literaturas é o podre.» E, no prefácio da 5.^a edição do *Amor de Perdição*: «Pois que estou a dobrar o cabo tormentório da morte, já não verei onde vai desaguar este enxurro, que rola no bojo a Ideia Novíssima.» A palavra ‘enxurro’ vai bem com disenteria, etc.

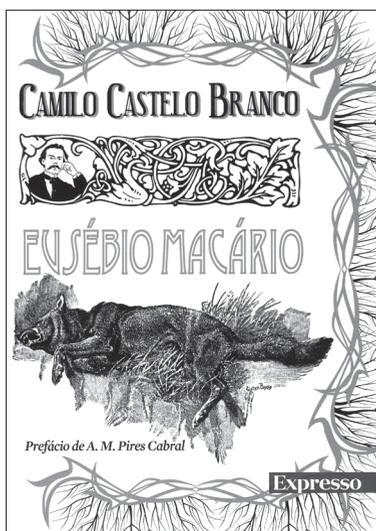
É forçoso ver em toda esta artilharia uma intenção punitiva. Camilo tinha, no dizer de Aquilino Ribeiro, «o realismo trancado na garganta». Com razão. Em época de efervescência e proselitismo aguerrido, a nova geração, impante da Ideia Nova que trazia no bucho, proclamava alto e bom som a necessidade de uma literatura regeneradora da sociedade, moderna, ancorada nos progressos da ciência. Ao mesmo tempo decretava a obsolescência da novela romântica, expondo-lhe os podres e comparando-a desairosamente com o novo romance. Eça de Queirós, figura de proa, explicara em 1871 a que vinha o Realismo por oposição ao Romantismo: «É a negação da arte pela arte; é a proscrição do convencional, do enfático e do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção usando da inchação do período, da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos.»

Camilo, mesmo sem se ver citado por nome, lia coisas destas, apalpava-se — e achava que entendiam com ele os adjectivos desprimorosos. Admitindo embora admiração pela *nova progenies*, na verdade afinava com as suas petulâncias e irreverências. O seu ego, já se disse, era altamente inflamável e propenso a retaliar.

2 O eufemismo dos asteriscos é de nossa responsabilidade. Camilo escreveu a palavra por claro.

De cada vez que lia uma provocação — Camilo lia tudo —, sentia-se azedar, acumular-se-lhe a bÍlis e exigir desforço. O seu ágil varapau lá ia ripostando como podia. Mas bordoadas ocasionais não o apaziguavam. Impunha-se um desagravo grande e definitivo como uma apoteose. Que acabou por deflagrar a seu tempo, e foi a estrondosa girândola que se chamou *Eusébio Macário*, seguida do *encore* não menos espectacular que foi *A Corja*. A que Camilo, inveterado na impostura, chamaria «dois frÍvolos livrecos».

Aposta, emulação, caricatura, *show-off*, prova de vida, descarga de bÍlis, desafronta... Quem o pode dizer ao certo? E interessa? Mesmo não querendo tomar partido na velha pendência que opõe os que defendem o primado do Autor sobre a Obra aos que defendem justamente o contrário, ocorre-nos uma pergunta: terão os estados de alma do Autor assim tanta importância — quando o produto final é esta esplêndida, imensa e perene gargalhada?



Glossário ameno trasmontano (de humor e amor à caça) – 3

Ângelo Sequeira

Até que... enfim!

Já o Toneco dizia que ainda não tinha aparecido o mata-tudo. Dizia-o a tentar limpar-se de qualquer seu falhanço ou a tentar desculpar o mesmo em qualquer seu compadre. Que se não fosse seu compadre arrasava-o. Ainda bem que ele não estava lá naquele dia, naquela hora, naquele sítio. Que ele, a mim, nessa situação ter-me-ia também arrasado. É que, isto em fins de 1994 ou inícios de 1995, convidado de honra para uma Montaria em mansão ribeirinha de esplendor, *porta* em estradão limpo e largo de dez metros, trajecto eventual do javardo adivinhado graças aos indesmentíveis e recentes vestígios no solo, uma vez a *fera* à vista, disparo seco e único de caçadeira, por pasmo do caçador, e afastamento impávido e sereno do perseguido pela canzoada, ainda por cima com uma testemunha à vista, a duas centenas de metros. Inacreditável!

De facto o mata-tudo ainda não tinha aparecido nem eu me sentia de modo algum um mata-tudo mas sempre ouvi dizer que o que é demais é moléstia. Daqui que logo nos dias seguintes, não estremunhei nas noites porque nessa altura a minha vida profissional não mo permitiria, apressei-me a adquirir uma carabina, a conselho de um familiar credenciado. E quando naquele dia, 17 de Dezembro de 1995, chegámos a Gregos com todos pacientemente à nossa espera, a mim calhou-me a *porta* 20, onde com um único tiro, o meu primeiro tiro de carabina, da minha primeira carabina, a tal da minha vingança, às 15H34, já no fim da Montaria, abati o meu primeiro javali (o 1).

Tempos depois, a 17 de Fevereiro de 1996, saído estafadinho, pelo cumprimento dum Serviço de Urgência, do HVR, foi em Talhinhas, também já tarde, às 17H40, que abati outro, o meu segundo javali (o 2), na por mim suspeitada contemplada *porta* 31, quando o da 32 não atirou por ser *caçadeira* e o que sofreu à espera que eu puxasse o gatilho, contou-me ele só no fim.

O terceiro (o 3), foi em S. Pedro da Silva ainda em 1986, em Dezembro. Um porco que, quase em frente a mim, *porta* 14, resolveu começar a subir a encosta na sombra. Três tiros e o bicho ficou. Eram 13H54. Disse depois um companheiro (o da 16 ou da 17) que aquela beliscadura da pata posterior esquerda era da sua autoria. Seria? O porco foi-me atribuído por lhe terem descoberto posteriormente dois impactos, meus, muito sérios. Os, para ele, fatais.

De novo em Gregos, conduzido para a *porta* 30 onde o Sr. José me aconselhou: "O Sr. agora veja o melhor modo de se ajeitar!", eu ajeitei-me e às 12H56 obtive o quarto (o 4), de facto numa posição no terreno que não teria permitido o tiro se eu não me tivesse ajeitado. Há que seguir sempre os conselhos dos avisados!

O quinto (o 5) foi em Torre do Pinhão, já em Janeiro de 1998. Dos meus apontamentos deduzo que tinha dormido mal, que persegui um taxista apressado até à concentração dos caçadores, que me calhou a *porta* 50, que houve chuva, mau tempo, gente a passear e vozear, inclusivamente os agentes da autoridade a pontapear ruidosamente as pedras e finalmente um javali por mero acaso, digo eu, a atravessar-se-me e que ao meu disparo, que eu visse, só tropeçou. Da minha parte só imprecações: Dorme-se mal... e depois dá nisto! Vá lá que surgiu o Sr. Timóteo com o "Zé Maria", um robusto podengo médio de pêlo cerdoso, a seguir-lhe o rasto. Apareceram com ela, era uma fêmea corpulenta e ruça, com um tiro de barriga, já no fim do jantar. O único javali que se matou naquele dia! No leilão rendeu cem contos! Para mim valeu mais... só o ela ter aparecido!

O sexto (o 6) foi também em Gregos, ainda em Novembro de 1998, quando o adivinhei em 50 metros de *limpo* entre as frondosas estevas e robustos tojos e o segurei, a cem metros com um *tiro de rim*. Ao impacto da bala o reco grunhiu, ao que eu retorqui: "Chamar nomes, não vale!...". Às 15H36.

Já o sétimo (o 7) foi mais longe no tempo e no terreno. Foi em Dezembro de 2000 na Herdade da Crucieira, à entrada de Portalegre, ao abrigo, como sócio do Clube Português de Monteiro, por sorteio na *porta* 60. Sem mais história que uma boa organização e um tiro difícil, às 13H25, ao apanhá-lo a esgueirar-se entre duas fragas.

Também o oitavo (o 8) não teve grande história. Que também era pequeno... Cerca de 50 quilos. Na Herdade da Maúcha (Marmelar) com "Monteiros do Odiana" a atravessar um rapado, estremecido por um meu accidental e leve ruído

numa lacada do fuste ao movimentar a arma. Para alguma precisão, no dia 9 de Dezembro de 2000, às 13h45.

Já mais ao Norte é que caiu o nono (o 9). Em Meixedo, Vale das Corças, Montalegre, às 14H24 de 7 de Janeiro de 2001. Ainda bem que no primeiro *gancho* não me saiu nada. No segundo fiquei num estradão com os pés na lama, mais lameiro por trás, mato pela direita e pela esquerda, e ainda outro grande lameiro todo inundado em frente, onde acabou por aparecer aquele “ciclista” que derrubei com um tiro de coluna e que acabei por fixar com mais dois disparos.

Continuando a Norte mas agora no desnorte, chamemos-lhe assim, duma espera “privada” (de novo, chamemos-lhes assim). Aliciado, desafiado e incentivado pelo proprietário do terreno, para lá fui uma noite sempre a ouvir a tal recomendação: “Não faça como da outra vez, que deixou fugir o porco... o tal da Quinta das Carvalhas!” Apareceu primeiro um vulto pequeno que começou a comer à vontade. Depois um maiorzito com cerca de uma dúzia de bacoritos. Depois um maior que foi para a *banha* cheirar de través. Eu tinha que mostrar serviço... aponte e disparei! A labareda, muito pó e a debandada geral com uma grande restolheira. Às 22H40. Este, o décimo (o 10), foi cobrado de madrugada a cerca de 100 metros do local do disparo, no meio de duas fiadas de moscatel.

Mais outro, o décimo-primeiro (o 11), também a Norte. Pocilgas, Arcos, Armamar, em 4 de Julho de 2001. Lá chegados, foi passar os olhos pelo *cevadouro*, desviar os pés dos charcos de água, contornar os silvados, subir a parede, aprontar a arma, procurar apoio para as quatro pernas da cadeira e... reolhar a comida! Já lá estavam. Eram três, todos bem bons. Vai este? Vai aquele? É neste que está de lado! Disparei às 20H30, ainda de dia! Tropeçou e arrancou dois leves grunhidos, passados minutos que pareceram séculos! Seguimos o rasto de sangue e encontrámo-lo morto a cem metros, atravessado pelo peito!

E agora o décimo-segundo (o 12), também em desnorte, mas a Sul. Em Paderne (Quinta Jerónimo), Albufeira, em 29 de Agosto de 2001. Desde o ano anterior, ou desde muito antes, que o milho continuava destroçado e o laranjal de rega gota-a-gota todo esfuracado. Comecei a trabalhar. Confrades alentejanos, algarvios e outros troçavam das minhas diligências, votando-as depreciativamente ao insucesso. De facto, parecia difícil: o vento sempre a mudar, matilha a dormir ali ao pé, banhas por todo o lado e trânsito nocturno na zona. Mas naquela noite foi um exagero: um cão a latir lá para os lados do Hugo, um rebanho a passar com o pastor a tossir, a matilha furiosa. Aproveitei o barulho para meter algo à boca e até abrir à navalha uma garrafa de cerveja. Era meia-noite. Pousei a arma, levantei-me da cadeira e exercitei os músculos. Acho que até bocejei! Passada a “procissão”, de repente, a cerca de dez metros, ouvi um “suspiro”. Já comigo em alerta mais dois “sopros” arrelidados. E logo a seguir, o ruído do

partir das amêndoas. Estaria de rabo ou de ventas? Antes que algum cão ladrasse ou o pastor voltasse a tossir, disparei. Às 00H04! Animado, apercebi-me duma fuga trapalhona. Quando, depois, o encontramos, paraplégico pelo tiro na coluna, no pé duma laranjeira, pelo bater das castanholas parecia uma sevilhana excitada! Para se deixar rematar teve que ser convencido por meios menos ortodoxos de cujo esforço me ficaram, durante uns dias, sintomas duma distensão muscular no antebraço direito. Os banhistas convenceram-se! Mas como era fim de mês e de férias, quando por lá apareci, de novo, no Agosto seguinte, à minha chegada e na minha presença, deveras contristados (acreditam?...), lamentaram o ter de confessar que lhe tinham comido as últimas costeletas, na semana anterior... Os ingratos!

Que o décimo-terceiro (o 13) também foi a Sul... mas não tanto. Foi na Herdade da Sobreira de Baixo, na Vidigueira, também com o Clube Português de Monteiro, em 25 de Novembro de 2001. Com a montaria a desenrolar-se, para mim em anfiteatro, e eu a observar tudo refastelado na *porta* 38, já tinha contado 33 tiros quando ao meu lado direito ouvi uma *ladra* aflita que se foi aproximando até sentir, por entre o mato cerrado, já à minha frente, o partir de lenha característico, ruído esse que se foi dirigindo para o meu lado esquerdo, até me surgir a cerca de 20 metros, a cruzar o estradão, sorrateira, a causadora, que derrubei com um tiro de cotovelo, às 12H42. Uma fêmea com cerca de setenta quilos, com uma armadura bucal de respeito, o que surpreendeu muito boa gente avisada e habituada àquelas andanças, não faltando até quem dissesse que eu caçara uma boa *navalheira*...

O seguinte, o décimo-quarto (o 14), foi no Campo de Tiro de Alcochete, de tão boa memória para mim na caça menor. Desta vez, por pormenor organizativo tive de permutar a posição no monte (eu, que nunca gostei de trocar nada, nem os dias de serviço na Urgência do Hospital...), e ainda por cima tive que deixar enfundada a minha carabina e usar uma “caçadeira”, por empréstimo. Ali, zona militar e em terreno plano, não autorizavam o tiro com armas de “guerra” de longo alcance, facto de que eu não fora avisado antecipadamente, foi com o bom augúrio de que às vezes as coisas começam mal mas depois acabam bem, que me limitei a deixá-la entrar bem, àquela porquita de cerca de 60 quilos e ao passar à minha direita, a dez passos, acabei por a derrubar, às 12H10, com um tiro de espádua. Coisa fácil e sem grande história. Para recordar, só o sussurro mordaz ouvido ao subir para o tractor/transporte de regresso: “Vejam lá o que é a sorte! Este nem espingarda trazia!...”. A gente às vezes ajeita-se, como foi em Gregos, mas, outras vezes...”assujeita-se”...

A história do décimo-quinto (o 15) em Idanha-a-Velha a 23 de Fevereiro de 2002 é um pouco mais movimentada. Má organização com *portas* tão juntas

que pareciam janelos, desmatagem recente a cortar o passo habitual aos porcos e além disto, para encurtar razões, após um grande reboliço no mato à nossa frente, eis um porco alvoraçado, a esgueirar-se para a linha de água. Disparo às 12H50, o bicho mostra-me o umbigo e cai no riacho, naturalmente, a protestar. Afinal, tínhamos disparado dois ao mesmo tempo, mas a vítima só tinha um tiro de rins na esquerda, dele. O companheiro da esquerda, minha, o da eventual disputa, no fim não questionou! Disto, hoje, infelizmente, já se vê pouco!...

No dia 15 de Dezembro do mesmo ano, quando receava a repetição do insucesso do dia anterior a coisa animou. Não resisto agora a, simplesmente, reescrever o já registado como passado nesse dia em Barracão, Alcácer do Sal. Como se segue: Quando me calhou a *porta* 4 receei novo insucesso, pensando cá para os meus botões: “Vou ficar outra vez fora da guerra!...” Ouvi, sucessivamente, chegarem os atrelados das matilhas, o alvoroço da solta, logo uma *ladra* a afastar-se, meia dúzia de tiros e o silêncio. Passados uns tempos, já tinha pensado em tudo e mais alguma coisa quando pressenti um ruído na mata à minha frente e um javali espreitou, apressado, um aceiro onde o sequei com um tiro de pescoço. Às 12H35. Sorte! O cão que trazia na peugada apareceu em segundos. Deu-lhe duas ou três mordidelas bem sacudidas de raiva e confirmação, dirigiu-se para mim, cheirou-me e em jeito de felicitações e agradecimento, digo eu, abanou repetidamente a cauda, emitiu um esboço de ladrido, sacudiu-se com prazer como quem diz “este já está! vamos a outro” e afastou-se. Curioso! Quer dizer, se tenho errado o javali, tenho pensado, o cão, que não me conhecia de lado nenhum, tinha-me era mijado nas botas!... Era só o que me faltava! Foi o décimo sexto (o 16).

O décimo-sétimo (o 17) foi na noite de 8 de Junho de 2003, no lugar do Cavaleiro nas faldas da Serra do Marão, quando reincidi numa espera “privada” acicatado pela frustração de já ter sido, naquele mesmo sítio por mais de uma vez, defraudado com o disparar e não cobrar. Mas eu conto, agora também não resistindo à tentação de reescrever o sucedido, até para não lhe retirar autenticidade. Depois de por duas vezes ter sido desfeitoado naquele mesmo local, foi com um misto de ansiedade, apreensão e curiosidade que ali montei nova *espera*. Ansiedade de ver mexer as sombras e ouvir o sopro ou o grunhido do silêncio. Apreensão, não fosse voltar a acontecer-me o que já acontecera nas outras duas vezes: disparar e não cobrar. Curiosidade quanto à intenção de um laço armado mesmo no sítio onde coloco a cadeira. Seria para mim? Eis senão quando um pequenote para a *banha* e outro já maior para o *cevadouro*, que não se espantou com o relâmpago do encosto involuntário e momentâneo do meu polegar esquerdo no interruptor. Disparei às 23H24. Regozijei-me com a sua fuga atabalhoada, até por cima dum monte de calhaus. Depois de um curto e sobressaltado repouso em casa, cobrei-a

nessa madrugada a cerca de setenta metros, esticada na vereda por onde deve ter entrado.

Com o Clube de Monteiro do Norte, em Rebordainhos, Serra da Nogueira, no dia 13 de Novembro de 2004, cobrei o décimo-oitavo (o 18) num tiro difícil a uma fêmea a aparecer e desaparecer nas corcovas da plantação dum pinhal, qual batel nas vagas do oceano. Tiro difícil, mas consolador, às 13H36.

Quase como em Tostão, Vila Velha do Rodão, em 9 de Janeiro de 2005. Eu na *porta* 17 a ver o adejar da fita de sinalização da 16, (onde fora colocado o Pedro, meu sobrinho), a ver passar durante toda a tarde só um combóio na ponte ferroviária que tinha em frente, depois de ter visto o pastor escolher para ele o melhor local, dei com aquele vulto a que disparei às 12H25, a atravessar o estradão seguido de um cortejo de grandes, médios, pequenos e... pequeninos. Este, o décimo-nono (o 19) foi cobrado a 50 metros, no barranco. De recordar o susto, aliás injustificado, do meu sobrinho.”Ó Tio, a bala passou-me por cima da cabeça!” E a minha pronta resposta: “Baixasses a cabeça! Estás sempre de cabeça no ar!” E um javali *baby* que me passou tão perto que lhe vi os olhos aflitos. Ainda pensei em apanhá-lo à mão! Mas como iria convencê-lo, depois, a estar quieto e calado até ao fim da montaria?

O dia 15 de Janeiro de 2005 na Galiza, A Mesquita, Viñas de Chaguazoso, podia ter sido, sob o ponto de vista cinegético, o dia mais feliz da minha vida. Já viram se eu aparecia com oito javalis à cinta? O Tio João, cujo aniversário era a 15 de Janeiro, se fosse vivo, então é que poderia reafirmar as suas constantes dúvidas quanto à veracidade das nossas proezas na caça: “Ó menino, tu tens fotografias disso?” E é que eu tenho mesmo! Porque iam lá para uns fundões deixaram-me no alto, a trezentos metros mal medidos da carrinha para “o doutor depois não ter de subir muito”. Sensibilizado com tanta e tão inesperada amabilidade, fui-me preparando e quando dei por ela, para encurtar razões, coleavam na minha direcção três porcos dos quais abati um e feri outro que foi cobrado depois. Passado pouco tempo mais outros dois, dos quais matei um, e depois mais três dos quais feri outro que não foi possível cobrar. Isto é, sem saber ler nem escrever, podia ter abatido oito javalis. Passaram-me todos bem, podiam ter ficado todos. Afinal, ficaram só três: o vigésimo (o 20), o vigésimo-primeiro (o 21) e o vigésimo-segundo (o 22). Os meus atenciosos confrades não viram um javali e não deram um tiro!. Ele há coisas!...

Dada a relativa complexidade do relato registado em relação ao abate do vigésimo terceiro (o 23), permito-me limitar-me a transcrevê-lo. Foi também na Galiza, na Canda (Eólicas), em A Mesquita, em 22 de Janeiro de 2006. Cinco disparos e, de três, só um javali cobrado. Tentativa de reconstituição do lance. Vi-os vir de longe em fila indiana. Deixei-os pacientemente entrar até esboçarem

movimentos de dispersão antes de saírem à *limpa*, onde os esperava. Quando o primeiro (o maior) se atravessou disparei, decependo a pata esquerda traseira do segundo (o médio), que caiu. Como vinham muito próximo, daqui, digo eu, a ilusão de ter atingido o primeiro que após o disparo desviou para a minha direita e ao qual disparei também, pensando tê-lo atingido gravemente. Com o terceiro disparo atingi o terceiro porco (o mais pequeno), que se desviara para a minha esquerda e para cima e que vi cair e estrebuchar no mato. Perdidos uns segundos a remuniciar, rematei com dois disparos o que penso seria o segundo, o único que acabaria por cobrar com dois impactos e uma pata decepada. O da esquerda (o terceiro) deixou poças de sangue até para lá do cimo da encosta e o da direita (o primeiro) não deixou rastos nem sangue. Foram-se os dois. De facto, aos caçadores acontece cada coisa!...

Nas Alcáçovas (Sesmarias), na Zona de Caça Turística Senhora da Pedra, consegui abater mais dois, no dia 24 de Novembro de 2007. Na *porta* 43 passaram-me, a 70-80 metros, três porcos que sem desculpa nenhuma deixei seguir, ficando-me unicamente a impressão de ter atingido um, mal e outro menos mal. Logo a seguir veio outro no cheiro dos anteriores que ao meu tiro afocinhou, tropeçou, reequilibrou-se e, cambaleando seguiu o seu caminho (sem o coração, que ficou lá caído no chão, naquele sitio, que eu fotografei depois) e só foi cair numa poça de sangue, a 50 passos dos meus. Este, o vigésimo-quarto (o 24), às 13H08. A seguir apareceu outro a sair acelerado da mata, tentando subir no montado pela minha esquerda a cerca de 30 metros, onde às 14H11, o *sequei* com um tiro na base do pescoço. Este, o vigésimo-quinto (o 25). Como já referi, tenho fotografias!...

Só à noite, no fim do jantar do *gancho*, comigo já todo ufano, é que tomei conhecimento da conversa entre os dois Fernandos no entretanto da colocação das *portas*, em Porto de Olmo, Torgueda, também nas faldas do Marão e por coincidência, se bem que a alguns quilómetros mas à vista, em frente ao Cavaleiro. Perguntara o F. Cabral, já preocupado e com razões para isso como veremos, ao F. Bento, onde tinha deixado o Doutor. E que, continuou o ocasional informador, quando ele respondeu que tinha sido no “Castanheiro” logo se leu no gesto dele um esgar misto de gozo e de raiva, a disparar: “Já te lixaste!”. E é que foi mesmo assim! Depois de eu ter saudado, com um tiro apressado condenado ao fracasso, um javali a esgueirar-se ao fundo aproveitando a curva do estradão, aparece outro em melhores condições que ao meu disparo aterra com espalhafato na fofa cama de folhas secas da choça do velho castanheiro. Às 13H08. Mas, comigo distraído a remuniciar, arranca aos bordões monte abaixo sem eu poder dobrar o tiro. Deixou-me a pensar! Passada mais de uma hora, eis senão quando, também nas minhas costas, novos ruídos, uma sombra por detrás de umas giestas e novo javali

a surgir numa vereda, o mesmo salto acrobático, o meu tiro, cambalhota e queda também exactamente no mesmo sítio da mesma choça do mesmo castanheiro onde caíra o outro. Este foi às 14H20 e, ao contrário do outro, não se mexeu mais do sítio. Quer dizer, se o outro não tem ido embora (foi mais tarde encontrado, agonizante, pela matilha), tinha caído exactamente em cima dele. Nem sabem do que se livraram! Foi o vigésimo-sexto (o 26) e o vigésimo-sétimo (o 27). Quanto ao Cabral e ao Bento, eu que nunca fui invejoso, agora é que vejo que... ainda há boa gente no Mundo! E...desinteressadamente amiga!

Passados tempos, já em Outubro de 2010, pernoitados no “El Cazador”, Agudiña, fomos no dia 17 caçar em Picheiros, na Galiza, claro! Fomos ouvindo, eu e o Bento, os cães a ladrinhar, os matilheiros a vozear, com ele a duzentos metros à minha esquerda e outro a outros tantos à direita como que a vigiarmos mutuamente, face a uma mata fechada e de costas voltadas a uma lavrada limpa e seca. Lá para os princípios da tarde, com as libações ao jantar da noite anterior a surtir em mim os seus efeitos, digo eu, houve que, após um ligeiro aceno para ambos os lados, internar-me meia dúzia de metros no mato à minha frente e, logo a seguir, com o mesmo sigilo e no máximo silêncio, regressar, aliviado, ao meu posto. E o tempo foi passando, naquele sossego e quietude, só de longe a longe interrompidos por algum ladrar ou disparo longínquos. Mas em dada altura, quando dei por isso, vinha o Bento, lentamente, passo a passo na minha direcção, lavrada fora, evitando notoriamente a todo o custo as pedras soltas, os chamiços e as folhas secas. Recebido por mim, passe o termo, de braços abertos, iniciámos em sussurro uma troca de impressões de ocasião, cuidando sempre de não dar de nós o mínimo sinal sonoro ou qualquer outro, fosse ao que fosse que se aproximasse. Mas de repente, frente a nós na espessura do mato, aproximadamente à distancia que eu guardara para me aliviar, soaram dois bufidos, bem sonantes e dois roncões arreliados. Ficamos os dois, durante muitos minutos, mudos e quedos de dedo no gatilho, não adiantou nada. O que era, sem mais qualquer sinal, desapareceu tão silenciosamente como se tinha aproximado. Logo ali e naquela altura o Bento começou a penitenciar-se, autoproclamando-se o culpado daquele desfecho ao ter trazido para ali, teimava ele, com a sua presença e verborreia, ruídos e aromas denunciadores. De nada valeu eu contrapor-lhe razões para o ilibar e acabar por lhe confessar a minha falta que, quanto a mim e ao fim e ao cabo, tinha sido a responsável. O mesmo valor tiveram outros meus argumentos logo ali na altura e sempre que o assunto vinha à baila, mantendo-se ele, quer telefónica quer pessoalmente, sempre responsável por aquele lamentável insucesso. Sempre da parte dele, desde essa data, encontrássemos nós onde nos encontrássemos, vinha jovial, mas respeitosa e humildemente a interrogação: “Ó doutor, já matou o 28? Ó doutor, o 28?”

Natal, Páscoa, aniversários, outros festejos ou ocasionais encontros, era sempre a mesma abordagem: “Ó doutor, e o 28!?” E foi sendo sempre assim, até que, aqui umas semanas atrás, mais precisamente em 9 de Setembro do ano corrente, 2019, cerca das nove horas da madrugada (eu, quase octogenário, reformado há muitos anos, não costumo levantar-me tão cedo...), desperto com um alvoroçador por festivador telefonema do amigo Bento: “Ó doutor, parabéns! Muitos parabéns, doutor!”. Eu até nem fazia anos, donde viriam os parabéns? Devo ter emudecido com a surpresa, porque ele logo retomou as felicitações: “Ó doutor, parabéns!...Até que enfim!... Parabéns!”. E eu, ainda estremunhado e sem perceber nada, sempre me atrevi a perguntar: “Mas... parabéns porquê?” E logo a resposta: “Ó doutor,, parabéns pelo 28!...Esta noite sonhei que o doutor matou dois e eu... um!... Parabéns!... Até que enfim!...Até que em fim, o 28!...”.

E, agora digo eu, até que... enfim, o sossego do amigo Bento!...Até que enfim... bem o merece!

A Casa do Paço e os seus morgados (Álvares de Barros e Coelhos de Freitas)

António Adérito Alves Conde

Resumo

O presente estudo tem como objectivo contribuir para o conhecimento da Casa do Paço, uma casa senhorial da freguesia de S. Martinho de Mateus, cuja fundação remonta ao século XVII.

Pretende-se, desta forma, perceber a evolução, ao longo de mais de quatro séculos, desta Casa e Quinta do Paço (ou do Passo), colocando o debate em torno das famílias que nela habitaram e dos homens e mulheres a ela ligados que mais se destacaram na sociedade do seu tempo.

Ainda que o projecto geral de resgate da memória desta Casa contemple, grosso modo, o trajecto temporal que vai das origens aos nossos dias, o presente estudo, por questões de metodologia, abarcará o período da formação e evolução da mesma até finais do século XIX, quando a família de origem, pertencente à nobreza da região e aparentada com outras casas senhoriais vila-realenses, procedeu à sua alienação e deixou a região.

Num segundo estudo, tributário do presente, será abordada a evolução da Casa, desde finais do séc. XIX até à actualidade, sendo certo que o período mais fecundo diz respeito ao tempo em que a mesma chegou à posse do Comendador Pereira Júnior, um “brasileiro de torna-viagem”, nascido na freguesia vizinha de Mouços, de que aqui daremos um pequeno informe biográfico.

Apresentação

A descoberta recente de um registo do baptismo, do ano de 1908, celebrado na igreja paroquial de São Martinho de Mateus, em nome de David Haguenuer, do lugar de Abambres, suscitou a maior curiosidade, pela novidade de encontrar um apelido estrangeiro que reputámos ligado a uma família judaica.

Uma análise mais cuidada do respectivo registo permitiu concluir tratar-se de uma criança nascida na cidade do Rio de Janeiro, a qual era neta materna de José Maria Pereira Júnior, pessoa de quem tínhamos vaga informação, a qual vem referenciada em estudo recente¹, na sua ligação ao solar da Casa do Paço. Este facto foi o “motor” da actual investigação. Com efeito, as primeiras investigações em torno da figura do desconhecido Comendador José Maria Pereira Júnior trouxeram resultados surpreendentes e revelaram um caso raro de ascensão e mobilidade social.

E, desta forma, o projecto há muito desejado, de um trabalho monográfico sobre esta casa senhorial, ganhou novo fôlego, sendo aqui apresentados os resultados da investigação em torno da família nobre que fundou a Casa e nela se projectou socialmente - os Álvares de Barros, que se ligaram, por aliança matrimonial, aos Coelhos de Freitas, morgados de Arroios.

Numa primeira fase foram reunidos os contributos provenientes de estudos dispersos sobre esta Casa – o designado “State of the Art” – alguns dos quais espelham, por parte dos seus autores, um ou outro aspecto duvidoso, pontos em litígio, ou questões em aberto que se procurou colmatar, através de novas fontes históricas.

A investigação, na procura da reconstituição do contexto familiar e social dos intervenientes, convocou as fontes tradicionais de genealogia, ligadas à família nobre dos Álvares de Barros e Coelho Freitas, designadamente inquirições de genere, contributos heráldicos e genealógicos clássicos, colecções de legislação do período da monarquia constitucional, documentos militares e processos judiciais.

A consulta dos registos paroquiais e construção, ao longo dos tempos, de uma base pessoal de dados genealógicos de habitantes da freguesia de Mateus, permitiu-nos fazer a reconstituição de todos os familiares da Casa do Paço, após a sua ligação aos morgados de Arroios.

1 CONDE, António Adérito Alves (2016) – *Uma personagem camiliana: o juiz João Roberto de Araújo Taveira. Uma família nobre de Guiães*, Revista *Tellus*, nº 65, Vila Real, Câmara Municipal/ Grémio Literário Vila-Realense, pp. 5-24.

1. O lugar e a Casa do Paço

A Casa do Paço localiza-se na Rua do Paço, da povoação de Abambres, freguesia de Mateus, concelho de Vila Real. O acesso é feito através da antiga Estrada Nacional 322 (N322), actual Rua Gaspar Sameiro, junto do centro do lugar de Abambres (Largo da Baralha) e da tradicional zona de restauração, bem conhecida. Fica próxima do solar da Casa das Quartas, situado à face da citada N322.

Há muito que esta Casa não tem o fulgor de outras casas senhoriais da freguesia de Mateus (Casa de Mateus, Casa de Urros e Casa das Quartas), proprietárias de grande quantidade de terrenos na freguesia, e não só, em cujas produções se destacava a riqueza das suas vinhas, cultura já muito importante, desde finais da Idade Média, quando a Sé de Braga era uma das principais proprietárias de terras na freguesia.

O conjunto da Casa do Paço é composto por vários edifícios, com acesso por um portão nobre, de entre os quais se destaca o edifício principal, com fachada para a Rua do Paço, o qual é encimado com brasão de armas, no frontão. Trata-se de um edifício de R/C e andar, de boa cantaria, tendo, a nível do andar térreo, uma porta e quatro janelas, com grades de protecção, e cinco janelas, a nível do 1.º andar.

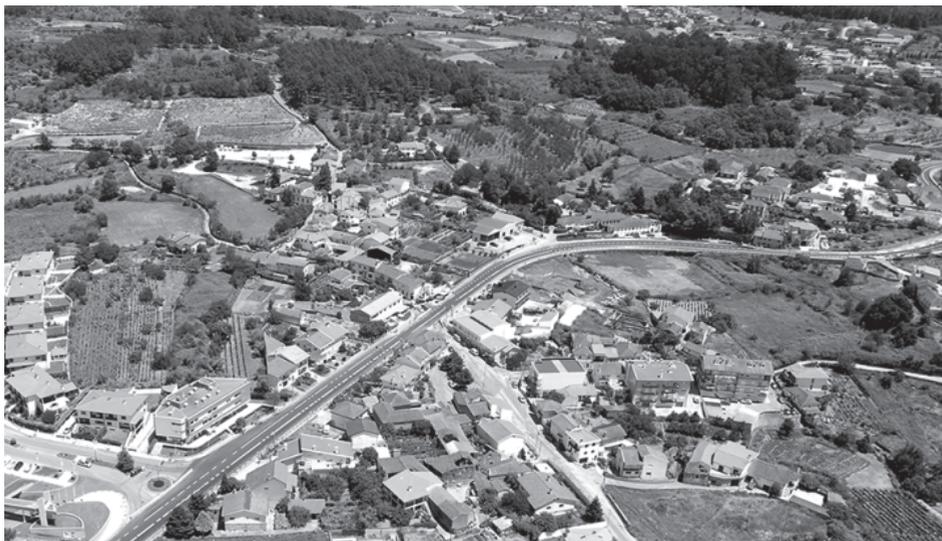


Imagem n.º 1 – Abambres – o lugar do Paço, ladeado pelos lugares da Baralha e das Quartas

1.1. O lugar do Paço ao longo dos tempos

O lugar do Paço é um bairro da povoação de Abambres, com ligações aos lugares de Trás-dos-Soutos e Abambres Gare, para Norte, e aos lugares de Navalhos e Outeiro de Lobos, para Nascente. Este arruamento era um antigo caminho para quem seguia para a igreja de Mouços, com derivações à esquerda, para o lugar da Bouça, e à direita para os lugares de Meireles e Urros.

São desconhecidas as origens do topónimo Paço, também grafado como Passo, designadamente na actual matriz predial. A dupla grafia, já referida por Carlos de Barros², parece entrever duas origens para o lugar: a primeira aponta para a existência “*no local de uma casa destinada à aposentadoria dos oficiais do Rei e à recolha dos foros e cobrança de impostos*”; a segunda, pode referir que, no local, tenha existido um cruzeiro de Via-Sacra, o que ocorre em outros lugares da povoação.

O topónimo Paço ou Passo não aparece referenciado nas Inquirições de 1258; contudo, é já uma realidade, nos finais da Idade Média, segundo consta do designado código nº 342, do Registo Geral do Arquivo Distrital de Braga. Este documento foi transcrito, estudado e publicado por José Marques³, e é uma fonte preciosa para o estudo da propriedade da Mitra bracarense na região, designadamente da freguesia de Mateus. Refira-se que, em Mateus, no lugar de S. Martinho, contíguo à igreja paroquial, havia, no final da Idade Média, um edifício que funcionava como “câmara”, onde se hospedavam os Arcebispos de Braga e seu séquito, de visita à região e onde era feita a cobrança e o controlo administrativo dos rendimentos das propriedades da referida Sé. Um dos arcebispos que aqui esteve, por diversas vezes, foi D. Fernando da Guerra.

Na citada fonte documental existem várias referências ao lugar do Paço ou a terrenos que, embora nas imediações, faziam parte do Paço, a saber:

*“Item huum cortinhall a so a carreira que vay pera Arões çarrado todo sobre si que parte com outro de Diego Gomez d’Azevedo e com o Prado do Paaço”*⁴.

“no [lugar do] Figueiredo [existe] huum pumar çarrado que parte com o Paaço asi como he divisado per marcos”.

2 BARROS, Carlos de (1971) – *Famílias da Freguesia de S. Martinho de Mateus. Observações à obra “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo”, do Dr. Júlio António Teixeira*, Porto, edição de autor, p. 51.

3 MARQUES, José (2003) – *A ‘Câmara’ de S. Martinho de Mateus, no segundo quartel do século XV*, *População e Sociedade*, 10 (2003) 71-111.

4 MARQUES, idem, p. 94.

“Item a so o [lugar do] *Enxertado huum prado que parte com o Prado do Paaço e com o souto [do lugar] d’Arões*”.

“Item no *Enxertado huum çarrado de souto sobre si que tem como parte com herdade do Arcebispo e com outra do Paaço... XII castinheiros*”⁵.

Do exposto se conclui que os lugares de Figueiredo e do Enxertado (hoje desconhecidos na toponímia actual) eram vizinhos do lugar do Paço ou do designado Prado do Paço.

2. Os senhores da Casa do Paço

A actual Casa do Paço ostenta, na sua fachada, um brasão de armas dos Coelhos de Freitas, morgados de Arroios. Este brasão é igual ao que está representado na capela de Santo António, de Arroios (que era contígua ao solar do morgado de Arroios) e ao brasão que existia numa casa da freguesia de Vale de Nogueiras, o qual, curiosamente, está hoje ali bem perto do Paço, nos jardins da Casa das Quartas. Adiante será explicada a razão de ser dos três exemplares deste brasão.

É conhecida a ligação dos Coelhos de Freitas, morgados de Arroios, aos Álvares de Barros, da Casa do Paço, os quais, há séculos, viviam na Casa do Paço.



Imagem n.º 2 – Casa do Paço
– Abambres (foto do autor, 2019)

De acordo com Carlos de Barros, “*Pelo casamento de Miguel de Freitas Alvares Coelho de Faria [morgado de Arroios], com D. Maria Joaquina Álvares de Barros [da Casa do Paço], passaram os Alves Coelhos a residir no lugar do Paço de Abambres, da freguesia de Mateus, durante várias gerações*”⁶.

Desta forma, conclui-se que a Casa do Paço conheceu uma primeira vida ou fase, na ligação aos apelidos Álvares de Barros, cujas origens remontam aos finais da Idade Média. A segunda vida começou, em 1768, com a união aos morgados de Arroios que aí viveram até às últimas décadas do séc. XIX. A partir daí, a família Coelho de Freitas alienou

5 MARQUES, idem, p. 95 (últimas três citações).

6 BARROS, op. cit. p. 21.

todos os bens que possuía na Casa do Paço, marcando, deste modo, o fim de famílias de sangue nobre na Casa do Paço, em Abambres, mantendo-se nas outras casas senhoriais da freguesia, até à actualidade, o domínio das famílias de origem.

A alienação da casa não significou, felizmente, que as armas do brasão fossem “picadas”, ou que o mesmo fosse levado para outra casa, a exemplo do que, por vezes, acontece. Deste modo, a Casa do Paço passou à posse de uma família burguesa, ou seja, passou a ser propriedade de um reconhecido industrial que, em breve, viria a ser galardoado com o título de comendador. Este facto marcou a entrada numa terceira vida ou fase da Casa do Paço, que acabou por não sobreviver à morte do seu proprietário, ocorrida há cerca de um século. Nos tempos que se lhe seguiram, a Casa foi conhecendo outros proprietários e a parte rústica e urbana têm hoje proprietários diferentes.

2.1. A família Álvares de Barros, na Casa do Paço

Como assinala Carlos de Barros, “*Conhece-se em Abambres, a partir do século XVII, esta família que nos aparece com Pedro Álvares e sua mulher [Maria Lopes], naturais e moradores naquele lugar*”⁷. São conhecidos os nomes de seus filhos (Martinho, Leonardo e António) e sucessores que honraram os apelidos da família e a sua ligação multissecular ao lugar do Paço. Entre eles destacam-se clérigos, militares de patente, um almotacé da Câmara de Lordelo, ou pessoas com ligações matrimoniais a outras casas senhoriais da freguesia.

Refira-se que a reconstituição da genealogia familiar desta família depara, à partida, com a (quase) ausência de fontes. Esta situação, também referida por Carlos de Barros, deve-se ao facto de terem desaparecido todos os livros paroquiais da freguesia de S. Martinho de Mateus anteriores a 1796, devido a um incêndio que ocorreu na Casa da Residência do Abade, em 1796⁸. Deste infausto acontecimento nos dá conta uma nota de abertura dos livros (de registo de baptizados, recebimentos e óbitos) que se lhe seguiram, a qual refere que cada livro que o antecedeu “*por desastre se queimou*”. Este facto insólito, que não encontra paralelo em nenhuma freguesia do nosso concelho, explica a perda destes importantes documentos, mas não clarifica o desaparecimento dos restantes livros até ao século XVII, sendo certo que os livros findos deveriam ter sido

7 BARROS, op. cit. p. 37.

8 Refira-se que a actual residência paroquial de Mateus resulta da reconstrução que foi efectuada após este incêndio. Contudo, já da nossa lembrança, nos finais dos anos 70 do século passado, a casa foi intervencionada e tomou a actual configuração. Na fachada virada a poente está gravada, na pedra, a data de 1797.

remetidos ao Arcebispado de Braga e nada foi detectado nas frequentes e rigorosas visitas pastorais. Dessa enorme perda cultural resulta a impossibilidade de fazer estudos sobre as populações da freguesia de Mateus, relativamente a parte do século XVI e aos séculos XVII e XVIII. Por este motivo, a reconstituição genealógica, ainda que fragmentada, só é possível através de documentação indirecta, designadamente Inquirições de Genere, actos notariais, ou registos paroquiais da freguesia de Arroios, pelo facto invulgar de o lugar de Mateus ser um lugar meeiro dessa freguesia e neles haver registos de paroquianos de Mateus.

Em relação aos antepassados do já referido Pedro Álvares (nascido cerca de 1640) e de sua mulher Maria Lopes (nascida pela mesma data), foi possível conhecer os seus ascendentes e lugar de origem, através do processo de Inquirição de Genere de seu neto António Álvares, nascido em Abambres, em 1712. Em Agosto de 1745, António Álvares, sendo *clérigo in minoribus*, manifestou o desejo de “*ser promovido a ordem de Epístola para o que tem Patrimonio e os mais requizitos necessarios e para ajudar ao seu Paroco a administrar os sacramentos, e sempre viveo honestamente e em habito decente ao estado de sacerdote*”⁹.

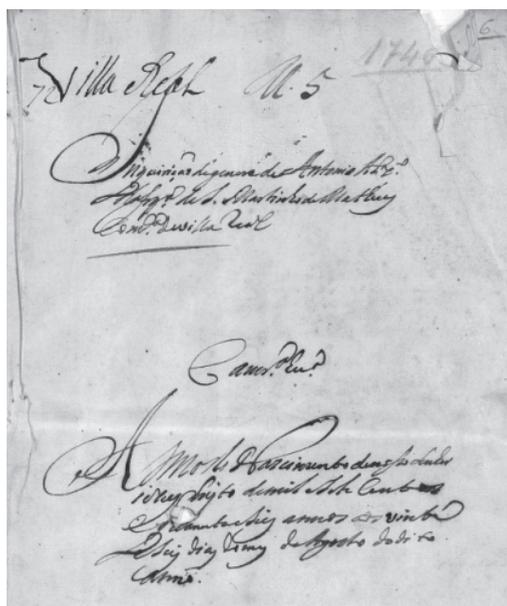


Imagem n.º 3 – Processo de Inquirição de Genere de António Álvares
(Fonte: Arquivo Distrital de Braga)

9 Arquivo Distrital de Braga - Inquirição de Genere de António Álvares, da freguesia de S. Martinho de Mateus, Comarca de Vila Real, n.º 1740, de 26 de Agosto de 1746, p. 2.

Através da consulta do processo de prova da limpeza de sangue, conclui-se que António Álvares ou Alves nasceu em Abambres, no dia 26 de Novembro de 1712, tendo sido baptizado a 4 de Dezembro do mesmo ano. Era filho do já referido Leonardo Álvares e Isabel Álvares, neto paterno de Pedro Álvares e Maria Lopes, de Abambres e de Sebastião Gonçalves e Catarina Gonçalves, lavradores, do lugar de Magarelos, freguesia de Mouços¹⁰. Os pais do habilitando casaram, na igreja paroquial de Mateus, a 25 de Janeiro de 1705¹¹. Por sua vez, os avós paternos casaram na igreja paroquial de Mateus, em 27 de Dezembro de 1666. Através deste documento ficou-se a conhecer que Pedro Álvares era filho de António Martins e Maria Martins, naturais de Abambres. A sua mulher, Maria Lopes, era filha de Domingos Ribeiro e Madalena Lopes, de Abambres¹². Atribuindo a cada geração um período de 20 anos, podemos concluir que os membros mais antigos desta família, aqui identificados, nasceram por volta do ano de 1620, ou seja, há cerca de quatro séculos.

Voltando a Pedro Álvares e Maria Lopes, os “patriarcas” desta família, e aos seus três filhos acima identificados: Martinho, Leonardo e António:

- Martinho, o mais velho, que casaria com sua sobrinha Isabel Álvares, seguiria a linha varonil depois seguida pelo filho, José Álvares de Barros, alferes da milícia, que viria a casar em Borbela, onde se fixou e deixou geração que continuou a linha.
Entre os filhos de Martinho, conta-se Simião Álvares de Barros, que casou com D. Josefa Maria da Conceição Gonçalves, de Justes, e tiveram duas filhas que se uniram por matrimónio a Bernardo Teixeira de Carvalho, 2.º senhor da Casa das Quartas; a primeira, D. Maria Angélica de Barros, que faleceu jovem sem geração e a segunda, D. Maria Joaquina Micaléa de Barros, que casou com o viúvo, seu cunhado, e deixou geração, transmitindo o apelido Barros a esta família.
- Leonardo Álvares de Barros, casou com D. Isabel Gonçalves, de Magarelos, e foram os pais dos padres António Álvares (já referido) e João Álvares. A filha Isabel casou com o seu tio Martinho.
- António Álvares de Barros, o terceiro filho, casou com D. Isabel Joana Álvares, de Abambres, com ligações familiares à Casa de Urros. Viveram

10 Idem, ibidem, p. 32.

11 Idem, ibidem, p. 32.

12 Idem, ibidem, p. 33.

na Casa do Paço e foram pais de D. Maria Joaquina Álvares de Barros, que viria a casar com o morgado de Arroios, Miguel de Freitas Alves Coelho de Faria, em 1768.

Adiante trataremos com pormenor aquela que designámos como 2.^a vida da Casa do Paço, agora ligada aos morgados de Arroios.

2.2. A ligação dos Álvares de Barros aos morgados de Arroios

Como foi salientado, a ligação da Casa do Paço com os morgados de Arroios é resultado de uma aliança matrimonial que teve lugar com o casamento de D. Maria Joaquina de Barros com Miguel de Freitas. Esta união foi celebrada, em 1768, com escritura antenupcial.

Foi provavelmente este morgado que mandou colocar o brasão de armas dos Coelhos de Freitas (ou Faria) e, muito provavelmente, data do último quartel do século XVIII a reconstrução da Casa do Paço, designadamente da fachada e portões, entre outros, tal como a conhecemos hoje. Eventualmente existirão algumas estruturas, na parte posterior da casa, que desconhecemos de todo, que não foram alteradas.



**Imagem n.º 4 – O brasão dos Coelhos de Freitas, morgados de Arroios, na Casa do Paço
(foto do autor)**

2.2.1 – A 1.^a geração – Miguel de Freitas e Barros

Quem era Miguel de Freitas?

De acordo com o registo paroquial de baptismo de seu filho António, baptizado na igreja paroquial de São Martinho de Mateus, em 5 de Outubro de 1771, Miguel descendia de “*Manoel de Freitas e Barros e de Ilenna Alvares de Figueiredo solteira ambos do lugar de Arroyos freguezia de São João do mesmo*”. Esta constatação vem desfazer as dúvidas que se colocam depois da leitura da obra do Dr. Júlio Teixeira, no que diz respeito à Casa do Paço. (“Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo”, Vol. I, pp. 597-598). Com efeito, a obra deste brilhante genealogista é de consulta obrigatória para o estudo da nobreza de Vila Real e sua região, mas tem que ser vista com sentido crítico, nunca dispensando a consulta dos registos paroquiais para validação da informação.

Por esse motivo, foi seguida a via documental, através de registo paroquial de baptismo referido, o qual esclarece parte das dúvidas. Através da análise do estudo de Carlos de Barros confirma-se a referência do citado registo paroquial e não ficam dúvidas de que Miguel era filho natural legitimado do Dr. Manuel de Freitas de Barros e de Helena Alves de Figueiredo, solteira, de São João de Arroios. Ou seja, é neto, pela via paterna, do Dr. Cristóvão Álvares de Figueiredo (1.º morgado de Arroios), quando o Dr. Júlio Teixeira o dá como filho de Manuel Álvares Coelho de Freitas (3.º morgado), o qual não teve filhos legítimos ou naturais¹³.

Deste casamento nasceram três filhos: Manuel, António e Francisco. Os dois primeiros faleceram solteiros, ainda nos seus “verdes” anos, tendo sido Francisco quem assegurou a continuidade da família, como veremos. Manuel nasceu na Casa do Paço em 9 de Setembro de 1769. Faleceu, em Abambres, solteiro, a 15 de Setembro de 1806. António nasceu na Casa do Paço, em 29 de Setembro de 1771 e faleceu solteiro em 10 de Fevereiro de 1804, vítima de uma febre catarral.

O patriarca, Miguel de Freitas e Barros, faleceu na Casa do Paço em 27 de Junho de 1795 e foi sepultado na igreja de São Martinho de Mateus. D. Maria Joaquina faleceu na Casa do Paço em 22 de Dezembro de 1811. Sucedeu a Miguel o seu filho Francisco em relação ao qual não conhece o registo de baptismo.

13 De igual modo, as referências aos filhos de Miguel de Freitas têm erros crassos, designadamente em relação ao estado civil e naturalidade.

2.2.2 – 2.^a Geração – Francisco Álvares Coelho de Freitas

Francisco Álvares Coelho de Freitas, fidalgo da Casa Real, casou em Mateus, em 17 de Janeiro de 1808, com D. Maria do Carmo Teixeira Figueiredo, natural de S. Pedro (Vila Real), nascida em 2 de Maio de 1791, ao tempo em que os pais moravam na Rua do Poço, actual Rua dos Combatentes da Grande Guerra. Era filha do Tenente-coronel José Paulo de Figueiredo, Senhor da Casa de Urros, de Mateus, e de sua mulher D. Mariana Angélica do Carmo Álvares Pereira Teixeira. Ao tempo haviam já falecido o pai de Francisco e os irmãos Manuel e António.

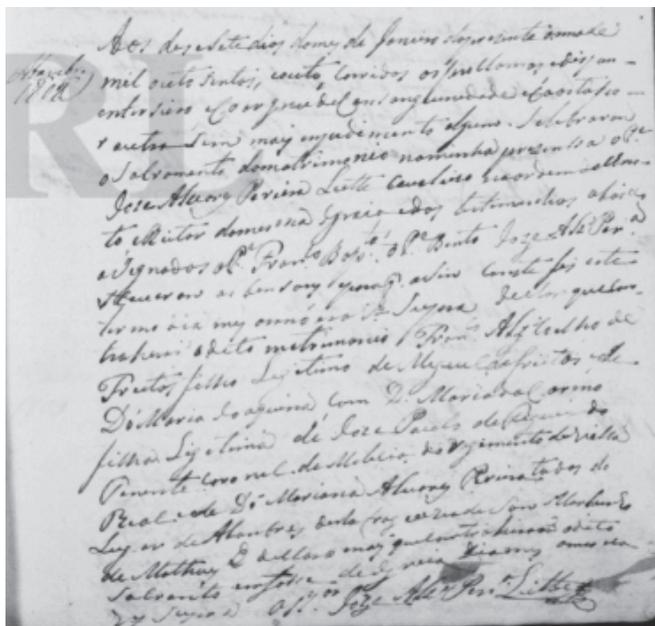


Imagem n.º 5 - Casamento de Francisco Coelho de Freitas e D. Maria do Carmo
(Fonte: ADVR)

Francisco Coelho de Freitas e D. Maria do Carmo foram pais de:

- José, nascido em 8 de Setembro de 1810 que faleceu novo;
- José Paulo, nascido em 2 de Julho de 1813;
- Mariana, nascida em 4 de Novembro de 1815. Faleceu, em 22 de Novembro de 1850, aos 35 anos, com todos os sacramentos;

- Ana, nascida em 31 de Janeiro de 1817;
- António Álvares Coelho de Freitas Barros e Faria, Senhor da Casa do Paço, nasceu em 13 de Junho de 1822;
- Antónia Preciosa também chamada de Adosinda, que nasceu em 22 de Julho de 1830, em Abambres, que segue.

2.2.2.1. Francisco Álvares Coelho de Freitas – um ilustre da Casa do Paço

Francisco Álvares Coelho de Freitas aparece referenciado, no período das Guerras Liberais, numa relação de doações em dinheiro feitas por nobres da freguesia de Mateus, onde se incluem representantes do clero local, da Casa de Urros, da Casa das Quartas e da Quinta do Rio. Os donativos destinavam-se à compra de sapatos para os militares do exército miguelista e deviam ser remetidos pelo Corregedor de Vila Real ao comandante do Exército, General Visconde de Santa Marta. No caso de Francisco Coelho de Freitas, como na maior parte dos seus vizinhos, o contributo foi de 2\$400 reis. (Gazeta de Lisboa de 03.05.1833, p. 3).

Refira-se que o morgado do Paço era amigo do Dr. António Roberto de Araújo e Cunha, da Casa de Guiães, o qual foi perseguido pelos absolutistas e pelos apoiantes do General Silveira. Foi acolhido pelo morgado do Paço, na sua Casa do Paço, no dia 27 de Novembro de 1826¹⁴. Os seus filhos foram colegas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na década de 40 do século XIX.

Em 1846, no período da guerra civil da Patuleia, Francisco Coelho de Freitas foi eleito, em Setembro, para a vereação da Câmara de Vila Real, numa votação que foi do agrado geral e onde os cabralistas não marcaram presença. Entre os sete edis constavam 2 setembristas, 2 cartistas, 2 realistas e 1 indiferentista. Este último elemento, também chamado de catavento, ao que parece era o da posição política de Francisco Coelho de Freitas. Da lista constavam também: Luís Ataíde Pimentel Castelo Branco Montearroio, Bacharel António Machado e Silva, António Neutel Correia de Mesquita, Vital Máximo Teixeira de Moura e Luís António da Nóbrega, António José Gonçalves Basto. (Diário do Governo, de 21.09.1846, p. 1).

14 Teixeira, Júlio – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo, 4.º volume, p. 199.

2.2.2.2. António Coelho de Freitas – um ilustre da Casa do Paço na magistratura

António Álvares Coelho de Freitas, que depois usou o nome abreviado de António Coelho de Freitas, foi Senhor da Casa do Paço e Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 19 de Setembro de 1835, da rainha D. Maria II. Estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde se matriculou em 30 de Outubro de 1841 e onde concluiu a formatura em 24 de Outubro de 1846, com aprovação *Nemine Discrepante*¹⁵. Morou no Beco da Amoreira, n.º 158, em Coimbra.

Recenseámos uma viagem sua, efectuada entre o Porto e Lisboa, a bordo do vapor português *Lusitânia*, em 17 de Outubro de 1856, sendo um dos 184 passageiros transportados¹⁶.

Iniciou a sua carreira na magistratura, já um pouco tarde, aos 35 anos. Com efeito, em Novembro de 1858, foi nomeado, após concurso, delegado do Procurador Régio, para a comarca de Castelo Branco¹⁷. Posteriormente, a seu pedido, foi transferido, em Janeiro de 1862, para a comarca da Chamusca (Diário de Lisboa de 03.01.1862, p. 1). No ano seguinte, estava já na comarca de Baião, onde, por conveniência de serviço, foi transferido para a comarca de Trancoso, com as mesmas funções (Diário de Lisboa de 04.05.1863, p. 1 e 18.08.1863, p. 1).

A sua carreira conheceu algumas vicissitudes, a partir da transferência forçada da comarca de Baião para a de Trancoso. Efectivamente, em Setembro de 1863, ainda não tinha tomado posse em Trancoso e foi-lhe concedida uma última prorrogação de prazo de 20 dias para o fazer (Diário de Lisboa, de 05.09.1863, p. 1). Em Março do ano seguinte, estando a trabalhar na comarca de Trancoso, pediu ausência do serviço por 40 dias, o que foi autorizado (Diário de Lisboa, de 28.03.1864, p. 2). Em Setembro seguinte, solicitou nova ausência, por 60 dias, que teve parecer favorável (Diário de Lisboa, de 02.09.1864, p. 1). Esta situação de algum absentismo levou à transferência “compulsiva” de Trancoso, para a comarca da Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, em Maio de 1865, a qual não foi por ele cumprida (Diário de Lisboa, de 18.05.1865, p. 1). Face à recusa em tomar posse, naquela comarca açoreana, em Outubro do mesmo ano, foi demitido do referido lugar (Diário de Lisboa, de 05.10.1865, p. 1).

15 Arquivo Distrital de Coimbra - PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/F/008674 - pesquisa.auc.uc.pt/details?id=166964&ht=- - visualizado em 10.10.2019. As classificações foram: Exames: 3.º 28.06.1844 Aprovado *Nemine Discrepante*, *Atos n.º 19, fl. 6v. /4.º e grau de Bacharel* 03.06.1845 Aprovado *Nemine Discrepante*, *Atos n.º 19, fl. 140v. /Formatura* 24.10.1846 Aprovado *Nemine Discrepante*, *Atos n.º 19, fl. 296v.*

16 Diário do Governo, de 18.10.1856, p. 5.

17 Diário do Governo, de 26.11.1858, p. 1.

Bacharel Antonio Coelho de Freitas, delegado do procurador regio na comarca de Trancoso, transferido para a da Villa do Porto, na ilha de Santa Maria, onde não chegou a tomar posse — demittido do referido logar.

Imagem n.º 6 – Diário de Lisboa, de 5 de Outubro de 1865, p. 1 – demissão

Deve ter regressado então a Vila Real onde, em Janeiro de 1869, encabeçou a mesa duma reunião popular para pedir ao Rei para conservar o governo do marquês de Sá da Bandeira. Os signatários diziam apoiar o programa nacional inaugurado no País em Janeiro de 1868 (Diário do Governo de 26.01.1869, p. 1). Em 1871, era proprietário de vinhas na região duriense de Gouvinhas, as quais foram afectadas pela filoxera. Esta doença dizimou-lhe ou tornou inactivos cerca de 2.000 pés de videira (Diário do Governo de 17.12.1873, p. 7).

Em 1877, fez parte da lista dos substitutos dos juizes de Direito do distrito da Relação do Porto, na comarca de Vila Real (Diário do Governo, de 18.04.1877, p. 2), prática que foi renovada nos anos de 1878 e 1879. (Diário do Governo de 13.07.1878, p. 3 e 24.03.1879, p. 3). Em 1886, foi nomeado substituto dos vogais dos tribunais administrativos para o distrito de Vila Real, a par do bacharel Bento Teixeira de Figueiredo Amaral, da Casa de Urros. (Diário do Governo, de 06.12.1886, p. 1).

António Coelho de Freitas¹⁸ faleceu, em Abambres, em 7 de Abril de 1890, e foi sepultado no cemitério de Mateus. Segundo o registo paroquial respectivo, não deixou descendentes. Conhecemos, contudo, a existência de um pedido de inventário obrigatório, interposto no Tribunal da Comarca de Vila Real, em que é inventariado António Coelho de Freitas e inventariante Vicência Júlia Rodrich¹⁹, o que pode denotar a hipótese de existir algum descendente.

2.2.3 – 3.ª Geração – Dona Antónia Adosinda Coelho de Freitas

Nasceu Dona Antónia em 22 de Julho de 1830 e casou, em Mateus, em 22 de Março de 1862, com o Tenente Engenheiro Miguel Maria Gomes, natural de

18 Curiosamente António Álvares Coelho de Freitas, ou António Coelho de Freitas, aparece erradamente na obra do Abade de Baçal (Memórias Arqueológico-históricas do Distrito de Bragança ... - os Fidalgos) como natural da freguesia de S. Tomé de Abambres, concelho de Mirandela. Tal dever-se-á a uma confusão em relação ao mesmo topónimo.

19 Arquivo Distrital de Vila Real – proc.º de Inventário Obrigatório - PT/ADVRL/JUD/TJCVRL/C-D/082/557, Cx. 42 – consultado em 10.10.2019 em <https://digitarq.advrl.arquivos.pt/details?id=1217450>.

S. Mamede (Lisboa) e tendo ele 31 anos. Era filho legítimo do capitão José João, de S. Faustino (Peso da Régua) e de Dona Mariana Joaquina de Jesus, da Ilha de Santa Catarina do Brasil; era neto paterno de Francisco José Gomes e de Dona Antónia Pereira Carneiro e neto materno de José Inácio da Silva Bernardino e de Dona Caetana Joaquina de Jesus. Foram testemunhas/padrinhos António José de Sousa de Andrade, Administrador da Casa de Mateus e sua mulher Dona Ana Felícia Correia Pais de Andrade. Tiveram as bênçãos nupciais em 22 de Maio de 1862.

Dona Antónia e Miguel tiveram os seguintes filhos:

- Dona Maria das Dores, nascida em 1 de Fevereiro de 1863 e baptizada a 15 de Fevereiro, tendo sido padrinho o avô Francisco de Freitas e Nossa Senhora das Dores “*tocando a criança a coroa da mesma Senhora*”.
- Dona Mariana Amália Coelho de Freitas, nascida em 5 de Março de 1865, que segue.
- Francisco Coelho de Freitas, nascido em Abambres em 15 de Outubro de 1871.

O casamento de Miguel e Antónia foi dissolvido ao fim de 12 anos (1862–1874) com o falecimento inesperado, em Abambres, do Engenheiro Miguel Maria Gomes, em 11 de Maio de 1874, aos 42 anos de idade. Correu processo de inventário obrigatório²⁰, tendo em conta que havia três filhos menores de 11, 9 e 3 anos de idade, sendo inventariante a viúva²¹. De seguida, esta requereu, junto da Direcção do Montepio Oficial, a pensão a que tinham direito, por óbito de Miguel Maria Gomes, engenheiro subalterno de 2.^a classe, na sua qualidade de administradora dos três filhos menores²².

Contudo, a dor daquelas crianças, em breve, conheceria novo revés com a morte da mãe, aos 47 anos de idade, em 17 de Abril de 1877.

20 Correu Processo de Inventário obrigatório, no Tribunal da Comarca de Vila Real (PT/ADVRL/JUD/TJCVRL/C-C/082/178), no ano de 1874, em que foi inventariado Miguel Maria Gomes e inventariante Antónia Adosinda Coelho de Freitas (Cota actual: Caixa 14; cota original: 7).

21 No mesmo ano, antes da morte de Miguel, correu termos, no Tribunal da Comarca, um processo de expropriação por utilidade pública (PT/ADVRL/JUD/TJCVRL/C-A/076/3), em que era autor o Delegado do Procurador Régio e Réus: Miguel Maria Gomes e Antónia Adosinda Coelho de Freitas. Deve tratar-se de um terreno a expropriar para a construção da estrada “fontista”, de ligação a Murça e Mirandela (ex- Estrada Nacional nº 15).

22 Diário do Governo, de 23.07.1874, p. 7.

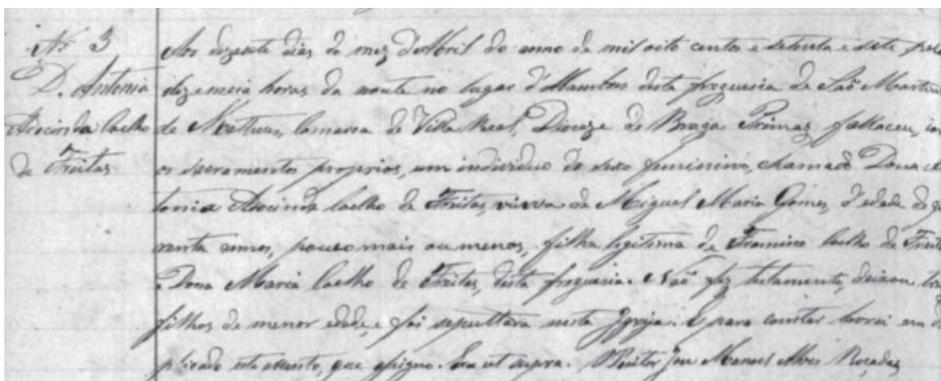


Imagem n.º 7 – Registro de óbito de D. Antónia Adosinda Coelho de Freitas
(Fonte: ADVR)

2.2.4 - As últimas gerações dos morgados de Arroios, na Casa do Paço

A fatal coincidência que atingiu os representantes dos Morgados de Arroios marcou, definitivamente, o destino da Casa do Paço e da família Coelho de Freitas, cujo último morgado ali tinha nascido, em 1871. A última geração, ou seja, aquela que podia trazer descendência à Casa e renová-la, partiria após o casamento da sua representante, feita adulta “à força”. Ficaram ainda alguns familiares, cujas contingências de vida não permitiram a desejada renovação, a saber: o Dr. António Coelho de Freitas, filho legítimo de Francisco Coelho de Freitas e Dona Maria Teixeira de Figueiredo, que faleceu em Abril de 1890; Francisco Coelho de Freitas Gomes, filho legítimo de Miguel Maria Gomes e D. Antónia Adosinda Coelho de Freitas, que faleceu em Abambres, em Janeiro de 1907.

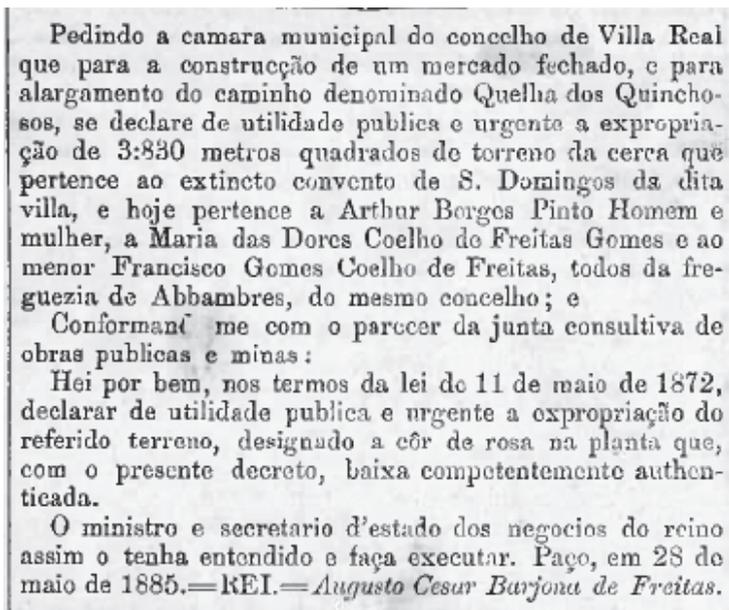
2.2.4.1 – 4.^a Geração – Dona Mariana Amália Coelho de Freitas

Mariana Amália, nasceu em 5 de Março de 1865, tendo sido baptizada a 25 de Março do mesmo ano, na igreja paroquial de Mateus. Foram padrinhos António Coelho de Freitas, tio da baptizada, residente na Vila de Trancoso, o qual mandou “*procuração ao Reverendo Padre José Ribeiro da freguesia de Borbela atual Cappelão dos Pais da Baptizada para assistir ao dito Baptismo como padrinho, como teve pela Procuração que o mesmo apresentou e madrinha foi Nossa Senhora da Purificação tocando a cabeça da criança com o coroa da mesma Senhora cujo padrinho procurador reconheço ser o próprio*”.

Foi criada na Casa do Paço tendo, aos 9 anos, ficado órfã de pai e, aos 12 anos, órfã de mãe. A sua educação, bem como a dos irmãos, deve ter sido assegurada pelo seu padrinho e tio, o Dr. António Coelho de Freitas.

Dona Mariana casou em Mateus, em 26 de Maio de 1883, com Artur Borges Pinto Homem, filho de António Borges Pinto Homem, de Godim (Peso da Régua) e de D. Emília Adelaide de Oliveira, tendo o noivo 25 anos. Artur Borges Pinto Homem foi 1.º oficial da Secretaria Geral do Governo de Moçambique e administrador do concelho de Bilene, distrito de Lourenço Marques (actual Maputo). Era parente do Dr. Jerónimo do Amaral. O casal não escolheu a Casa do Paço para sua residência e, muito provavelmente, logo após o casamento deve ter-se deslocado para Moçambique. É um facto que o seu único filho conhecido, de nome Miguel, já não nasceu na freguesia de Mateus.

Os irmãos Coelho Freitas (Dona Mariana, Dona Maria das Dores e Francisco Gomes) eram proprietários de imóveis deixados por seus familiares, junto à antiga Quelha dos Quinchosos, em terrenos da antiga cerca do extinto Convento de S. Domingos.



Pedindo a camara municipal do concelho de Villa Real que para a construcção de um mercado fechado, e para alargamento do caminho denominado Quelha dos Quinchosos, se declare de utilidade publica e urgente a expropriação de 3:830 metros quadrados de terreno da cerca que pertence ao extinto convento de S. Domingos da dita villa, e hoje pertence a Arthur Borges Pinto Homem e mulher, a Maria das Dores Coelho de Freitas Gomes e ao menor Francisco Gomes Coelho de Freitas, todos da freguesia de Abbambres, do mesmo concelho; e

Conformant' me com o parecer da junta consultiva de obras publicas e minas:

Hei por bem, nos termos da lei de 11 de maio de 1872, declarar de utilidade publica e urgente a expropriação do referido terreno, designado a côr de rosa na planta que, com o presente decreto, baixa competentemente authenticada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de maio de 1885.—KEI.—Augusto Cesar Barjona de Freitas.

Imagem n.º 8 - Diário do Governo, de 09.06.1885, p. 1 - Expropriação

Em 1885, a Câmara Municipal de Vila Real tinha deliberado a construção do mercado fechado e o alargamento da Quelha dos Quinchosos, pelo que foi necessário proceder à sua expropriação por utilidade pública. Esta foi autorizada

por despacho de 22 de Maio de 1885 e compreendia um terreno com a área de 3.830 metros quadrados²³.

Em relação a Francisco Coelho de Freitas Gomes é conhecida a existência de um processo judicial da Relação do Porto (autos crime nº 14376) em que é recorrente, sendo recorrido José Gaspar da Graça Júnior, o qual foi a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (Diário do Governo de 18.12.1893, p. 4). Em Março de 1900, foi opositor a um concurso para provimento de terceiros aspirantes das alfândegas, da Administração Geral das Alfândegas e Contribuições Indirectas (Diário do Governo, de 25.03.1900, p. 2).

Francisco Coelho de Freitas faleceu, solteiro, em Abambres, a 14 de Janeiro de 1907, e foi sepultado no cemitério de Mateus.

2.2.4.2 – “5.ª Geração” – Miguel Coelho de Freitas Pinto Homem

Miguel nasceu no ano de 1885, provavelmente, na capital da colónia de Moçambique, onde o pai pertencia à administração colonial. O seu percurso de vida é pouco conhecido, para além da sua carreira militar, ao serviço da Marinha, a qual está bem documentada.

2.2.4.2.1 – A carreira na Marinha

Iniciou o seu tirocínio na Marinha, no ano de 1904. Em 24 de Setembro de 1904, foi nomeado aspirante de 2.ª classe da administração naval e, a partir de 14 de Abril de 1908, passou a aspirante de 1.ª classe²⁴.

Em Setembro de 1910, fazia parte da tripulação da canhoeira “Açor” e foi destacado para servir na Direcção-Geral da Marinha sendo, pouco depois, promovido a comissário de 1.ª classe. Exerceu funções na Direcção de Construções Navais (1911), serviu como jurado no Tribunal da Marinha (1912) e foi tesoureiro do Conselho Administrativo dos Serviços Fabris.

Por decreto de 15 de Abril de 1916, foi promovido a 2.º tenente da Administração Naval e passou a servir no Depósito de Fardamento e Pequeno Equipamento da Armada.

23 Diário do Governo, de 9.06.1885, p. 1. Trata-se do terreno onde hoje se situa o edifício os Correios, em Vila Real, à face da Avenida de Carvalho de Araújo.

24 Diário do Governo de 24.09.1904, p. 9 e de 09.04.1908, p. 2.



Imagem n.º 9 - Capitão-de-fragata Miguel Coelho Freitas Pinto Homem
(Fonte: Arquivo Histórico da Marinha)

Por igual diploma de 7 de Abril de 1917, foi mandado passar à situação de comissão nas colónias sendo, posteriormente, nomeado para o cargo de Chefe da Contabilidade do Departamento Marítimo, na Província de Moçambique.

Havia casado, em 31 de Janeiro de 1912, com Josefa Pinto Homem e sabe-se que, em Janeiro de 1919, se deslocou em visita à África do Sul, em gozo de licença. Na sua comissão de serviço, em Moçambique, esteve destacado no Departamento Marítimo (1917), onde foi Chefe de Contabilidade do dito departamento (1917 a 1925), tendo também exercido o cargo na Secretaria dos Serviços da Marinha e Administração Política e Civil (1925).

Regressou à Metrópole, em 16 de Outubro de 1925, exercendo funções na Direcção dos Serviços de Fazenda, entre 1926 e 1932. Foi depois nomeado para nova comissão a Moçambique, onde serviu no Departamento Marítimo, entre 1932 e 1934.

2.2.4.2.2 – A carreira na Administração Naval, as mercês e as medalhas

Ao serviço da Administração Naval foi nomeado para os seguintes postos: Segundo-tenente, em 10 de Abril de 1916; Primeiro-tenente, em 29 de Junho de 1918; Capitão-tenente, em 29 de Dezembro de 1936 e, por último, Capitão-de-fragata, em 18 de Janeiro de 1940.

Ao longo da sua brilhante carreira foi distinguido com as seguintes medalhas e mercês:

- Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar (1918). Por portaria de 22 de Novembro de 1934, da Colónia de Moçambique, foi louvado pela muita competência revelada no desempenho do seu cargo de chefe de secção de Administração e Contabilidade do Departamento Marítimo, além da grande dedicação e assiduidade ao serviço.
- Medalha da Vitória (1935);

- Medalha de prata comemorativa das Campanhas do Exército Português “No mar 1916, 1917, 1918”. (1935);
- Por decreto de 18 de Maio de 1935, foi-lhe concedida a medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar;
- Em 5 de Outubro de 1935, foi condecorado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Avis²⁵;
- Em 10 de Abril de 1935, foi-lhe concedida a medalha de prata da classe de assiduidade de serviços no Ultramar.

Por despacho ministerial, de 6 de Maio de 1941, foi considerado incapaz para todo o serviço, passando, posteriormente, à situação de reforma. Em 1951, foi autorizado o seu pedido para fixar residência em Lourenço Marques. Faleceu o capitão-de-fragata Miguel Coelho de Freitas Pinto Homem, último representante dos morgados de Arroios, na Casa do Paço, de Abambres, em 17 de Agosto de 1955. Ignora-se se terá deixado descendência.

3. As ligações da Casa do Paço aos morgados de Arroios e outras casas senhoriais

Em relação à família Álvares de Barros, cujo apelido, no século XVIII, foi abreviado para Alves de Barros, ficam patentes as ligações matrimoniais, de alguns dos seus elementos, com membros de outras casas senhoriais da freguesia, designadamente a Casa das Quartas e a que viria a ser a Casa de Urros. Ficou também, por demais demonstrada, a ligação aos morgados de Arroios.

Existe também uma ligação mais ou menos implícita, à pequena fidalguia da freguesia de Mateus, designadamente à Casa de S. Martinho (perto da igreja de Mateus) e, provavelmente, a uma casa setecentista do lugar de Abambres, na Rua do Lavrador, conhecida por Casa das Baptistas, que conserva a data da construção e uma escadaria com algum retoque artístico. Adossado à mesma existe um bonito portal encimado por dois pináculos laterais e por uma cruz,

25 <http://arquivo.presidencia.pt/details?id=135704&ht=homem>. Proposta de condecoração com o Grau de Oficial da Ordem Militar de Avis, de 11 de abril de 1935, aprovada, em julho de 1935; Decreto de Concessão, de 5 de outubro de 1935, publicado no D.G. n.º 233, de 5 de outubro de 1935.

que se supõe faria parte desta casa. Provavelmente, foi construído com a intenção de servir de capela mas nunca foi pedida qualquer licença religiosa para tal.

Em relação aos morgados de Arroios com ligação à Casa do Paço existem laços matrimoniais com a Casa de Mateus (através da esposa do Morgado da Prata), a Casa de Vale de Nogueiras, o morgado de Paredes e a Casa dos Condes de Margaride, em datas mais recentes.

3.1. O Morgadio de Arroios

A “*Rellação de Villa Real e seo termo*”, foi ordenada por D. João V, em 1721, e remetida pelo Senado da Câmara de Vila Real à Academia Portuguesa de História, dela constando relação das *notícias* que constavam do arquivo municipal.

No que se refere ao vínculo de morgado no lugar de Arroios, retirámos dessa “Relação”, um extracto do documento, a saber:

*“O doutor Christovão Alvares Coelho, cavaleiro professo da Ordem de Christo, fidalgo da Caza de Sua Magestade, desembargador e deputado que foi da Meza da Consciencia e Ordens, natural deste lugar de Arroios, sendo cazado com dona Brites de Barros e Faria, fes um vincullo de morgado regular dos bens de sua terça, chamando para primeiro administrador o seu filho mais velho, Antonio Alvarez Coelho de Faria, com condição que este vinculasse tambem os bens que lhe tocassem por legitimas, e que faltando a este gravamem havia por revogado o dito vinculo de morgado, que fazia (...) Declarou tambem que seu irmão, Antonio Alvarez Coelho, reitor de S. Pedro de Valnogueiras, fazia tão bem vinculo de morgado de seus bens para se unir a este, e que pello tempo adiante se achasse algum encontro nas instituiçoens, queria prevalecesse o que o dito seu irmão ordenasse e não o que ele dispunha, por que fiava mais da circunspeção e experiencia do dito seu irmão do que das letras delle instituidor, tudo com obrigação...”*²⁶.

Este vínculo foi instituído pelo Reitor de Vale de Nogueiras, por escritura de 13 de Junho de 1690 e, em 23 de Setembro de 1691, por disposição do Dr. Cristóvão Álvares Coelho, seu irmão. Eram irmãos de Paula, Maria de Jesus, Helena Figueiredo e filhos de Domingos Esteves de Carvalho, casado com Dona Cecília Álvares Coelho.

26 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Silva (1987) – *Memórias de Vila Real*, 2º volume, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, p. 493.

O Dr. Cristóvão Álvares Coelho, 1.º administrador do vínculo e morgado de Arroios, nasceu em 16 de Maio de 1629 e faleceu em 30 de janeiro de 1692²⁷. Estudou no Colégio de S. Paulo, em Coimbra, com ajuda financeira de seu irmão António Álvares Coelho, o qual também ajudou os outros irmãos.

Casou o Dr. Cristóvão com Dona Brites de Barros e Faria, filha legítima de Miguel de Freitas Barros e Faria e Margarida Borges Monteiro, de Guimarães.

Foram pais de António (que sucedeu no vínculo, como 2.º morgado), Luís, Manuel de Freitas (que veio a ser pai de Miguel Coelho de Freitas, que casou na Casa do Paço), Brites, Dona Maria Coelho de Barros e Faria (que casou com o Dr. Matias Alves Mourão, morgado de Mateus, conhecido como o Morgado da Prata), Dona Paula (que casou com o Morgado de Paredes), Dona Rosa de Jesus (freira de St.^a Clara, de Vila Real), Dona Helena (casada com António Matos Carvalho).

Foi 2.º Morgado de Arroios, o licenciado Dr. António Álvares Coelho de Faria, o qual, em execução da vontade dos instituidores mandou fazer a capela de Santo António de Arroios tendo apresentado, em 19 de Julho de 1731, o respectivo pedido ao Arcebispo de Braga.

O 2.º morgado não casou mas deixou geração de Maria José, solteira, a qual foi legitimada, a saber: Manuel (que seguiu) e Dona Mariana Joaquina de Barros e Faria que casou com António da Cunha Correia do Amaral.

Foi 3.º morgado e Senhor da Casa de Vale de Nogueiras, seu filho, Manuel Álvares Coelho de Freitas. Este, em 25 de Maio de 1750, pediu ao Arcebispo de Braga autorização para continuar as obras da capela de invocação a Santo António, onde viria a ser sepultado, juntamente com sua mulher.

Em 5 de Fevereiro de 1767, 36 anos depois de apresentado o pedido para a fundação, foi dada a obra por concluída e a capela ficou pronta a benzer. Em 1770, foi apresentada provisão, a D. Gaspar de Bragança, para colocar o confessionário. O 3.º morgado casou com Dona Josefa Joaquina e Silva e não tiveram filhos. Faleceu em 4 de Julho de 1797, sendo que, dois anos mais tarde, faleceu a sua esposa, ainda nova. Foi herdeiro de D. Josefa, seu pai, morgado de Paredes, de nome Manuel Cardoso Pinto Menezes. Era bisneto da irmã do Dr. Cristóvão Álvares Coelho, instituidor do morgadio de Arroios. Aquele morgado vendeu a casa, a capela e as quintas ao Dr. António Rebelo Matos Rocha e irmãos Dr. José Rebelo, Maria Eufrásia e Ana Margarida. Dos quatro irmãos, nenhum teve filhos legítimos. Somente José Rebelo teve um filho natural, de nome Bernardino Felizardo, posteriormente legitimado, por alvará régio de 5 de Novembro de 1831.

27 ALBUQUERQUE, Teresa (coorden.\. geral) (2005) – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real, Fundação da Casa de Mateus, p. 68.



Imagem n.º 10 - A capela de Arroios há cem anos
(Ilustração Católica, n.º 213, ano de 1917)

Bernardino Felizardo casou na igreja de S. Pedro (Vila Real), em 16 de Outubro de 1831, com Dona Matilde Carolina Menezes Girão Cardoso, descendente da irmã do instituidor (Dona Paula, casada com o Morgado de Paredes). Desta forma, a capela voltou à família dos instituidores. Bernardino e Dona Matilde foram pais de:

- João Rebelo Cardoso Menezes, que nasceu em 29 de Outubro de 1832 e foi baptizado em 4 de Janeiro de 1833. Foi arcebispo de Lorissa e bispo auxiliar de Lamego, conhecido por D. João Rebelo e, após a sua morte, foi sepultado na capela de Arroios.
- Ana Júlia, nascida em S. Pedro, em 3 de Agosto de 1838, casou na Casa da Portela, em Pevidém, concelho de Guimarães, em 5 de Julho de 1866, com o Dr. Luís Cardoso Martins Costa Macedo – 1.º conde de Margaride (bacharel em Filosofia, Governador Civil de Braga – de 1871 a 1878 e do Porto em 1878-1879). Por esse motivo, a capela de Arroios veio a pertencer aos Condes de Margaride.
- Bernardino.

Bernardino Felizardo e Dona Matilde foram sepultados na capela de Arroios, ele, em 2 de Agosto de 1870 (falecido em S. Pedro) e, ela, em 21 de Janeiro de 1880.

Dona Ana Júlia e o 1.º Conde de Margaride viveram na Casa da Veiga (Azurém – Guimarães) e foram pais de:

- Dona Luísa Conceição (nascida em 04 de Abril de 1867); Henrique Cardoso – 2.º Conde de Margaride (nascido em 24 de Fevereiro de 1868); João Cardoso (nascido em 14 de Agosto de 1869); Luís Cardoso (nascido em 10 de Agosto de 1871); José Cardoso (nascido em 10 de Outubro de 1873) e Alberto Cardoso (nascido em 08 de Agosto de 1878)²⁸.

Em 9 de Março de 1988, os descendentes da Condessa de Margaride fizeram doação à Junta de Arroios da referida capela de Santo António.

Desde os anos 80 do séc. XX, a capela de Santo António acusava um elevado grau de degradação e abandono, com portas abertas ao exterior. Havia um movimento que defendia a sua classificação e recuperação. Em 2006, há a registar a criação da Liga dos Amigos da Capela de Arroios (L.A.C.A.), para promover a reabilitação da mesma e apresentação ao I.P.P.A.R. de projecto de restauro.

Nos dias de hoje, a capela está totalmente recuperada, tendo-lhe sido devolvida a sua dignidade e tem sido palco de diversas actividades culturais.

3.1.1. Os brasões do morgado de Arroios

Como já foi referido, existem três exemplares do mesmo brasão do morgado de Arroios. O primeiro localiza-se na fachada da capela de Santo António de Arroios. O segundo foi colocado na residência do reitor de Vale de Nogueiras (instituidor do vínculo), na casa que, mais tarde, veio a pertencer aos Senhores da Casa das Quartas. Quando a casa de Vale de Nogueiras foi vendida, o brasão foi apeado e encontra-se hoje ornamentando as paredes de um tanque na Casa das Quartas. Finalmente o terceiro brasão foi colocado na Casa do Paço, objecto do presente estudo.

As armas e apelidos são os mesmos nos três exemplares, havendo algumas diferenças na representação (ex. Correias). Existem outras pequenas diferenças entre eles, designadamente na forma do escudo e nas cartelas, ornadas de motivos

28 MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de (2018) – *O morgadio e vínculo da Capela de St.º António de Arroios em Vila Real*, Vila Real, Câmara Municipal/Grémio Literário Vila-Realense, Caderno Cultural nº 19, IV Série.

vegetalistas, algo diferentes. O exemplar mais simples é o da Casa de Vale de Nogueiras, hoje em Abambres.

De acordo com a página do SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico/Direcção-Geral do Património Cultural -, a descrição do brasão dos morgados de Arroios, é a seguinte:

“O brasão da fachada principal tem no I quartel as armas dos Coelhos, de ouro, com leão de púrpura, armado e lampassado de vermelho, com bordadura de azul, carregada de cinco coelhos de prata, manchados de negro; no II as armas dos Cunhas, de ouro, com nove cunhas de azul, postas 3, 3 e 3; no III as dos Farias, de vermelho, com uma torre de prata, aberta e iluminada de negro, acompanhada de cinco flores-de-lis de prata, três em chefe e uma em cada flanco; e no IV as armas dos Correias, de ouro, fretado de vermelho, de seis peças”²⁹.

4. A Casa do Paço, na actualidade

A Casa do Paço, como é referido, tem as suas origens ligadas à família Álvares de Barros, os quais, como vimos, em 1768, se uniram aos morgados de Arroios, de apelidos Coelhos de Freitas e aí viveram até às últimas décadas do século XIX.

Em 1895, chegou à posse do industrial José Maria Pereira Júnior, depois Comendador, que fez dela a sua casa de férias, nas deslocações do Brasil a Portugal, e onde viveu entre 1908 e 1915, ano da sua morte. Aí terá vivido a viúva, Joana Lopes Pereira, falecida na década de 30 do século XX. Posteriormente passou à posse de outros proprietários, que foram preservando a dignidade do conjunto arquitectónico. No estado actual de conhecimentos, e devido à omissão dos registos prediais, são desconhecidos alguns dos seus proprietários, ao longo dos tempos, e, no que historicamente mais importa, desde quando deixou de pertencer à família do Comendador que, na fase final da vida, terá começado a enfrentar algumas dificuldades financeiras.

No último meio século, de acordo com os documentos prediais e publicações obrigatórias de escrituras de justificação em jornais locais, o espaço urbano e rural da Casa do Paço tem conhecido, em média, um proprietário por década³⁰.

29 http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5941.

30 Trata-se sucessivamente de Manuel José Teixeira e esposa, José Maria Basílio Teixeira e Maria Manuela Facote Ribeiro, Armando Ferreira Pinto, Licínia M. F. Rua, António Bernardino F. Camilo (parte rural) e Maria de Fátima S. Mendes.



Imagem n.º 11 – Alçado poente da Casa do Paço
(foto do autor, 2019)

Há alguns anos, no espaço envolvente e em alguns dos imóveis, funcionou uma empresa de restauração ligada à promoção de eventos, o que, pelo investimento feito, trouxe mais-valias ao espaço e tornou conhecida a Casa do Paço. Na actualidade, a casa-mãe acusa alguns sinais de degradação, designadamente a nível das caixilharias e dos beirais. Espera-se que a aposta futura seja na preservação da mesma, num projecto em que as autoridades administrativas locais deveriam dar o seu contributo, tendo em vista a preservação e dignificação desta casa senhorial que faz parte do património arquitectónico senhorial mateusense e da identidade cultural vila-realense.

Considerações finais

Pretendemos aqui dar a conhecer o historial desta casa senhorial da povoação de Abambres e a história das gentes que nela habitaram, ao longo de cerca de quatro séculos, primeiramente ligado à família Álvares de Barros e, depois, na ligação dessa família aos Coelho de Freitas.

Do projecto inicial de investigação faz parte a publicação de um outro estudo, complementar do presente e já encetado, o qual contemplará a história da Casa do Paço e suas gentes, a partir de 1895, data em que o industrial José Maria Pereira Júnior procedeu à sua aquisição. Trata-se de uma história de vida deveras interessante, a nosso ver, e que revela um curioso percurso de ascensão e mobilidade social, estimulado pelo sucesso das empresas do referido Comendador, no Rio de Janeiro, onde se tornou, no dealbar do século XX, um dos grandes empresários da

construção civil. O estudo em projecto, que esperamos ver publicado no próximo ano, permitirá dar a conhecer aspectos até aqui desconhecidos deste vila-realense, nascido de uma modesta família, da freguesia de Mouços, e residente que foi na Casa do Paço.

Nessa perspectiva, esperamos que o presente projecto possa contribuir para um melhor conhecimento da história da freguesia de Mateus e das suas casas senhoriais, das quais foi já dado à estampa, em 2017, um estudo sobre a Casa de Urros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Distrital de Braga

- Inquirição de Genere de António Álvares, da freguesia de S. Martinho de Mateus, Comarca de Vila Real, nº 1740, de 26 de Agosto de 1746, p. 2. – Visualizado, em 10.10.2019, em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99DC-JX95>

Arquivo Distrital de Vila Real

- Registos Paroquiais/Freguesia de Mateus/Baptismos/Casamentos/Óbitos (sécs. XVIII, XIX e XX)
- Registos Paroquiais/Freguesia de Borbela/Baptismos/casamentos – vários
- Registos Paroquiais/Freguesia de Arroios/Baptismos/casamentos – vários

Arquivo Histórico da Marinha

- PT/BCM-AH/30A/001-016/2499 - *Livro mestre dos Oficiais de Administração Naval*. – Álbum nº 6.

BIBLIOGRAFIA:

- **ALBUQUERQUE**, Teresa (coorden. geral) (2005) – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*, Vila Real, Fundação da Casa de Mateus.
- **BARROS**, Carlos de (1971) – *Famílias da Freguesia de S. Martinho de Mateus. Observações à obra “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo”*, do Dr. Júlio António Teixeira, Porto, edição de autor.

- **CONDE**, António Adérito Alves (2016) – *Uma personagem camiliana: o juiz João Roberto de Araújo Taveira. Uma família nobre de Guiães*, Revista Tellus, nº 65, Vila Real, Câmara Municipal/Grémio Literário Vila-Realense, pp. 5-24.
- **CONDE**, António Adérito Alves (2017) – *A Casa de Urros, dos Figueiredos do Amaral – uma casa nobre da freguesia de Mateus*, Revista Tellus, nº 66, Vila Real, Câmara Municipal/Grémio Literário Vila-Realense, pp. 5-33.
- **GONÇALVES**, Joaquim C. Barreira (2008) – *O vínculo de morgado de Arroios e a sua capela de St.º António: subsídios para o seu estudo*, separata da Revista Tellus, n.º 48, Junho de 2008, pp. 49-86.
- *Livro de Ouro comemorativo da visita de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I aos Estados Unidos do Brasil e da abertura dos portos ao Comércio Mundial. Homenagem ao Brasil e Portugal*, Lisboa, Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1908.
- **MARQUES**, José (2003) – *A ‘Câmara’ de S. Martinho de Mateus, no segundo quartel do século XV*, Revista População e Sociedade, 10 (2003) 71-111, Porto.
- **MENEZES**, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de (2018) – *O morgadio e vínculo da Capela de St.º António de Arroios em Vila Real*, Vila Real, Câmara Municipal/Grémio Literário Vila-Realense, Caderno Cultural nº 19, IV Série.
- **SOUSA**, Fernando; **GONÇALVES**, Silva (1987) – *Memórias de Vila Real*, 2.º volume, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real.
- **TEIXEIRA**, Júlio A. (1990) – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, Vol. I, Lisboa, Reedição Fac-Similada de J.A. Telles da Sylva.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

- **Gazeta de Lisboa/Diário de Lisboa/Diário do Governo** – pesquisados em: Coleção de Legislação – projecto DIGIGOV – Diário do Governo Digital – 1820-1910 – CEPESE – visualizado em: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa>.
- O Vila-Realense, ano de 1908.

* * *

Foi concluído este estudo, dedicado à memória de meu Pai, António Joaquim, na Quinta da Levandeira (Abambres), em Outubro de 2019.

***O texto, por opção do autor, não respeita o Acordo Ortográfico em vigor.**

Agradecimentos

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral, pela aprovação, para publicação, deste trabalho.
- Ao Sr. Elísio Amaral Neves, grande conhecedor e estudioso da história local vila-realense, por toda a colaboração prestada.
- Ao meu irmão José Conde, grande interessado pela História da nossa terra e meu primeiro leitor, pela assídua colaboração na obtenção de alguns documentos.
- À Inês, minha filha, pelo cuidado na revisão do texto.
- Aos colegas e amigos, de Abambres, com quem contactei para reconstituição de contextos.

Falando da língua do povo do planalto miandês, ou da “Terra de Miranda”

António Pimenta de Castro

Quero dedicar este artigo ao meu Grande e Saudoso amigo Amadeu Ferreira, pela luta que travou pela Língua Mirandesa, fazendo que nós também tenhamos, todos os transmontanos (naturais ou adoptivos) “proa” em falar um pouco de mirandês, ou seja, que todos tenhamos também o “nosso cacho de mirandeses”.

Duas palavras

É com satisfação que volto a participar na *Revista Tellus*. É, para mim um prazer e, ao mesmo tempo uma grande responsabilidade participar, uma vez que eu sou da área da História e a temática que escolhi incide sobre a etnografia, linguística e, também um pouco sobre a vertente antropológica. Após alguma ponderação sobre a temática a apresentar-vos, decidi-me por um tema, que me é muito grato e que se enquadra na etnografia e antropologia, tendo sempre por base, ou escritores transmontanos (sobretudo o incontornável Trindade Coelho), ou investigadores ligados, pela sua obra ou pelo seu coração a Trás-os-Montes, como por exemplo: Leite de Vasconcelos e o Dr. Santos Júnior (este último, como sabemos, muito ligado a Moncorvo)¹.

¹ O Dr. Santos Júnior era Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), e tinha um boletim que ainda hoje assino, (agora *on line*). Este Dr. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, apesar de não ser natural de Moncorvo, era dono e passava férias na sua

Muitos dos nossos alunos de Trás-os-Montes (sobretudo de algumas aldeias) falam, por vezes, palavras e expressões que, poderão ter “influência” mirandesa². Tentando não ser aborrecido, procurarei, ser rigoroso e usar o poder da síntese. Começemos por Trindade Coelho e Leite de Vasconcelos, guiados aqui pela mão amiga do *ameroso*³, de Amadeu Ferreira.

Também nós temos o “nosso cacho de mirandeses”⁴

Quando vim das minhas terras alto-minhotas, aqui para o nordeste transmontano, já há perto de quarenta anos, logo me chamaram a atenção um “modo de falar” e umas palavras, para mim, no mínimo, “esquisitas”. Quando fui colocado na primeira escola da minha carreira docente como professor de História, em Sendim (concelho de Miranda do Douro), ao sair da referida escola, na companhia do Presidente do Concelho Diretivo, o meu saudoso amigo Viana, e de um funcionário, o Sr. Ferreira, para dar uma primeira volta a uma terra para mim totalmente desconhecida, saíram-me à frente, três velhotas a falar umas palavras que eu não “percebia absolutamente nada”. Fiquei em pânico e disse: Se os netos e netas destas senhoras falarem assim nas aulas, estou completamente tramado. Ao que eles me disseram: Não tenhas medo, que os teus alunos até têm vergonha de falar assim (o mirandês); eles falam a “língua fidalga”, ou seja o português. Respirei de alívio... Na verdade, *in illo tempore*, como diria o nosso Trindade Coelho, o mirandês era uma língua oral e rural, quase em vias de extinção. Felizmente devemos a Homens como Trindade Coelho (para mim, na altura, uma novidade esta sua faceta), a Leite de Vasconcelos e mais recente-

Quinta Judite (na vila de Torre de Moncorvo) e tinha propriedades na Quinta de S. Pedro (na freguesia de Meirinhos, concelho de Mogadouro. Era um grande erudito, com uma vasta obra, também sobre Trás-os-Montes e concelhos de Moncorvo e Mogadouro, entre outros. Este grande Homem, ofereceu o seu espólio ao Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo. Tive o privilégio de com ele trocar alguma correspondência, que guardo religiosamente no meu arquivo, e de o ter levado, a ele e ao seu amigo Dr. António Maria Mourinho, das Terras de Miranda, a umas jornadas culturais, à, então chamada, Escola Secundária de Torre de Moncorvo.

- 2 A este propósito, consultar entre outras obras o “Dicionário de Palavras Soltas do Povo Transmontano” de Cidália Martins, José Pires e Mário Sacramento, Guerra e Paz Editora, Lisboa, 2017. Também o “Dicionário dos Falares do Concelho de Freixo de Espada à Cinta”, Edição da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, de Vítor Fernando Barros, Agosto de 2000.
- 3 “Ameroso- adj. Macio, brando, puído”, in “Dicionário dos Falares de Trás-os-Montes”, página 21, de Vítor Fernando Barros, Campo das Letras, 1.ª Edição, Porto, setembro de 2002.
- 4 Feliz expressão, usada por Trindade Coelho, como veremos.

mente a Amadeu Ferreira, entre muitos outros, que esta maravilhosa língua (oficialmente a segunda língua de Portugal, aprovada na Assembleia da República graças ao então deputado mirandês Júlio Meirinhos e homens como Amadeu Ferreira, entre outros) tenha sido salva e até esteja atualmente na moda. Bem hajam!!! Alguns alunos meus, em Torre de Moncorvo, também falam algumas palavras de origem mirandesa. Daí também a ligação a uma parte do concelho de Torre de Moncorvo e ao de Freixo de Espada à Cinta (sobretudo Lagoaça).

No ano de 2002, comemorou-se, o centenário da publicação do livro *In Illo Tempore*, de Trindade Coelho.

O *Fórum Terras de Mogadouro*, cujo patrono é, justamente Trindade Coelho, não ficou indiferente a essa data. Para além de ter participado, ativamente, na concretização da referida homenagem (promovida pela Câmara Municipal de Mogadouro, na Casa da Cultura, no dia 7 de dezembro), editou um número especial da sua revista, dedicado exclusivamente a este evento. Quis o destino que fosse eu o Diretor desse número especial. Nessa revista participaram, nunca é demais recordar, entre outras pessoas, eu próprio com o *Editorial* e um artigo intitulado “Trindade Coelho em Coimbra” e também o saudoso amigo Amadeu Ferreira, com um trabalho que intitulou “Trindade Coelho, grande divulgador e defensor da língua mirandesa”, escrito em Lisboa e datado de 19 de novembro de 2002, com a seguinte nota: *artigo pa la rebista “Fórum Terras de Mogadouro”*. Neste artigo, Amadeu Ferreira (a quem presto, mais uma vez, a minha sincera homenagem), fala-nos de um tema extremamente interessante e de uma faceta pouco conhecida de Trindade Coelho, ou seja, o nosso Trindade Coelho como um grande defensor da cultura e língua mirandesa. É este o tema que quero partilhar convosco, aqui a agora.

Citando o artigo de Amadeu Ferreira: «Como tudo começou. Quando, em 1884, Leite de Vasconcelos dedica a Trindade Coelho um dos poemas, em mirandês, de “*Flores Mirandesas*”⁵, este era ainda um jovem estudante, sem a notoriedade que viria a ter mais tarde. No entanto, detrás dessa dedicatória, estavam já todos os ingredientes que vieram a transformar o ilustre escritor e magistrado Trindade Coelho, mogadourense, em um dos maiores divulgadores e defensores do mirandês do século XIX, papel só ultrapassado pelo próprio Leite de Vasconcelos e Manuel Ferreira Deusdado, o que torna bem mais grave o silêncio que tem pesado sobre esta importante atividade de Trindade Coelho.»

5 Amadeu, tem a seguinte nota de rodapé: *Flores Mirandesas*, é o primeiro livro de Literatura Mirandesa escrita e o poema dedicado a Trindade Coelho tem por título “Purtual”.

Concordamos totalmente com este “grave silêncio”, que pesa sobre esta faceta, e outras, de Trindade Coelho. Mas voltemos ao texto de Amadeu Ferreira:

«Mas, comecemos pelo princípio.

Em 1883, Leite de Vasconcelos realiza a sua primeira viagem à Terra de Miranda. No ano seguinte volta e passa por Mogadouro, hospedando-se em casa da família do seu colega “O Mogadouro”⁶, nomeada por que era conhecido Trindade Coelho no colégio do Porto que ambos então frequentavam. A dedicatória daquele poema é uma homenagem à hospitalidade do colega e amigo, como refere o próprio Leite de Vasconcelos, já em 1900. (Leite de Vasconcelos publicou, nos seus *Estudos de Philologia Mirandesa*, vol. I, página 19), o testemunho deste seu agradecimento, assim: “Como percorri grande parte da raia, estive em povoações onde não havia estalagens, tive muitas vezes de recorrer à hospitalidade particular, e esta nunca me faltou. Entre as pessoas que o ajudaram refere, “os dos meus velhos amigos Dr. Trindade Coelho, que foi condiscípulo de collegio”. E Leite de Vasconcelos agradece a todos os que o receberam desta maneira: “*Nostris succede penatibus hospes: sê bem-vindo a nossas casas*”, ou como costumam dizer os transmontanos: Entre quem é!»

Amadeu Ferreira acrescenta ainda:

«Não será descabido concluir que foi pela mão de J. Leite de Vasconcelos, por quem tinha grande admiração, que Trindade Coelho compreendeu a importância da língua mirandesa e mais valorizou as características do português de Trás-os-Montes, que tão bem conhecia. Se nada mais tivesse acontecido, tudo não teria passado de um tributo de amizade prestado ao seu colega e amigo. Este era, porém, apenas o início do revelantíssimo serviço prestado por Trindade Coelho à Língua Mirandesa. Mas vou mais longe: há aspectos da obra de Trindade Coelho que devem ser lidos à luz das suas ideias sobre a língua mirandesa e respectiva importância.⁷»

Como se depreende, esta amizade entre Trindade Coelho e Leite de Vasconcelos levou o escritor de Mogadouro a compreender e a escrever na língua do povo. É esta “linguagem popular”, que vai utilizar nos seus livros, sobretudo em *Os Meus Amores*. Quem lê este livro, sabe que o povo falava assim (em alguns aspectos, ainda fala). Assim, Trindade Coelho, ao valorizar o mirandês (não nos esqueçamos que Mogadouro faz parte do Planalto), valoriza o português falado pelo povo. Mas avancemos...

6 Página 33 da referida revista do “Fórum Terras de Mogadouro”.

7 Amadeu Ferreira, idem, página 34.

Trindade Coelho, no ano de 1897, assinava a secção *Echos*, no jornal *O Reporter*, de Lisboa, sob o conhecido pseudónimo *Ch.-A.-Hysson*. No dia 1 de janeiro, começa a sua secção da seguinte forma:

«Desejo começar o novo ano, trazendo aos meus leitores, á literatura e á religião do meu país uma novidade encantadora: e é que d'ora avante lhes darei os evangelhos dos domingos e dias santificados, não em portugûês como até aqui, – mas nesse querido e interessantíssimo idioma mirandês, que se fala a dois passos da minha terra, em todo o concelho de Miranda do Douro, limítrofe do meu.

Miranda do Douro é uma pequenina cidade transmontana, fronteira de Espanha, e mais pequenina do que uma aldeia [naquele tempo]. É porém uma velha cidade fidalga, portuguesa dos quatro costados, com uma Sé muito imponente, onde vai à missa uma população muito curiosa, vestida da maneira mais original e mais pitoresca.

É lá a terra da capa-d'honras, que parece, em burel, a capa d'asperges d'algum bispo da Idade Média. Os homens ainda usam calções com alçapão, e meias de lã; casaca de gola direita; camisa de grandes colarinhos; e na cabeça, um chapéu d'abas direitas, cuja cópia é dum cone truncado. O que é essa boa gente, cujas mulheres vestem, por igual, trajos muito pitorescos, não se descreve nem se faz ideia, senão indo lá...

Ora é no idioma que eles falam, que eu passo, d'aqui por diante, a dar-lhes os Evangelhos. E de certo que é uma curiosidade inédita para a biografia da Bíblia, saber que eu tenho em meu poder, admiravelmente copiados, em livro encadernado que tem 368 páginas grandes, a duas colunas por página, os quatro Evangelhos: S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João (...). Já ficam então sabendo: ano novo, vida nova: – d'aqui por diante, Evangelhos em mirandês. E Deus nos dê saúde, para os lermos até ao fim, Amen!»

A tradução dos Evangelhos era feita pelo mais importante escritor em mirandês do século XIX (segundo Amadeu Ferreira), natural da Póvoa, Miranda do Douro, chamado Bernardo Fernandes Monteiro. «Mal o pedido de publicação lhe foi apresentado por Manuel Ferreira Deusdado, Trindade Coelho não hesitou, deixando-nos textos que, sem a sua iniciativa, talvez tivessem desaparecido.» Amadeu Ferreira refere ainda que «Trindade Coelho publica ainda cartas de Manuel Ferreira Deusdado e de Bernardo Fernandes Monteiro, tudo documentos de grande importância para a história da língua mirandesa. Mais que a mera publicação dos textos, acompanhados por uma escrupulosa tradução para portugûês feita por Trindade Coelho, a partir do texto mirandês, interessam-nos aqui as suas ideias sobre a língua mirandesa e a sua importância. O extrato que

deixamos acima não deixa lugar a dúvidas e serve de amostra bastante, atento o espaço reservado para este artigo⁸».

Esta publicação não foi muito longa, na medida em que a 9 de Fevereiro de 1897 cessa a colaboração de Ch.-A. Hysson (ou seja, Trindade Coelho) com *O Reporter*, mas a publicação de textos em mirandês num jornal de grande tiragem, marcou uma “viragem” positiva nesta língua, na medida em que sem ela o “grande público” nunca havia tomado contacto com o mirandês. “A publicação de textos em língua mirandesa num jornal de grande divulgação levava pela primeira vez a língua mirandesa escrita a pessoas que nunca haviam tomado contacto com ela. Esse facto iria provocar reacções, que conhecemos através de uma carta assinada por um tal Fernão Cavalleiro (pseudónimo) em que a língua mirandesa e as investigações de J. Leite de Vasconcelos sobre ela são tratadas com desprezo (*O Reporter* de 10 de Janeiro de 1897). A reacção não se fez esperar: Trindade Coelho publica uma carta, mas endossa ao seu amigo Leite de Vasconcelos que, logo dois dias depois, paga a Fernão Cavalleiro na mesma moeda. Eis a sua carta:

«Do Ilustre philólogo sr Leite de Vasconcelos, cuja competência afirmada em inúmeros trabalhos, até dispensa a minha memória de trazer para aqui a lembrança do tempo em que estudamos juntos, e em que ele era já o primeiro de nós todos, recebi a seguinte carta – um pouco zangada de mais, valha a verdade, porque nem eu teria publicado a de Fernão Cavalleiro (evidentemente pseudónimo) se visse nela alguma coisa de maior, que o melindrasse...

Mas se alguma coisa havia que não ficasse resgatada com as palavras de pura justiça que”pro domo mea” dirigi ao sr. Leite de Vasconcelos, o resgate era agora formal, porque o ilustre filólogo, vai ver-se, desobriga-se de capital e juros, – como beirão que é, e honrado. Lá diz o povo, que dever é honra e pagar é brio. E julgo portanto por sentença quites um com o outro o «cavaleiro da triste figura» e o Sr. Leite de Vasconcelos⁹». (*O Reporter*, 12 de Janeiro de 1897)

Ela também irá influenciar a publicação dos *Estudos da Philologia Mirandesa*, do seu amigo Leite de Vasconcelos. Também é importante destacar estas palavras de Trindade Coelho: «Escusado será dizer que as páginas do *Repórter*, e particularmente as colunas da minha secção, ficam todas, incondicionalmente, ao dispor do Sr. Leite de Vasconcelos, por cujo saber eu me prezo de professar tão grande consideração, como estima pelas suas qualidades, minhas conhecidas desde esses tempos idos do Colégio de S. Carlos, no Porto, onde frequentávamos

8 Amadeu Ferreira, idem, página 36.

9 Idem, página 37.

as mesmas aulas, – e onde, no meio de nós, Leite de Vasconcelos mais parecia já um professor, que um condiscípulo. (*O Repórter*, 22 de Janeiro de 1897).

Este episódio vai “picar” Leite de Vasconcelos e “em boa hora o fez, pois, passados poucos dias, Ch.–A.–Hysson ocupa a sua secção com sete longos e extraordinários artigos de J. Leite de Vasconcelos sobre língua mirandesa, que são verdadeiros antecedentes da sua obra maior sobre o mirandês; os dois volumes dos *Estudos de Philologia Mirandesa*. Hoje não temos dúvidas em afirmar que esta insistência de Trindade Coelho é uma das razões próximas da escrita daquela obra. Se outras razões não existissem – e há-as, como vimos e mais ainda vamos ver –, esta bastaria para dar a Trindade Coelho um lugar ímpar na história da língua mirandesa.¹⁰”.

Para finalizar, Trindade Coelho foi convidado a escrever uma gramática, mas ele recusa, não gostava de gramática nem de gramáticos... Responde assim a Moraes Ferreira, que não escrevia o mirandês correto, pois, no dizer de Trindade não «funda o seu estudo na fala do povo, ou na do “gaiteiro de Génísio”. Por mim, a amável afirmação do Sr. Morais Ferreira é tanto mais inexata, quanto é certo que eu nem no que escrevo faço gramática, ou me importo com a gramática – pois tudo quanto eu faço, ou, pelo menos, procuro fazer, é escrever como o povo fala, e os gramáticos, em geral, desdenham de falar como o povo, e são tão ousados, alguns, que até o emendam...¹¹». E Trindade Coelho “chega-lhe” (ao Sr. Morais Ferreira) assim:

«O resultado confirmou o que eu logo supus: que o Sr. Morais Ferreira não afinara a sua orthoepia (ortofonia, ortologia) do seu livro pelo diapasão do gaiteiro de Génísio, – o que é o mesmo que dizer, pela linguagem da terra de Miranda. (...) Logo, e visto que os bons mirandeses de Cicouro, de Génísio, de Especiosa, de Paradela ou de Ifanes, passem, d’ora avante, a falar pela orthoepia do sr. Morais Ferreira – concluo que esse tal “modelo”, esse diapasão típico que em seu conceito se chama «gramática», e que serve, segundo diz «para cotejar a linguagem» continua ainda, a despeito das optimas intenções do sr. Morais Ferreira, por fazer. Nem jamais se fará por semelhante processo, porque o processo para a fazer... é o contrário!¹²».

De facto, Trindade Coelho tem razão: o mirandês é falado e escrito, tal qual o povo o fala, assim como Trindade Coelho o faz em relação à sua terra. Era assim o nosso Trindade Coelho. Como ele dizia: «Nós mesmos temos ainda o nosso cacho de mirandeses». Trindade Coelho escreve ainda, respondendo ao

10 Idem página 37.

11 Amadeu Ferreira, idem, página 39.

12 Citação de Trindade Coelho, feita no mesmo artigo do Amadeu Ferreira.

convite do Sr. Moraes Ferreira: «*Amicus Plato, sed magis amica veritas*. Nada me seria mais agradável do que ter que elogiar este livro; já por ser de quem é, visto que o Sr. Moraes Ferreira tem velhos créditos na minha simpatia, já pelas minhas devoções especiais pelo assunto que versa, que me não pode ser mais carinhoso. Transmontanos ambos, eu e o autor deste livro (*O Dialeto Mirandês*, XII), amamos ambos esse abençoado pedaço da nossa província, que se chama terra de Miranda, e nós mesmos, posto que de um concelho limítrofe, temos ainda, como lá se diz, o nosso cacho de mirandeses...¹³».

E o que pensa Trindade Coelho da gramática e dos gramáticos? Vejam só:

«Amavelmente, mas caindo numa inexatidão, que é, de todas as do seu livro, a mais grave, afirma o Sr. Moraes que eu seria capaz – eu! – de escrever uma gramática mirandesa. Por Deus, não era! Fundamentalmente, eu sou até adverso a gramáticas e gramáticos, – razão dou a D. Francisco Manuel de Mello, quando diz as seguintes palavras que se valem muito pela graça portuguesa de que estão cheias, não valem menos, como conceito, pela autoridade donde proveem (...): Gramáticos, menina, é uma praga de gente bem escusada no mundo: são como os cães das boas letras; não servem senão para roer os ossos e espinhas, até que a põem na espinha». Continua Trindade Coelho: «Por mim, a amável afirmação do Sr. Moraes Ferreira é tanto mais inexata, quanto é certo que eu nem no que escrevo faço gramática, – pois tudo quanto eu faço, ou, pelo menos, procuro fazer, é escrever como o povo fala, e os gramáticos, em geral desdenham de falar como o povo, e são tão ousados, alguns, que até o emendam».

Como escreveu Amadeu Ferreira, a modos de conclusão, no seu citado artigo: «Toda a influência que J. Leite de Vasconcelos exerceu sobre Trindade Coelho (e outros escritores transmontanos) não pode separar-se do modo como ele respeitava a fala do povo, que tão bem documentada ficou na sua obra literária, em particular nos contos de *Os Meus Amores*. Sabia, com base nos estudos do seu amigo, que em todo ou numa parte considerável do concelho de Mogadouro (entre outras freguesias as de Travanca e Sanhoane), e (como no de Vimioso, entre outras as de Fonte Ladrão e Caçarelhos) já se tinha falado a língua mirandesa ou, melhor, a língua leonesa. Sabia também que esta língua também tinha deixado traços indeléveis na fala do povo com quem conviveu e de quem aprendeu a língua. Por isso, também se considerava um “um cacho mirandês”. Falta, ainda, um estudo da linguagem da sua obra, nesta perspectiva. O mesmo é dizer, ainda não se fez toda a justiça ao ilustre escritor. Espero um dia destes dar o meu modesto contributo, pois estou convencido que, por um lado, não é possível compreender

13 Trindade Coelho, no jornal *Novidades*, de 26 de Dezembro de 1898. Dados recolhidos no citado artigo de Amadeu Ferreira.

devidamente o português transmontano de toda a Terra de Miranda sem levar em conta a influência que nele teve a língua mirandesa, e, por outro lado, o estudo da língua mirandesa muito tem a ganhar com a consideração daquele dialeto (agora considerado a segunda língua oficial de Portugal). Trindade Coelho, há mais de cem anos, iniciou esse caminho. Sejam capazes de o continuar.¹⁴»

Hoje, devido à luta destes Homens, a língua mirandesa é uma segunda língua oficial falada em Portugal (era deputado, na Assembleia da República, o meu amigo Júlio Meirinhos, quando esta foi aprovada oficialmente).

Já continuamos esse caminho, meu Saudoso Amigo Amadeu Ferreira. Agora já se tem “proa” em falar mirandês e já se ensina em várias escolas o mirandês aos alunos sobretudo no concelho de Miranda do Douro (tendo, como professor de mirandês, entre outros, o meu amigo Domingos Raposo, e intelectuais, entre outros, o meu amigo Alfredo Cameirão). Temos orgulho nesta vertente do grande escritor Trindade Coelho. Era assim o nosso Trindade Coelho. Como ele dizia: «Nós mesmos temos ainda o nosso cacho de mirandeses»!

14 Amadeu Ferreira, artigo pa la revista “Fórum Terras de Mogadouro”, Amadeu Ferreira, Lisboa, 19 de Novembro de 2002.

A Propósito de *Frigideiras*¹

Elísio Amaral Neves

O Visconde de Vilarinho de São Romão² faz diversas observações à chamada ‘louça de fogo’ no livro *Memória sobre a economia do combustível, por meio de vários melhoramentos que se devem fazer nos lares ordinários, fornalhas, fornos e fogões*, Lisboa, 1834, defendendo em alternativa à louça feita de argila, vermelha na cor e vidrada com chumbo pela parte interior — que considerava ter pelo menos dois defeitos: rachar facilmente e ser venenoso o vidrado —, a louça negra da província de Trás-os-Montes, de que destacava a de Mondrões (Vila Real) e a de Tinhela, que, independentemente de «deixar repassar um pouco a água», não tem o defeito do vidrado. Acrescenta que os oleiros são conhecedores dos procedimentos que tornam estes «utensílios de cozinha³ mais capazes de preencher o fim, apesar de grosseiros», concluindo «não poder haver dúvida nenhuma em que a argila de Mondrões e de Tinhela, as quais eu conheço, e outras muitas que há por toda a parte, seriam excelentes para fazer uma perfeita louça de fogo, uma vez que fossem trabalhadas convenientemente, e as manufacturas cozidas em fornos bem feitos».

-
- 1 Este texto foi lido pelo Autor na cerimónia de entronização da Pastelaria “Frigideiras do Cantinho”, de Braga, como Confrade de Honra da Confraria do Covilhete, cerimónia que decorreu naquela cidade, no dia 13 de Abril de 2019, no âmbito do Ciclo ‘Os Lugares de João de Araújo Correia’, do Grémio Literário Vila-Realense.
 - 2 António Lobo Barbosa Ferreira Teixeira Girão (1785-1863), agricultor, publicista, economista e político.
 - 3 É atribuída ao Visconde de Vilarinho de São Romão a obra *Arte do Cozinheiro e do Copeiro*, Lisboa, 1841 (2.ª edição em 1845).

Vulgarizada a ‘louça de fogo’ na segunda metade do séc. XIX, com as características defendidas por António Lobo Teixeira Girão, substitui-se, no que respeita aos pastéis de picado (ou pastéis de carne), servidos na Feira de Santo António, em Vila Real — ocasião em que eram maioritariamente comercializados —, as formas de metal (ou de argila vidrada) por novos utensílios de cozinha, como certamente terá sido o caso das tigelas de barro negro de Bisalhães (Mondrões) onde passaram a ser confeccionados os pastéis de carne, que ganharam, nessa altura, a designação de *covilhetes*, por analogia com o formato das formas de barro.

A Feira de Santo António era aquilo que podemos chamar ‘Feira (ou Festa) Grande’. Mobilizava multidões, durante vários dias, com o propósito de fazer transacções e divertir-se, inclusivamente nas ‘barracas / restaurante’ ou ‘barracas / pastelaria’, entregues a cozinheiros e pasteleiros do Porto e Braga, contratados para reforçar o pessoal dos restaurantes instalados na feira e estabelecidos na vila.

Cozinheiros e pasteleiros de Braga que divulgaram um ou outro prato de bacalhau e os típicos folhados minhotos, e entre eles as *frigideiras*, pela projecção que esta especialidade ganhara, habituados, como estavam, pelo menos desde o séc. XVIII, a manipular com facilidade a massa folhada.

A comercialização dos *covilhetes* era feita em simultâneo com a das *frigideiras*⁴ na Feira de Santo António e, um pouco mais tarde, na Feira de Almodena (igualmente em Vila Real), onde as ‘clássicas frigideiras’ rivalizavam com a vitela assada, o arroz de tomate, a malga abonada de tripas, a sardinha de caldeirada, as enormes talhadas de sopa seca e a melancia, e publicitada e comentada nos jornais locais: «As barracas do ‘Espadilha’⁵ e do ‘João das Três’⁶ têm os fornos prontos para receber os alguidares do arroz de vitela e as tigelinhas dos covilhetes e das frigideiras»⁷; «E à noite, às fadigas do dia sucedia a hora de descanso, lá iam todos, vendedores e compradores, numa mistura de alegrias, procurar as saborosas frigideiras do ‘Espadilha’, que depois digeriam na algazarra ensurdecidora com que aplaudiam no Barracão as cenas comovedoras da imortal tragédia de Inês de Castro»⁸.

4 Nas últimas décadas do séc. XIX são igualmente comercializados na Feira de Santo António os pastéis de carne à moda de Chaves.

5 José Correia Pinto, natural de Vila Real.

6 Muito provavelmente João de Carvalho, natural de Lamego.

7 “«O Villarealense» – Há 50 anos – [reportado a] 23-5-1895” in *O Villarealense*, Vila Real, 24 de Maio de 1945, p. 2.

8 *O Villarealense*, Vila Real, 18 de Junho de 1903, p. 1.

No último quartel do séc. XIX, a venda de *covilhetes* e *frigideiras* já não estava circunscrita ao recinto da Feira (Largo do Calvário, Rua de Santo António e Rua do Carmo), comercializando-se estas duas especialidades durante todo o ano em pastelarias, restaurantes e hotéis: em 1884, na pastelaria de Teresa de Jesus, na Rua Direita, aos domingos e quintas-feiras⁹; em 1886, na pastelaria de Maria Amélia, no Largo do Pelourinho¹⁰; em 1892, no hotel e restaurante do Café Aurora, na Travessa de São Domingos, aos domingos¹¹; em 1931, no restaurante da Viúva Rebelo, na Estação, aos domingos e dias santificados¹²; em 1941, na Pastelaria Rosas, na Rua Serpa Pinto, durante todo o ano¹³.

Compreenderão por que estamos aqui, na Pastelaria ‘Frigideiras do Cantinho’, na mais antiga casa que os comercializa (1796), em Braga, numa das 46 lojas com História, que a Câmara Municipal de Braga (que considera as *frigideiras* património da cidade) se propõe salvaguardar e proteger, atraídos, como escreveu A. M. Pires Cabral, quando refere o recheio dos *covilhetes*, como podia referir o recheio das *frigideiras*, por «[...] uma pequena porção de carne [...] estufada com todos os temperos e aromas de que a nossa cozinha lança mão para seduzir»¹⁴.

Vimos em parceria com a Confraria do Covilhete (Vila Real) — CC, co-responsável pelo destaque de algumas evidências — a presença das *frigideiras* de Braga na cidade de Vila Real —, com o objectivo de as transformar em laços históricos, com o testemunho de escritores, como é vocação do Grémio Literário Vila-Realense, uma instituição da autarquia de Vila Real, responsável pela divulgação, valorização e promoção do escritor e da literatura trasmontana e alto-duriense.

A Júlio Dinis, no livro *Serões da Província*, e a Camilo Castelo Branco, nas obras *Novelas do Minho*, *No Bom Jesus do Monte* e *Eusébio Macário*, sucedem-se, com referência às *frigideiras*, a título meramente de exemplo, José de Azevedo Castelo Branco, sobrinho de Camilo, médico, jornalista, poeta e político (ministro dos Negócios Estrangeiros no último governo da monarquia, entre outras funções): «Ninguém que se prezasse, velho ou novo, plebeu ou aristocrata,

9 *A Juventude*, Vila Real, 30 de Novembro de 1884, p. 3.

10 *O Districto de Villa Real*, Vila Real, 15 de Outubro de 1886, p. 3.

11 *O Echo*, Vila Real, 8 de Maio de 1892, p. 3.

12 *O Povo do Norte*, Vila Real, 2 de Agosto de 1931, p. 3.

13 *Homenagem da Cidade à Humanitária Corporação dos Bombeiros Voluntários e Cruz Verde “Comendador Botelho” de Vila Real*, Vila Real, 1941, verso da capa.

14 A. M. Pires Cabral, *Vila Real – Itinerário Mínimo*, Vila Real, 1988, p. 10.

deixava de concorrer à tenda das frigideiras, que são uns pastéis espalmados de massas com recheio de carne picada com o acirrante tempero de pimenta e especiarias puxativas.» (“O Santo António”, in *Ilustração Trasmontana*, Vol. III, Porto, 1910, p. 85); Sousa Costa: «[...] as igrejazinhas da Santa Gula, onde se celebrava, por entre incensos de vinho tinto, o pantagruélico sacrificio dos covilhetes do ‘João das Três’ e das frigideiras de Braga» (*O Vilarealense*, Vila Real, 17 de Outubro de 1937, p. 1); e João de Araújo Correia, um dos pretextos da nossa jornada: «Uma senhora bracarense, alva como deve ser a Senhora-a-Branca, olhos de granito, Mãe-de-Água pelo suor que destilava, mãos com o feitio de duas frigideiras, — seria Braga em pessoa — quando lhe perguntei se conhecia na sua linda terra um pintor de raça que falecera tísico [...]» (*Sem Método – Notas Sertanejas*, Régua, 1938, p. 49).

Braga, 13 de Abril de 2019

Entre o encantamento e a erosão: A representação da paisagem em *Gaveta do Fundo* de A. M. Pires Cabral¹

Isabel Maria Fernandes Alves

Numa crónica recente a propósito do trabalho do arquitecto madeirense Paulo David, e sobre a sua intervenção na paisagem, citaram-se, da sua autoria, as palavras: “devemos saber ouvir os lugares, escutar as pessoas que os habitam ou que, em silêncio, sobre eles actuam” (*apud* Mendonça 6).

Esta citação mostra-se relevante tanto para a compreensão do conceito de ‘paisagem’, como para a poesia de A.M. Pires Cabral. É minha convicção que toda a obra do autor português é um espaço literário onde, na realidade, se ouvem os lugares, se escutam as pessoas que os habitam e que — em silêncio — sobre eles actuam.

Desde a publicação da sua primeira obra — *Algures a Nordeste* (1974) — a voz poética de Pires Cabral tem-se dedicado a escutar os lugares que mais próximo estão do seu coração e que são, maioritariamente, lugares da geografia transmontana. ‘Ouvir os lugares’ pressupõe aqui uma sabedoria atenta à música e ao ritmo que cada lugar exala, às texturas do relevo e do solo, aos ventos e às águas; em suma, uma sabedoria que cresce do acto de escutar — o respirar da terra, dos homens e dos animais. A poesia de A. M. Pires Cabral é expressão dessa escuta, uma atenção que nasce da tentativa de entender a “alma” dos

1 Este texto foi publicado no Livro Comemorativo dos 10 Anos dos Cursos de Actualização de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. Isilda Rodrigues e Jorge Azevedo, eds., Vila Real, UTAD, ISBN 978-989-704-233-1. E-book., 2018.

lugares, expressão que lembra o título de Unamuno, *Paisajes del Alma*.² Em 2008, depois de reafirmar a sua ligação física e emocional a Trás-os-Montes e na tentativa de apresentar as razões de tal enlevo, diz o poeta: “Encontro entre Trás-os-Montes, a Beira Baixa e o Alentejo qualquer coisa que não sei o que é mas que eu defino às vezes como sendo uma alma. Têm uma alma” (Pires Cabral 2008 34). Algo que, em termos poéticos, o poeta define em “Seara”: “Talvez se trate de uma questão de cheiro./ Ou de algum outro sentido/ que ainda está por identificar./ Ou de uma espécie ignorada de memória/ que se agarra ao lugar e nele persiste” (GF 16).

Antes, porém, de me debruçar sobre a poesia de A. M. Pires Cabral, gostaria de justificar as razões que me levam a pensar a poesia deste autor juntamente com o conceito de paisagem. Por um lado, e como referi, a paisagem representada na ficção e na poesia deste autor português é, na sua maioria e de forma muito relevante, a paisagem transmontana, particularmente a região nordeste de Portugal, lugar de fronteira com as terras de Leão e Castela. Uma região dominada pelos afluentes orientais do Douro, com sobreiros, oliveiras, laranjeiras, figueiras e amendoeiras (Ribeiro 51). Por outro lado, qualquer reflexão sobre a paisagem deve considerar que esta “nunca é simplesmente natural, mas é sempre, também, constitutivamente histórica” (Paolo D’Angelo). Neste sentido, o que está em causa quando associamos a poesia de A. M. Pires Cabral à representação da paisagem, o que se torna relevante não é apenas o conhecimento obtido partir da observação da ecologia da paisagem, mas da metafísica da paisagem (Queirós 181). Ou seja, no estudo sobre a paisagem é relevante ter presente que esta se impõe como narrativa do diálogo entre o ser humano e a terra – o modo como este a moldou, a forma como foi moldado por ela.

A inter-relação entre o ser humano e o espaço que habita é um aspecto fundamental na compreensão do mundo, como refere Adriana Veríssimo Serrão. Para esta autora, as paisagens são sobretudo unidades integradas e dialogantes que permitem conciliar o natural e a dimensão humana (Serrão 328). Neste sentido, insiste, o conceito de paisagem não deve reduzir-se à representação e à imagem, mas ser aceite como região do Ser (329). É como espaço de encontro entre elementos naturais e humanos que a paisagem se torna uma categoria central, pois afirma-se como um lugar — real, simbólico — a partir do qual se pode questionar a acção humana sobre o mundo natural.

2 Refiro Unamuno pela atenção dada em *Paisagens del Alma* à interacção entre o ser humano e os lugares. Mas poderia referir, por exemplo, Miguel Delibes, nomeadamente nos seus muitos artigos em torno de aspectos relacionados com a vivência rural dos campos na região de Castilla-Léon, o seu gosto pela caça, pelas aldeias e seus habitantes e, sobretudo, pela natureza.

Sob esta perspectiva os estudiosos — os filósofos, os críticos literários, os geógrafos — salientam um aspecto fundamental: a visão mercantil dos nossos dias contamina também as paisagens. O espaço natural, a Natureza deixa de ser vista como “princípio de vida”, “base e fundamento da existência”, para se tornar “um bem de consumo sujeito a cotações de mercado” (Serrão 328). No entanto, tem-se operado, nas últimas décadas, a revalorização do termo ‘paisagem’, considerando-se que este é um “conceito para o futuro” (Serrão 324), um mediador na compreensão dos aspectos singulares e universais que constituem a vida na Terra ou, recorrendo a Kant, “a invenção do universal a partir da atenta consideração do particular” (Serrão 329). Ou seja, a sustentabilidade do planeta não pode realizar-se sem ter em consideração os lugares particulares, a dimensão da individualidade, da história e da cultura.

Estas considerações vão ao encontro de algumas das questões colocadas pela obra *A Reenchanted World: The Quest for a New Kinship with Nature* de James William Gibson. Embora o crítico se refira mais à ‘natureza’ do que à paisagem, e elabore as suas ideias sobre o encantamento tendo por base essencialmente a realidade vivida nos Estados Unidos da América, a sua visão expande também, e na nossa opinião, as possibilidades de leitura da obra do autor português. Expande, aliás, e na senda de uma análise ecocrítica, a nossa visão do mundo, uma vez que pede ao leitor que considere ‘mundo’ não só os seus semelhantes, mas todo o universo não humano. Como refere Gibson, e como resultado de preocupações ambientalistas, nos anos noventa teve início um novo e intenso repensar da natureza, não só por parte de estudiosos académicos, mas também do cidadão comum. Nessa perspectiva, tem sido dada uma atenção particular à preservação de espécies e paisagens e à reabilitação de lugares degradados; por outro lado, o sentido de justiça foi sendo alargado de modo a incluir plantas e animais (Gibson 8). Ou seja, desde a década de noventa tem subsistido a tentativa de reabilitar a magia que caracterizava tempos menos industrializados e menos assentes no paradigma científico-tecnológico. Nas palavras de Gibson, o mundo, tal como o conhecemos, perdeu magia e encanto e, além do mais, parafraseando Carl Jung, o ser humano perdeu a capacidade de diálogo com as pedras, as fontes, as plantas e os animais (Gibson 10). Como resultado de uma maior atenção ao mundo natural e às interligações entre este domínio e o ser humano surge aquilo que Gibson designa por “a cultura do encantamento”, uma visão que promove um novo compromisso entre o ser humano, a terra e as suas criaturas (Gibson 12).

E é neste sentido que lemos a última obra poética de A. M. Pires Cabral, *Gaveta do Fundo*, interpretando-a como um exemplo da renovada preocupação com a sustentabilidade – tanto numa escala global como individual.

A. M. Pires Cabral tem sido, em Portugal, uma das vozes literárias a chamar à atenção para os mistérios da Natureza e para o diálogo entre esta e o ser humano. É seu o verso que diz: “Sei de lugares onde as pedras falam comigo” (*Arado*). Não que a tradição literária portuguesa não tenha tido autores que tenham feito da natureza o seu espaço criativo de eleição. Para citar apenas um exemplo, lembro aqui as palavras de Alexandre Humboldt, cientista do século dezanove, que quando analisa o modo como as diferentes culturas representam o mundo natural, cita Luís de Camões, definindo-o como um pintor dos mares (Humboldt 186). O mundo natural tem tido pois lugar na ficção e poesia portuguesas, e muito particularmente na poesia de Sophia de Melo Breyner, Eugénio de Andrade e Fíama Hasse Pais Brandão. Onde a voz literária de A. M. Pires Cabral se distingue é na forma como tem assumido, desde 1974, o Nordeste. Se, por um lado, o poeta é fiel a uma geografia, fá-lo no sentido de sublinhar o seu mistério e adensar a sua transcendência, cruzando, num só lugar da Península Ibérica, as preocupações de Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau e o pensamento místico de S. Juan de la Cruz.

Gaveta do Fundo (2013) continua a matéria poética iniciada em livros anteriores, nomeadamente em *Arado* (2009). Estas duas obras afiguram-se como lugares literários onde, lado a lado, surgem traços de erosão — evidentes na paisagem física e no rosto do ser humano — e sinais de permanente encantamento para com uma ruralidade que, no passado, parece albergar um mundo de relações e harmonias. O tempo verbal no passado denuncia que, para Pires Cabral, é sobretudo no tempo da infância que a harmonia dos elementos e a do seu próprio ser acontece.

O que aqui defendo é que em *Gaveta do Fundo* A. M. Pires Cabral sublinha uma visão que vive entre o encantamento e a erosão, entre a possibilidade de harmonia e a consciência do que já se perdeu. Disso é exemplo a transformação: de terra produtiva esta torna-se uma terra ferida: “Montes arredondados, de tão velhos,/ que já destes pão e hoje dais cardos,// dizei qual erosão mais vos magoa:// se a que vos vem do alto//no uivo dos ventos e nas cordas de chuva// — se a do desuso agrário” (GF 12). Para o sujeito lírico, a erosão mais pungente não é tanto a que vem dos fenómenos naturais — do vento e da chuva —, mas aquela que é promovida pelo ser humano através do esquecimento e da sua incapacidade em ler a paisagem. E se a indiferença do ser humano chega em notas doridas, o sujeito do poema “Flores amarelas”, por outro lado, não deixa de assinalar a redenção que umas simples flores podem causar: “um esplendor totalmente inesperado/neste chão de pedra que ninguém diria/ poder florir assim” (GF 26).” O deleite e a emoção traduzidos na força da imagem — “flores que ardem como um sol na noite” — acabarão por comover o leitor também, proporcionando-lhe, através da

linguagem, um encontro com a paisagem. Desejavelmente, esse encontro, qual estrada de Damasco, conduzirá o leitor a uma transformação, a uma nova relação com o mundo não humano.

Desde o primeiro poema, “A Gaveta do fundo”, o leitor está avisado de que deve prestar atenção, pois essa gaveta onde se guardavam “brasas e jóias de família” dará de “beber às altas labaredas”, ou seja, não só o que se guardava dentro — reservas de calor —, mas também as tábuas e as ferragens funcionarão como matéria incendiária do fazer poético. A referência à gaveta aponta literal e metaforicamente para a ideia de memória. Na gaveta guardam-se objectos, tal como a memória preserva emoções, imagens, sentimentos. Além do mais, a gaveta, lugar silencioso, recolhe pedaços de vida, metáfora ideal para traduzir a morada do poeta. Assim, desde início, o leitor fica avisado acerca do papel essencial da memória, e por conseguinte, do passado. Tal como em *Arado*, também nesta obra se encontram objectos em desuso, cobertos de ferrugem, tal como o punhal e a nora. No poema “Nora”, ao leitor é dito que aquele objecto já foi palco de luz e de som, já gerou trabalho e fecundou; agora “já não tilinta./ Secou-se-lhe o tilintar, que por sinal/ era o som mais húmido do campo”. Mas o sujeito lírico não permite o desaparecimento desse som; pelo contrário, e através das palavras perpetua-lhe o encantamento: “Guardei-o num baú de que só eu tenho a chave/ e donde às vezes o tiro para ouvir de novo/ os pingos de prata derretida/ caindo insistentes sobre a tarde esguia” (GF 75). E de novo a relação entre a gaveta, o baú e a memória é evidente: a palavra como reserva — última — daquilo que a ferrugem corrói e o fogo apaga.

Mas se desde o início da obra o leitor está consciente da importância da memória, é também alertado para a centralidade do sentido da visão. É ela que permite distinguir “um abismo dum simples degrau” (GF 8), mas é ela também, e num sentido muito mais alargado de visão, que abre a porta à paisagem da Terra Quente transmontana.

Num poema que dialoga com o poema “Terra Mater” em *Algures a Nordeste*, e com um outro poema, com o mesmo título, em *Arado*, “Terra quente”, dividido em 2 partes, apresenta-se como um poema onde o ‘eu’ poético olha para trás no tempo, reflectindo na longa e difícil — mas encantadora — relação com aquela terra. Por seu lado, e de forma generosa, a terra continua a florir estevas e arçãs para o poeta, ou seja, continua a ser campo fértil para a criatividade. Na segunda parte do poema, e como se de uma outra fase da vida se tratasse, o poeta refere-se à terra de forma simbólica, antecipando o momento em que, também ele, será terra e pó. Este é pois um livro elegíaco, de quem olha para trás e faz agora uma súplica do seu amor por um território em transformação. E este aspecto é

relevante, o sujeito lírico não faz a apologia do estático e imutável; ele apenas constata a eterna mudança dos tempos e da paisagem.

Para A. M. Pires Cabral, as alterações na paisagem dão-se por duas ordens de razões. A primeira está directamente relacionada com a erosão natural, essa mesma que o poeta refere no poema “Erosão” já aqui citado; mas a transformação dos lugares acontece, na maior parte das vezes, por intervenção directa do ser humano. Por isso, na perspectiva sobre a paisagem confluem simultaneamente aspectos estéticos e morais. Neste sentido, o encontro com a Terra Quente transmontana serve ao poeta para lançar gritos de alerta contra as acções humanas, essas que vão tornando as paisagens menos atraentes esteticamente e, sobretudo, vazias de espiritualidade, ou seja, danificadas no seu sentido mais profundo.

E daí se sustentar a ideia de que a poesia de A. M. Pires Cabral é passível de ser lida como um exemplo de obras que insistem na responsabilização do ser humano em relação aos seus actos. Em *Gaveta do Fundo*, a vertente ecológica, aquela que evidencia a presença/ausência de harmonia entre os habitantes de um ecossistema, dá-se sobretudo em relação às alterações climáticas e à poluição.

Assim, e depois de introduzida a região, o cenário onde as interrogações do sujeito terão lugar, encontram-se os poemas que dão conta da erosão do solo – erosão que é também sinónimo de abandono agrícola – e os poemas que se debruçam sobre a falta de chuva: “A chuva dir-se-ia que por estes lados/ deixou de ser possível/ e que a morte à minguia de água/ traz debaixo de olho a Terra Quente”. A esperança ainda reverdece à visão de “umas quantas nuvens”, “mas logo o vento mudou/ e dispersou a esperança”(GF 14). No poema, dividido em três momentos, a concentração, na parte final, dirige-se ao “velho de sacho ao ombro” que “segue cismando em direcção à horta”, e que “diz com desalento:/ ainda não foi hoje que choveu”. E o olhar do leitor cai, juntamente com o do velho, “sobre a pesada, opaca/ poeira do caminho” (GF 15). O que está implícito não é apenas a secura da terra, mas o facto de o ser humano ter perdido a relação com os elementos e só alguns, por razões práticas, perceberem a importância da água no contexto da vida humana.

Em *A Reenchanted world*, James Gibson cita Max Weber, autor que, no início do século vinte, alertou para as consequências que a racionalização, a intelectualização e um certo desencanto poderiam ter sobre as vidas efectivas do ser humano, nomeadamente a perda de um estado de encantamento perante a natureza, entretanto dessacralizada pela industrialização (GF 15-6). A poluição como um dos males das sociedades industrializadas está presente em *Gaveta do Fundo*. Numa região essencialmente agrícola, as linhas de água são fundamentais para a fertilidade das terras. Em “Ribeira”, por exemplo, o sujeito poético abeira o leitor fazendo-o reparar em características concretas: “a ribeira apressa as águas/

tilintando por entre os amieiros”, notando que a “ribeira deixa para trás/ parte da sua água, retida nas raízes/ que germinam no húmus e silêncio/ das hortas que a ladeiam” (GF 82). E transfigurando, embora, a ribeira num modelo através do qual se lê a passagem da vida humana: “seja qual for a ribeira que somos/ e o encontro para o qual nos apressamos,/ é fatal perdermos parte de nós/ caída pelo caminho” (GF 83), o eu lírico vê como mais meritório uma perda que se mede em couves e cebolas “como acontece/ com as águas generosas/ que a ribeira vai deixando para trás”. E se esteticamente os ribeiros, os rios, os cursos de água são apelativos na sua vivacidade, na sua linguagem ágil e fluida, nos modelos que apresentam para contra eles se medir a vida humana, em *Gaveta do Fundo*, eles surgem poluídos: “uma química sombria contamina/ as águas da ribeira,/ escaldando a pouca vida que sobrou” (GF 78). Referem-se plásticos, trapos e vidro, dejectos e detritos, todos eles acumulando “morte sobre morte/ no leito morrente da ribeira” (GF 78). Num outro poema, “Requiem pelo rio Tua”, é de uma outra morte que se fala (e veja-se tudo o que morre neste pequeno livro de poemas: as searas, as ribeiras, o som das noras); trata-se do aprisionamento do leito do rio. Poema dividido em três partes, num primeiro momento há a pressa e a força das águas, numa segunda parte as “águas aguardando em reclusão/ a sua vez de serem transformadas/ em quilovátios,// sem suspeitarem do destino — / como frangos que seguem/ disciplinadamente para a linha de abate” (80). No terceiro momento, só a memória de “um estranhamente belo/ rio tumultuoso que mordida as próprias margens” (GF 81) perdura. É quase tudo desencanto em *Gaveta do Fundo*.

Nos últimos poemas do livro, de novo as hortas: “de toda a lavoura que já teve este lugar,/ restam as hortas” (GF 85), terras “aconchegadas à aldeia” e que se mantêm vivas, sendo “tudo o resto,/ searas e vinhas e olivais,/ e tilintar de chocalhos nos lameiros,/ e chiar de carros nas madrugadas de Julho” pertença do passado. Agora, é “Como se alastrasse sobre a Terra Quente/ a mais desoladora das charnecas,/ a mais agreste e batida dos ventos.// Só já escombros” (GF 85). Numa sequência lógica em relação ao que é apresentados no livro — erosão, seca, poluição, abandono — segue-se o poema “Sunt Lacrimae Rerum”, as lágrimas das coisas, poema onde o sujeito poético manifesta, mais uma vez, dor pela extrema secura do solo: “Terra arável transfigurada em poeira/ de que os caprichos do vento fazem remoinhos/ e onde nenhuma semente já se arrisca,/ nem nenhum tráfego de arados sobrevive”. Para o poeta, mais não resta se não “dizer adeus às armas da paz” (GF 86) e “dizer adeus às almas” (88), como refere no último poema. As vivências rurais são agora uma “pax ruris com sinais de podridão/ e nenhum estrépito de vida” (GF 87), e os que ficaram são “gente pouca, envelhecida/ muito dada a morrer” (GF 88). Este é pois o cenário que o

poeta convida a ver e a compreender, reforçando a ideia de que “alguma coisa desassossejou/ o espírito do lugar e propagou/ sementes de solidão e derramou/ ventos que mordem o vazio dos campos” (GF 89).

Neste cenário, a Terra Quente fica vazia de paisagem, o mesmo é dizer do diálogo entre a terra, as plantas, os animais e as gentes, e por isso a porta — o futuro — irá fechar-se; esta é a imagem do poema que termina o livro: “O último a sair que apague a candeia/ e cerre a porta. Que ratos e morcegos/ possam sem ser perturbados devassar/ o que outrora foi lugar de gente,/ apoderar-se dele,// fazer dele o seu salão de baile”. (GF 90) Subjacente, o desejo de que o leitor, quando fechar o livro, possa permanecer imaginativamente nesse lugar e que nesse sentido não lhe dite ainda a morte permanente.

Se nos Estados Unidos, e também no Brasil, por exemplo, as tribos têm tido um papel de grande intervenção na defesa das suas culturas e das suas terras, em Portugal, lugar onde o discurso ambientalista tem sido pouco visível, e a ecocrítica, em contexto académico, quase inexistente, é importante que surjam obras (ou que nos debrucemos sobre outras, já escritas) que ajudem a desenvolver uma perspectiva ecológica sobre as relações entre o ser humano e a natureza e promovam a sedimentação de uma visão ecocrítica. Essa mesmo que estimula a leitura de que só insistindo no valor da natureza, na riqueza e complexidade das relações entre paisagem e indivíduo, e fomentando a consciência de que cada paisagem é um sistema em que todos os constituintes físicos e orgânicos funcionam numa complexa e recíproca inter-relação, se poderá contribuir para o crescimento de uma cultura de encantamento proposta por William Gibson.

A minha proposta aqui, hoje, é que a obra de A. M. Pires Cabral como um todo, *Gaveta do Fundo* em particular, insistindo em imagens que traduzem erosão, seca, poluição e perda, promove a observação e a atenção sobre o mundo natural. Consequentemente, o leitor construirá uma consciência acerca das inúmeras perdas que o ser humano tem infligido no mundo natural, perdas essas que, por seu lado, ameaçam o indivíduo com o vazio, o sem sentido. Ou seja, a erosão acaba a caracterizar não só o terreno, mas o território da espiritualidade. Paisagens mutiladas, desfiguradas dificilmente funcionam como promotoras de inspiração artística e, nesse sentido, os lugares, as regiões, os países ficam mais pobres. Neste sentido, *Gaveta do Fundo* é um livro sobre amor em tempos de perda.

Paradoxalmente, desta manifestação do desencanto, nasce a possibilidade de encantamento. Segundo William Gibson, por todo o lado — e seguramente em Portugal — vai surgindo uma nova oratória (247) que se insurge contra histórias tão só em torno da erosão. Pelo contrário, a nova oratória pretende promover a discussão em torno da sustentabilidade do planeta, chamando à atenção para a

necessidade de convergência entre estética e ética na interpretação do mundo natural.

Ao propor um olhar mais demorado sobre os animais, as plantas, os cursos de água, A. M. Pires Cabral não só concentra a atenção do leitor sobre esses elementos, como alarga a sua imaginação criando um campo de empatia que se traduzirá num alargamento da compreensão em relação a todos os outros seres — humanos e não humanos. Ao realizar esta viagem de inclusão, o poeta torna possível a mudança — da consciência individual e do ambiente político. A esta possibilidade de a natureza voltar a ser entendida como algo sagrado, imbuída de mistério e sentido(s), dá-se a designação de encantamento ou, mais precisamente, reencantamento da natureza (Gibson 12). O propósito é fazer coincidir a coragem cívica e política dos indivíduos com as palavras do poeta, pois estas oferecem um olhar mais atento do universo, insistindo, ao mesmo tempo, no respeito pelas diferentes espécies e consequentemente reforçando a dimensão estética, espiritual e moral da paisagem. Ou seja, nem tudo é erosão. Também existe encantamento; também é possível ao indivíduo do nosso tempo (re)aprender a (re)pensar a paisagem, algo que as palavras de Paolo D’Angelo reforçam: “Há algo que está a mudar a este propósito. Torna-se a perceber que defender o ambiente quer também dizer defender a forma dos lugares, e não se tem mais receio de dizer que entre os valores a defender está também a beleza da paisagem” (341).

Tal como nos versos de T. S. Eliot que servem de epígrafe a *Gaveta do Fundo*, há raízes que permanecem e ramos que crescem mesmo num entulho pedregoso, ou seja, através da linguagem poética é possível revivificar o mundo, reinterpretá-lo à luz de uma nova relação entre o ser humano e o mundo natural, uma relação que tendo por base uma dimensão espiritual e moral renovada estimule e vivifique o encantamento. O nosso contributo foi sublinhar o convite que olhar poético de A. M. Pires Cabral lança sobre as relações entre o ser humano e os lugares, desejando que depois do encontro com a obra poética deste autor português se pense melhor, se pense de novo, na inegável força do mundo natural — o da terra quente transmontana e o da Terra, habitação de todos nós. Em “Pensando melhor” a síntese de tudo:

Mesmo em tardes muito quentes de Verão,
Há sempre uma ave aventureira
Que sobrevoa a terra.

(Pensando melhor, o que de facto há
é terra, apenas terra – que a seu tempo
há-de sobrevoar o voo das aves.)

Bibliografia

- A. M. Pires Cabral. *Gaveta do Fundo*. Lisboa: Tinta-da-china, 2013.
- ------. *Antes que o Rio Seque. Poesia Reunida*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.
- ------. *Arado*. Lisboa: Edições Cotovia, 2009.
- ------. “Hoje já não é tempo de poetas laureados”. Entrevista de Carlos Vaz Marques. *Ler*, nº 73, Outubro 2008, 28-39.
- Bonesio, Luisa. “Habitar a Terra e reconhecer-se nos lugares”. In Serrão, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, 203-210.
- Gibson, James William. *A Reenchanted World: The quest for a new kinship with nature*. New York: A Holt Paperback, 2009.
- D’Angelo, Paolo. “Repensar a Paisagem”. In Serrão, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, 333-356.
- Delibes, Miguel. Artículos de ABC. Rny Aragón S.L., 2011.
- Humboldt, Alexander. *Pinturas da Natureza: uma antologia*. Tradução de Gabriela Fragoso. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.
- Mendonça, José Tolentino. “Saber ouvir os lugares”. *Expresso Revista*. 18 Janeiro 2004.
- Queirós, António dos Santos. “Turismo de paisagem”. In Serrão, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, 177-187.
- Ribeiro, Orlando. *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Editora Sá da Costa, 6º edição, 1991.
- Serrão, Adriana Veríssimo. “Paisagem, uma categoria em Transição”. In Serrão, Adriana Veríssimo (coord). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, 317-332.
- Unamuno, Miguel de. *Paisajes del alma*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

Conselheiro António de Azevedo Castelo Branco – Os últimos dias¹

Luís Castelo Branco

Tendo regressado de Braga em 7 de Dezembro transacto, fui dois dias após ver meu tio à sua casa da Timpeira, pois constava-me que o seu estado de saúde, já desde Setembro pouco satisfatório, inspirava certo cuidado.

Recebeu-me com a jovialidade de sempre, e tendo-lhe conhecido desejos de ter-me junto de si, lá permaneci até à sua morte.

Conheci a gravidade do seu estado, mas nunca a imaginou ele, porque todos os dias formava novos projectos que realizaria após a sua doença. Nunca, creio bem, teve a mais leve ideia de que o vitimaria aquela pertinaz doença. Continuamente, sobretudo nas horas mortas destas intermináveis noites de Inverno, falávamos de literatura, apreciávamos as obras do nosso imortal Camilo e quantas vezes, expondo-me o seu pensar, com o que tanto aprendi, a sua voz timbrada era como uma réstia de sol que penetrasse no meu espírito. Às vezes falávamos em matéria de Fé; era profundamente lido, conhecia imensas obras dos Santos Padres, especialmente Santo Agostinho; era versado no Antigo e Novo Testamento, de que citava muitas e longas passagens textuais.

Os seus conhecimentos em todas as literaturas eram profundos. Nunca vi talento tão completo, nem erudição tão vasta.

Num dia de crise terrível, contorcendo-se com as dores, exclamava continuamente: – Ó meu Deus! Virgem Santíssima, valei-me!

1 Artigo publicado no Jornal *Ecos do Minho*, de 15 de Fevereiro de 1916.

Num momento ficou silencioso e disse triste e serenamente: - Que direito tenho eu de me dirigir a Deus, se Deus nada me deve!

Temendo a sua morte, desejei falar-lhe em receber os sacramentos, mas preferia que os pedisse espontaneamente, demais temia despertar-lhe o terror à morte que sempre lhe conheci. Havia porém o grande obstáculo de nunca pensar em morrer, no entanto esperei confiadamente.

Foi no dia 25 de Dezembro, festa do Natal, dia em que completava 73 anos, quando às 11 h. da manhã o ouvi chamar-me. Abeirei-me do seu leito, nele mesmo me sentei, e ouvi dizer-me assim: - Vou fazer-te uma revelação importantíssima, que consiste em declarar-te que esta minha doença vai formar na minha vida uma radical transformação; vou passar a ser católico militante e nos anos de vida que me restarem, serei de uma austeridade grande nos meus costumes. Toda a minha vida prestei culto à moral cristã, admirei a Igreja, respeitei os seus membros e tive sempre fé, mas nunca fui assíduo cumpridor dos mandamentos da Igreja, do que estou profundamente arrependido. Desejo iniciar a minha vida nova por uma boa confissão, e tu verás, meu filho, o que serei no resto da minha vida.

Imóvel, confuso, mas rejubilante, procurando em vão ocultar a comoção que me ia na alma, inquiria a razão do que acabava de ouvir, sem poder atingi-la. Cheguei a lembrar-me que seria um ardil de que se servia para melhor conhecer de mim a gravidade do seu estado, mas enganei-me. Serenamente lhe beijei a mão e lhe disse: - Meu tio, rejubilo com a sua resolução e louvo-o, e a alegria que dará a todos é imensa, mas que sacerdote deseja aqui e quando? Se quiser, está ali um velho padre varatojano, Frei Domingos Sanches. - Tu, meu filho, serás o meu confessor e eu te direi quando.

Fomos interrompidos por muitos amigos seus que vinham dar-lhe os parabéns e boas festas, vieram a sua filha, genro e netos e assim as nossas conversas foram variadas durante o dia.

No dia 28 de Dezembro, às 6 h. da manhã, disseram-me que meu tio me chamava. Fui ter junto de si, fitou-me com aqueles olhos de tanto brilho e disse-me: - Senta-te aqui e vai dizendo o Confiteor Deo Omnipotenti, pois que não me recordo bem. Iniciou a sua confissão que, por vezes, sintetizava nestas palavras: - Fui um pecador!

Nunca senti tão ao vivo a sublimidade do meu ministério! Era um gigante cheio de honras que se curvava perante um humilde sacerdote, reconhecendo a sua miséria.

- Fui, dizia ele, uma ovelha tresmalhada que teve a felicidade de conseguir um momento de reflexão; mas tu verás o que hei-de ser.

Recebeu o Santíssimo Sacramento, não por Viático, mas por devoção, como ele dizia; e a seu pedido rezei com ele em latim, sua língua querida e de que era

sabedor. Dei-lhe a bênção e abençoou-me também. Só então teve lágrimas ao ouvir-lhe dizer: – Ó morte, podes vir porque já não me aterrass!

Momentos após disse-me: – Abre a janela porque já deve ser dia. Ao ver a luz do sol dourar aqueles soutos, cujos castanheiros ele tanto amara e cantara nas suas belas poesias, acrescentou: – Muita razão tinha Goethe ao dizer na sua morte: “Luz, mais luz, Senhor!” Deixa também dar-me em cheio a luz e assim como a luz do sol me ilumina o corpo, tu, meu filho, como sacerdote ilumina-me a alma!

No dia 29 de tarde perguntou-me se conhecia um livro de piedade chamado “Horas do Cristão”, obra de um Padre Joaquim, missionário lazarista de Santa Quitéria, seu conhecido. Inquirida a razão, respondeu-me: – Esse livro traz uma oração acompanhada de uma nota que diz: “obterá a salvação quem todos os dias a recitar devotamente”. – Mas lembra-se que oração é, meu tio? – Principia assim: “Lembra-Vos, ó puríssima Virgem Maria que nunca se ouviu dizer” etc. Será verdade o que diz a nota? – Porquê? Insisti ainda. – Porque na minha mocidade recitei-a sempre com esse fim e orava com verdadeira fé; quem sabe se a essa oração eu deva atribuir este toque de graça divina? Prometo-te, meu filho, que o não desprezarei, verás o que hei-de ser.

O seu estado foi piorando, o sofrimento era enorme, mas a sua resignação foi heróica e à medida que o corpo morria, a lucidez de espírito era cada vez mais viva, o que deveras admirava o distinto clínico assistente.

Ainda na antevéspera da sua morte, a seu pedido lhe li algumas poesias suas, talvez as últimas que fez, pois quis emendá-las nalguns pontos, para evitar futuras más interpretações relativas à sua fé cristã, como se verá no seu espólio.

No dia 4 de Janeiro recitou-me poesias em francês e alemão e uma de João de Deus. Comoveu-se e vi lágrimas nos seus olhos. Perguntei-lhe o motivo e disse-me: – Dói-me a alma!

De tarde ao ver os netos e o pequeno netinho que foram vê-lo, fitou-os desmesuradamente, deu-lhes a mão a beijar e mandando-os retirar, disse-me: – Só falta despedir-me de ti. – Porquê? Vai embarcar? Lhe disse ironicamente. – Que me importa, tenho a consciência tranquila! Mas creio bem que nem então acreditava na sua morte. Tinha o corpo insensível, frio, com manchas vermelho roxas, porém o mesmo brilho nos olhos, a mesma voz timbrada e no espírito a mesma vida e até talvez maior superioridade.

O nosso querido amigo Dr. Eduardo Correia de Barros, seu afeiçoado discípulo, ao contemplar furtivamente para não ser sentido aquela fronte que tanto venerava, repetia entre lágrimas: – Mais um nobre que cai!

No dia 5 de Janeiro, depois de o ter ungido, ao meio dia e um quarto vi-o expirar:

... um manso e claro rio
Que foi perder-se ao mar da eternidade

Milhares de cabeças se curvaram perante o seu cadáver que ostentava inúmeras condecorações e o povo da aldeia, que ele tanto estremecia, orava e chorando dizia: – Parece um Rei!

Vi o caminho do cemitério, e perante aquele cortejo, lembrei-me da saudosa peregrinação nacional ao Sameiro em 1904.

Vi-o enterrar em sepultura rasa, como em testamento declarava, e ao ver sumir-se na terra aquele grande nobre que a morte derrubara, tendo em minhas mãos as condecorações, o espadim e o chapéu armado, meditei nas palavras do sábio: “Tudo é vaidade das vaidades”!

Os pardais que ele chamava mendigos, e a quem sempre dava bocadinhos de pão, tendo muitos verdadeiramente domesticados, vi-os ainda hoje agrupados na sua varanda, chilreando freneticamente. Até as “aves do céu, cantoras do Criador” vêm também em tom plangente, chorar a morte do Cantor da “Lira Meridional”.

Samardã, 17.1.1916

P. Luís d’Azevedo Castelo Branco

[Ortografia actualizada para a norma do Acordo Ortográfico de 1945.]

Cartas da Bila (6)

Sebastião Bravo

34.^a Carta da Bila Mudanças na Bila

23 de Outubro de 1988

Meu longínquo Serafim:

Vivemos um tempo, amigo, em que nada é estável. Tudo muda a uma velocidade vertiginosa, que chega a dar tonturas: o que ontem era novo está hoje ultrapassado, para amanhã, quem sabe, rejuvenescer outra vez com meia dúzia de retoques.

A gente já se afez de tal maneira a este ritmo de mudança que quase já não estranha. Queres tu um exemplo? Pois bem, aí o tens: quando é que, aqui há vinte anos ou ainda menos, passava pela cabeça de uma pessoa que havia de vir à Bila um espectáculo de teatro em que o único actor aparecia à vista de toda a gente nuzinho em pelo, tal e qual como saiu do ventre de sua mãe, tirante uns cabelos que lhe nasceram mais tarde? Pois aconteceu, Serafim. Ali à pai Adão, um marmanjo com os pertences todos ao pendurão, às voltas no palco... Eu não vi, que, à noite, prefiro ficar em casa a preguiçar diante da televisão ou entretido com a minha colecção de selos. Mas o Sr. Basílio, meu vizinho aqui porta com porta, que é um entusiasta por tudo quanto é teatro, foi – e regressou indignado a casa, a dizer cobras e lagartos daquele desaforo. Por ele é que eu soube que havia senhoras e crianças na assistência. Julgas que alguém pateou? Pelo contrário aplaudiram de pé. Onde é que, há vinte anos,

isto era possível? Não há dúvida, está o mundo virado do avesso, e a Bila com ele.

Bom, isto é apenas um exemplo; nem era disto que te queria falar. Queria era falar-te doutra mudança, a meu ver mais lamentável, que se deu este ano. Pasma, Serafim: este ano, no 11 de Novembro, dia de S. Martinho, os alunos do Liceu (agora parece que é Escola que se chama, mas para mim há-de ser sempre Liceu), os alunos do Liceu, dizia, não puseram na rua o monumental Regadinho! E esta, hein? — como diria o Fernando Pessa.

É verdade, Serafim. O Regadinho, de tantas e tão gloriosas tradições, este ano já não saiu. Ou me engano muito, ou tem os dias contados: é mais uma vítima da mudança. Verdade seja que, nos últimos anos, já não foi nada do que era nos nossos tempos. Duas piadas à careca do professor Etelvino, outras tantas à estatura do Dr. Zézé, eterna vítima – e pouco mais se via já. No nosso tempo é que era Regadinho! Tu lembras-te? As piadas às feras do Liceu eram aos molhos, como as tripas do Chaxoila. Nas ruas, fervia uma batalha campal, com ovos e frutos podres, mais encarniçada do que dizem que foi a de Aljubarrota. E para as peelas que se apanhavam, duas ou três pipas ficavam a soar o oco. Onde isso vai! Deixa-me limpar uma lágrima antes de continuar, Serafim, e tu aproveita também para limpar a tua.

Mas tristezas não pagam dívidas, nem o tempo volta para trás. Não houve regadinho, pronto. Agora perguntarás tu: e porquê? Meu santo, responde-te quem souber. Cá para mim, ninguém me tira da minha: quem matou o Regadinho (involuntariamente, está bom de ver) foram os Jogos Tradicionais que a Associação de Estudantes da Universidade organizou nesta altura, cruel e ingratamente indiferentes aos amuos do Centro Cultural. Aquilo tiveram subsídios em barda, apoios de todo o género. A rapaziada do Liceu acobardou-se de não estar à altura da concorrência e meteu a viola no saco. É lei da natureza: o mais forte elimina o mais fraco. Vem nos livros. Mas lá que foi pena, isso foi. Se o Liceu continua a confessar medo à Universidade, qualquer dia a récita do 1º de Dezembro vai também às malvas.

Então, malta do Liceu! Vão deixar morrer uma tradição de tantos anos? Liceu é Liceu, Universidade é Universidade e conhaque é conhaque. Há lugar para todos na Bila. Ressuscitem lá o Regadinho no próximo ano. Valeu? Cá fico à espera...

Um abraço, Serafim, molhado de saudades do teu

Sebastião

* * * * *

35ª Carta da Bila

A Bila no telejornal

30 de Outubro de 1988

Caro Serafim:

Aqui há dias, hás-de ter visto que o telejornal foi transmitido a partir de Vila Real. Cá para mim, aquilo foi para se desculparem de não fazerem nenhum no resto do ano, aqui na delegação da RTP. Não viste grande coisa, valha a verdade; mas sempre terá dado para matares saudades da Bila.

Bila? Eu já não sei como lhe hei-de chamar...Se ele chamam-lhe tanta coisa! Senão, repara. Há uma velha quadra popular que diz: “Ó Vila Real alegre, princesa de Trás-os-Montes”. É bonito, isto! O Presidente da Câmara, quando a coisa bota para o retórico, chama-lhe invariavelmente, nos seus discursos, “urbe maronesa”. Também não está mal visto, não senhor. O povo, esse, menos dado à retórica e à poesia, chama-lhe simplesmente a “Bila”. Não lhe chega o engenho para mais... Vem agora o telejornal e não está com meias medidas, chama-lhe “o paraíso dos funcionários públicos”. Nem mais: “o paraíso dos funcionários públicos”!

Com efeito, Serafim! Que queriam aqueles crânios dizer com esta de “paraíso dos funcionários públicos”? Eu, que sou funcionário público aqui há perto de trinta anos e que antes já o tinha sido em Carrazeda de Ansiães e Vila Pouca de Aguiar, confesso que não acho a Bila nem mais nem menos paradisíaca do que eram Vila Pouca e Carrazeda. Vejamos:

Não ganho aqui mais um tostão do que ganharia se estivesse na mesma letra, noutra terra qualquer. O Chefe que tenho aqui não é mais angelical do que os que encontrei nas outras terras; é antes um bom diabo que o diabo verdadeiro se há-de entreter a rilhar pela eternidade fora. Os colegas de repartição não têm nada de anjinhos a tocar harpa, empoleirados numa nuvem; diria antes que são, não uns anjos, mas uns marmanjos de alto lá com eles. A repartição parece mais um curral de vacas do que um cantinho do éden: pelas físgas das janelas entra o vento e a chuva; outro dia, por pouco não me caía em cima da cabeça uma posta de estuque do tecto; trabalham oito sujeitos numa sala em qual mal cabem três; o público, para ser atendido, tem que fazer uma gincana arriscadíssima por entre maços de papelada e buracos no soalho; os ratos têm tanto ódio aos processos como nós próprios e ratam neles desalmadamente; se a gente não se movimenta com cuidado, arrisca-se a pisar um rato ou o pé de um colega.

Perante isto, bolas, onde é que está o paraíso?

De forma que não entendi. Como não entendi outra coisa que ali se disse: que, num concelho que está totalmente electrificado, uma boa percentagem de munícipes acha que a principal prioridade é... a luz eléctrica. Das duas uma: ou o tipo que fez a sondagem estava com os copos ou os inquiridos estavam a sonhar com ontem (o que pode muito bem ser, porque é o que todos fazem neste país).

A única pessoa satisfeita com a sondagem parece ser o Presidente da Câmara, a quem 2,3% dos munícipes dizem não ter nada a repreender. Tu ris-te dos 2,3 %, Serafim? Pois fica sabendo que é uma percentagem muito apreciável, porque o que ocorre quase sempre é os presidentes levarem com um rotundo 0% pelas trombas. Sim, porque, por muito bom que um presidente seja, tem sempre um pequeno senão: ou não manda tapar os buracos da noossa¹ rua; ou deitou para o cesto dos papéis a *noossa* cunha; ou não arranjou emprego ao *noosso* filho naquela grande agência de colocações que é sempre a Câmara Municipal. Os 2,3% do Dr. Armando Afonso Moreira são um bom palmarés, podes crer; poucas terras se gabarão de ter um presidente tão popular como o “paraíso dos funcionários públicos”, aliás “urbe maronesa”, aliás “princesa de Trás-os-Montes”, aliás “a Bila” – esta terra que vai a caminho dos 700 anos e é ainda uma criança.

Um abraço paradisíaco deste teu

Sebastião

* * * * *

36.^a Carta da Bila

Crime, futebol, etc.

6 de Novembro de 1988

Amigo Serafim:

Com pesar te digo: a Bila cada vez se parece mais com a página dos “Casos do Dia” dos jornais. A gente chega à repartição e a primeira coisa que ouve é um colega anunciar com ar de tragédia: “Vocês já sabem o que aconteceu à prima do Esteves?” Como ninguém sabe ainda, ele conta, com requintes de pormenor e sadismo, o que aconteceu à prima do Esteves, ou a bisavó do Esteves, ou ao filho mais novo do Esteves, ou ao próprio Esteves – que hoje em dia, na Bila, ninguém está livre destes percalços. E, Serafim, a história é sempre das de puxar

1 Os sublinhados são do próprio Sebastião Bravo.

à lágrima ou fazer rilhar os dentes de raiva. Ele é homicídios, ele é violações, ele é suicídios, ele é tiroteios, ele é espancamentos e assaltos, ele é atropelamentos seguidos de fuga, ele é – sei lá bem eu o que é! Se queres que te diga, a Bila está uma nova, e mais selvagem, Chicago.

São coisas de cidade grande, dirás tu, se calhar até com uma pontinha de orgulho. E eu estou que sim. Ainda na última carta te dizia: para grande nau, grande tormenta. À medida que as cidades crescem, a criminalidade aumenta. É o preço do progresso.

A última moda a chegar aqui foi a da “chicotada psicológica”. Pois então? Não são só os clubes da I e da II Divisão que têm direito a brandir o chicote (psicológico, já se vê). A III Divisão também é gente. Que diabo, é preciso democratizar a “chicotada psicológica”. E vai daí, os dirigentes do Bila, descontentes com o trabalho de Pedro Gomes, que, pelos vistos, se tinha especializado em empates em casa, resolveram dar a tal chicotada e contratar um novo treinador, que, pelos vistos, é especialista também em empates, mas com a vantagem de ser fora. Seja como for, sob a nova orientação de Djunga, o Bila fez três pontos em dois jogos – e já se ouvem outra vez zunzuns de subida à II Divisão. Há ânimo novo na claque dos “Lobos”; o uivo sai-lhe mais convicto e confiante, com modulações femininas que ficam mesmo a matar. Consta que já se encomendou a relva para o velho campo do Calvário. A euforia regressa aos poucos, Abençoada chicotada!

Por falar em chicotadas, não falta quem ache que alguns jogadores estão de facto a precisar de uma chicotada, mas não propriamente psicológicas. Entendes-me? Umas ripeiradas pelo lombo. É uma rapaziada que, pelos vistos, se entretém até às três da manhã a jogar, a beber e a discutir inocentemente tácticas de futebol com as lobinhas da claque. O resultado está bom de ver. Chega o momento da verdade – o jogo – e onde estão as pernas? De forma que há muito quem receite umas boas doses de cavalo-marinho para estas situações. Chicotada por chicotada...

Agora, voltando ao Sr. Djunga: não seria mau que alguém o precavesse contra os seus inúmeros rivais na orientação da equipa, sujeitos que lhe fazem concorrência na sombra, do género de ele dizer “vamos ao ataque” e virem os tais por trás dizer aos jogadores: “Qual ataque! Vamos mas é jogar à defesa”. Ou vice-versa. Ele que se ponha a pau com esses teóricos. Caso contrário, está feito: acontece-lhe como ao Sr. Pedro Gomes, que teve de lutar contra a pouca sorte, a má forma dos jogadores e... as tácticas paralelas! E acabou por ir empenhado, parar ao Lusitano de Évora (onde, em vez dos lobos, a claque deve ser de carneiros, calculo). O Djunga que se ponha a pau – ou temos nova “chicotada psicológica” não tarda.

Quem te avisa...
Um abraço bem chicoteado (na impossibilidade de o dar nas meninas da
claque) do teu

Sebastião

* * * * *

37.^a Carta da Bila

13 de Novembro de 1988

Meu bom Serafim:

À data e hora a que te escrevo esta, ainda são tudo preparativos e expectativas. Mas, à hora a que a receberes, ainda haverá pelas ruas Bila restos da grande festa da inauguração da Via Rápida. E com razão: finalmente as negregadas voltinhas do Marão vão passar à história.

Tu lembras-te de como aquilo era, Serafim? Um autêntico tormento! Não sei se já te contei uma viagem que fiz uma vez ao Porto, já lá vão uns bons dez ou doze anos, à boleia com o meu primo Valdemar. Se não contei, conto-ta agora, para que te recordes bem do que era o martírio da passagem do Marão.

Connosco ia uma velhota, vizinha do Valdemar, que ia visitar uma prima que tinha em Leça da Palmeira. Não calculas o que sofreu aquela desinfeliz – e nós, o Valdemar e eu, por tabela. Ainda não tínhamos chegado a Parada de Cunhos, entrou ela a suspirar. Ali pela Granja, estava já amarela como um pimpilro. Ofereci-lhe o meu lugar, à frente, e ela aceitou. Mas de pouco lhe valeu. Perto de Arrabães, gritou: “Ai, senhor Valdemar, pare lá, pela sua saudinha!” Aquilo foi rés-vés: o Valdemar a encostar à berma e ela a abrir a porta e a deitar a carga ao mar. No fim, compôs-se no assento e disse com tristeza: “Lá se foi a minha alheira!” Tinha comido uma alheira, pelos vistos, ao pequeno-almoço, e estava a lamentar que tivesse sido assim em pura perda.

Ora, há criaturas que, em vomitando uma vez, estão aviadas. Não era assim a senhora Isaura, que as voltinhas do Marão não lho consentiam. Um quilómetro para lá da Pousada, torna ela: “Ai, senhor Valdemar, pare lá, pela sua saudinha!” E toca a aliviar outra vez. Mas quê? Já não havia mais alheira... Vi jeitos que a desgraçada revessava o bucho, tais e tantos eram os arrancos que dava. Por fim, lá sossegou e a viagem prosseguiu. Em Ansiães quis comer; entrou numa tasca manhosa e arranjam-lhe pão com queijo. “Vai-lhe fazer bem, senhora Isaura”,

disse o Valdemar, “que é comida desenhada”. Pois sim! Não teríamos andado dois quilómetros, já ela estava: “Ai, senhor Valdemar, pare lá, pela sua rica saudinha!” O Valdemar já bufava e eu começava a sentir o ventre inquieto. “Pronto, lá se foi o pão com queijo”, lamentou-se ela. “Meus ricos sete e quinhentos...” Tinha-lhe custado sete e quinhentos, a sande!

Bom, para encurtar razões, sempre te direi que a Senhora Isaura vomitou mais onze vezes até chegarmos a Amarante. Mas o pior é que tanto eu como o Valdemar, de a vermos tão ansiada, acabamos por enjoar também. Quem passava por nós, ali a dois passos de Padornelo, pasmava de ver três criaturas agarradas à barriga, dobradas pela cintura, a chamar pelo Gregório cada um para seu canto! Tinha que ver! Para cúmulo, o carro solidarizou-se com tanta descarga e começou também a verter óleo. Resultado: chegámos ao Porto às seis da tarde.

A partir do dia 17, felizmente, tudo isso vai mudar. Já uma pessoa pode levar meia dúzia de alheiras no papo, que não há-de haver novidade. E depois a rapidez? E o conforto? E a economia?

Não há dúvidas, Serafim. O Presidente da Câmara teve toda a razão em mandar fazer festas de arromba, com bandas, fanfarras, zés-pereiras, foguetório a rodos e convidados de toda a parte. E até eu, que, como sabes, não vou lá muito feito com o governo, se preciso for dou dois vivas ao Cavaco. Festa é festa, não te parece?

Um abraço muito, muito festivo, do teu

Sebastião

* * * * *

38.^a Carta da Bila Já temos IP4

20 de Novembro de 1988

Bom Amigo:

Eu não te dizia, Serafim? No dia 17 de Dezembro, a Bila apanhou uma pançada de festa, que ficou aviada por uns tempos. Que o caso não era para menos. Estou mesmo em crer que, desde o aparecimento do *Jornal do Norte*², não houve na Bila acontecimento assim determinante para o nosso futuro. Depois,

2 Jornal que nessa altura se publicava em Vila Real, dirigido por Sílvio Teixeira.

havia para cima de três centenas de convidados, tudo gente graúda, a que era preciso encher o olho – e a barriga, mais tarde, em Amarante. De modo que as festas foram rugidas: houve muita animação e bulício, foguetório basto, música pelas ruas. Pela estrada nova, até Amarante, os carros pareciam um carreiro de formigas, ou então a romaria da Senhora da Pena, mas para melhor. Cavaco Silva revelou as suas excelentes aptidões atléticas, ao arrancar a pulos e a pulso a bandeira que recobria a placa a descerrar no Alto de Espinho, visto que o fio era tão pouco fiável (passe o trocadilho) como as previsões do Dr. Miguel Cadilhe³ sobre a inflação, e estoirou ao primeiro puxão; tal qual a inflação.

Mas o herói desta jornada gloriosa, para mim, é o Dr. Armando Afonso Moreira, Presidente da Câmara da Bila. Às vezes os munícipes, desgostosos, resmungam que ele passa mais tempo fora do que em Vila Real. Pois passará; mas ao menos os resultados estão à vista: a via rápida, por exemplo. Enquanto que há outros presidentes, muito certinhos e pontuais no seu gabinete, mas que em matéria de realizações – até logo, se nos virmos. São homens de papéis; o Dr. Moreira é homem de actos.

Não se pode ignorar que a via rápida se ficou a dever muitíssimo ao esforço pessoal do Dr. Moreira. Ele oficiou, ele telefonou, ele meteu empenhos, ele manobrou influências, ele massacróu ministros e secretários de Estado – mas a obra apareceu feita! Fosse lá ele com paninhos quentes, e ainda andávamos hoje – e para andar – às voltinhas no Marão. Justiça lhe seja feita. Que eu entendo, Serafim, que não é só bater nos presidentes; umas vezes por outras é necessário reconhecer-lhes os méritos – embora poucas vezes: a uns, porque os méritos são poucos: a outros, para não se envaidecerem.

Mas o Dr. Moreira fez algumas declarações à imprensa que me causaram certa inquietação. Se bem li, disse ele que devemos vergastar aqueles que não se empenharam nesta obra. Caramba! Vergastar? O Sr. Presidente disse vergastar? Confesso que me sinto um tanto húmido: se calhar não me empenhei suficientemente na obra... Vejamos o meu contributo: de cada vez que os prazos não se cumpriam, eu acendia uma vela a S. Sebastião, santo do meu nome e da minha particular devoção, para que arredasse os obstáculos. Será que o Dr. Moreira vai considerar isto empenhamento bastante? Ou não vai considerar – e avança já, de vergasta alçada, em direcção às minhas costelas? O certo é que, pelas ruas da Bila, só se vêem criaturas receosas como eu, inseguras do seu empenhamento na obra, a caminharem cosidas com as paredes – sempre à espera de que, ao dobrar de uma esquina, lhes surja pela frente o Dr. Moreira, de vergasta em punho, a perguntar-lhes, com a severidade da esfinge, “Você empenhou-se

3 Ministro das Finanças.

nesta obra?" e a descarregar-lhe no lombo algumas vergastadas justiceiras, caso a resposta seja negativa.

Sr. Presidente, com o devido respeito e licença dos seus impulsos vergastadores, acho que um homem deve ser magnânimo na vitória. Este foi o seu dia D: seja generoso. Arrume a vergasta a um canto, ou então, se insiste em usá-la, use-a de preferência no canastro de alguns funcionários municipais que, esses sim, não só não se empenharam nesta obra como verdadeiramente nunca se empenham em nenhuma. Valeu?

E por hoje é tudo, Serafim.

Um abraço bem vergastado do teu

Sebastião

* * * * *

39.^a Carta da Bila

Vem aí outra festa

27 de Novembro de 1988

Saudoso Serafim:

Não fazes ideia, amigo, a Bila o que está de ramboeira. Não sei que lhe deu, que só pensa em festas e brincadeiras. Não se diz que tristezas não pagam dívidas? Então a Bila toca a festejar, a comemorar, a divertir-se o mais que pode. Ainda não sossegaram de todos os ecos dos festejos da inauguração da estrada do Marão, e já se anuncia, para daqui a dois ou três dias, festa, e festa rija. O pretexto? Os 700 anos da Bila, claro.

Sete séculos de vida, Serafim! É obra! A Bila já tinha idade para ter juízo, não te parece? E todavia...

Bom, segue-se que a Bila faz 700 anos e vai celebrá-los com festa de arromba. Para começar, teremos por cá outra vez o Presidente da República (creio que pela quadragésima-sétima ou oitava vez, já não sei bem, que já lhe perdi a conta). Claro que há quem diga que isto de vir cá o Presidente da República não quer dizer nada, porque ele vai a todas, o ponto é que o convidem e mesmo sem o convidarem. Ouve-se mesmo dizer que vai estar presente no próximo Magusto Anual da Comissão Fabriqueira da Capela da aldeia de Carro Queimado... Maldades, Serafim. Cá para mim, faz ele muito bem. Que tem lá que também goste do passeio e da boa-vai-ela? Quem é que não gosta, afinal? Para presidente

maldisposto bastou-nos o General Eanes. Com o Dr. Mário Soares o povo anda tão satisfeito que até se esquece do Imposto Único. Consta que o Presidente até já meteu na gaveta aquela coisa da Presidência Aberta, para lançar esta outra da Presidência Ambulante. Bem-haja ele!

Pois cá teremos mais uma vez o Presidente da República de todos os portugueses – de todos, excepto de umas peruas encacheiradas que aqui há tempos se mostraram aí por Lisboa com um autocolante a dizer que o presidente delas era outro...

O programa das festas, Serafim, tem um pouco de tudo, conforme pude ler nuns cartazes que puseram pelas montras: parada militar, solenidades religiosas, foguetório, um cheirinho de cultura. Mas o principal, e o mais original, vai ter lugar em Constantim: uma feira à moda dos nossos tataravós. Com esta saborosa particularidade: é que quem vier à feira, está convidado para almoçar, de borliù! Não estou a brincar, Serafim: diz lá, no programa! Pelos modos, vão matar umas quantas vitelas e recos, e toca a aviar... Boas vitelas da região, nada daquela carne com hormonas que os americanos nos querem impingir, e recos criados a castanha e calondro. Consta que não só os habitantes de Constantim, como os de Andrães, Magalhã, Fonteita, Vale de Nogueira, Portela e todas as povoações de quilómetros em redondo estão resolvidos a assentar arraiais e a não abandonar a mesa enquanto não estiver tudo reduzido a ossos – altura em que avançarão os cães das mesmas povoações, para reduzirem tudo à expressão mais simples: zero. Mas não julgues que os bons garfos da Bila vão deixar os seus créditos por mãos alheias: conheço muito menino que já anda a fazer preparação com clisteres de água das Pedras, para no dia do banquete estar no máximo da forma.

Até eu gostava de lá ir, embora a minha úlcera me ande a consumir, de há uns tempos para cá. Mas queres tu saber, Serafim? Uns são filhos de Deus, e outros do Diabo! Vê lá tu: o comércio vai fechar nesse dia; a Câmara, idem; as escolas, idem, idem. Só nós, os desgraçados de sempre, os funcionários públicos, é que estamos feitos: para nós não há tolerância de ponto. Pelo menos à hora a que te escrevo esta, o chefe ainda não se tinha descosido. Perante isto, batatas! Parece que voltamos ao tempo dos privilégios. Mas cala-te, boca, não tenhamos também voltado ao tempo da PIDE...

Mas é caso para refilar, pois então não é? Ou há moralidade, ou comem todos das vitelas e dos recos de Constantim. Não achas?

Um abraço festivo, mas muito desconsolado e jejuador, do teu muito amigo

Sebastião

* * * * *

40.^a Carta da Bila

As festas dos 700 Anos

4 de Dezembro de 1988

Serafim:

Cá estou de novo a dar-te notícias da festa dos 700 anos da Bila.

Começo por te falar do que me pareceu melhor e mais original: a feira de Constantim. Como sempre se anuncia paparoca grátis, o povo acudiu em peso. Aquilo nem a Senhora dos Remédios! As ruas da aldeia coalharam-se de feirantes e curiosos – e eu fui um deles, que resolvi tirar-me de cuidados e meter um artigo 4º na repartição. Gente que vendia, gente que comprava, gente que olhava e se divertia... Uma festa, Serafim, uma autêntica festa, onde o Presidente da República e os seus seguranças se viam aflitos para romper. Se ele era tudo a querer cumprimenta-lo, falar-lhe, apalpá-lo! Ele deve ter pensado lá com os seus botões: “Apre! Se me vejo safo daqui para fora com vida, ainda penso que é mentira!” Mas acabou por se safar no melhor da festa, deixando o povo à roda das mesas a rilhar nas toiras e recos sacrificados ao apetite canino daquelas mais de duas mil bocas. A mim, calhou-me um naco de alcatra, e bem rico que estava! Há-de-se falar desta feira por muitos anos ainda, digo-to eu, Serafim.

A gente de Constantim foi impecável. Saiu tudo à rua. Os rapazes e raparigas vestiram-se à moda antiga e puseram-se às bancas, a vender os géneros. O Sr. Alfredo Fernandes e o Sr. Manuel Faria andavam eufóricos, de um lado para o outro, a dar vozes de comando. O Presidente da Junta, mais calmo, lá por dentro não andaria menos ancho e já considerava que tinha as próximas eleições no papo. Bem o merece, que é homem capaz e trabalhou como um moiro.

Só não gostei muito daquele túnel em forma de triângulo, à entrada da feira. Era uma coisa de madeira, enorme. A perplexidade dos visitantes a esse respeito era grande. Arriscavam-se palpites sobre o que aquilo queria dizer. Chegou a haver troca de insultos entre duas pessoas que se desentenderam quanto ao significado. Um dizia que era uma tenda dos peles-vermelhas; outro, que era um baralho de cartas dispostas para jogar o burro-de-pé. Cá para mim, aquilo era um híbrido de paliçada e pia dos recos. Quem tiver opinião melhor, que diga.

O resto do programa correu tal ou quê, salvo aquilo que foi a grande decepção: o fogo-de-artifício. Havia milhares de pessoas na Avenida Marginal para ver – o que não viram. A culpa foi do nevoeiro. Subia uma girândola de foguetes e a gente o mais que via era um clarão pálido, pelo qual se davam palpites sobre a cor do fogo. “Aquele era verde! Aquele parecia vermelho!” E tivemos que nos

contentar com isto! Dava raiva, Serafim! Nem a cachoeira, nem as letras em fogo preso – nada de nada! Foi o que se chama um balde de água fria, numa noite que, por sinal, já não tinha nada de quente.

Dizem-me que este tempo cadelo que fez foi vingança de uma funcionária pública, que nas horas vagas faz uma perninha de bruxa. Assim como quem diz: “Ai não nos dais tolerância de ponto? Então ides ver...” E rogou uma praga às comemorações. Verdade? Mentira? Quem sou eu para o dizer? Eu estou como o outro que diz: não acredito em bruxas, mas lá que as há, isso há. Incluindo na função pública.

E para acabar, sempre te conto a última que os vila-realenses inventaram a respeito do tempo frio. Dizia um: “Que raio de ideias teve D. Dinis em dar o foral em Janeiro!” Respondeu o outro: “Qual Janeiro! O foral foi dado no Verão, mas só em Janeiro é que veio no Diário da República!”

Eu, que sou funcionário público e estou há que tempos à espera que saia no Diário da República a minha subida de letra, acho a isto um piadão macabro. E tu?

Um abraço ainda mais festivo do amigo certo

Sebastião

* * * * *

41.ª Carta da Bila

Ainda as festas dos 700 anos

11 de Dezembro de 1988

Meu bom Serafim:

Dizes que que a minha última carta te encheu de alegria. Olha que admiração! Não, que tu és vila-realense de gema e tudo o que sirva para engrandecer a Bila é grato ao teu coração. Como eu, Serafim, como eu.

Pedes-me na tua carta que te dê mais pormenores da festa. Sobretudo pedes-me que te conte o modo como se houve o Presidente da República nesta nova visita à Bila. Pois bem. Vou tentar satisfazer a tua curiosidade.

E começo por te falar do Dr. Mário Soares. Aquilo, Serafim, é que é um presidente a valer! Homem dum raio! Consegue estar à vontade seja lá onde for. Imagina tu – isto contaram-mo, que eu a Mateus não vou, que sou alérgico a títulos de nobreza – que quando estava no palácio, vieram umas crianças cantar-lhe as janeiras e, no fim, ofereceram-lhe presentes. Ora um dos presentes o que

vinha a ser? Um par de tamancos. E pediram-lhe que os calçasse ali mesmo. Julgas que se fez rogado? Isso fez ele! Não esteve com meias medidas: sentou-se, tirou fora os sapatos, encabou os pés nos socos e deu dois passos de dança. Tu imaginas o general Eanes a fazer isto? E o professor Freitas do Amaral? Pois fê-lo o Soares – e mais não lhe caiu a presidência à lama.

Já vês como ele terá conquistado, mais uma vez, o coração desta gente, que, sendo simples, gosta de chefes simples. Em Constantim, então, foi um delírio. Aí já eu assisti, que, como te disse, meti um artigo 4^a para poder ir lá saborear um naco de alcatra e ver no que paravam as modas. A certa altura, havia ali uma mesa do jogo do sapo. Estava o Dr. António Cabral todo satisfeito, nas suas sete quintas, mais os jogos populares, que são a oitava. Passa o Soares. Pedem-lhe que experimente atirar uma patela. Como sempre, não se fez rogado. Pega na patela, fecha um olho e deita a língua de lado, a fazer a pontaria, atira – e não é que enfia a patela na boca do sapo, logo à primeira! Olha que aquilo é quase tão difícil como acertar no totoloto, Serafim! Pois ele – pimba! – acerta naquilo com a mesma facilidade com que puxa as orelhas ao governo nos discursos de Ano Novo. Um homem dos diabos, digo-te eu, amigo!

Quanto ao resto, que te hei-de contar que o não saibas já? Bom, da última vez não te falei da parada militar, mas sobre isso, está tudo dito: os militares levam tudo a sério, salvo os corneteiros, que desafinam que se fartam; assim sucedeu desta vez. Não te falei da sessão solene na Câmara, mas também isso decorreu de harmonia com o previsto: nem faltou, no discurso do Dr. Moreira, a infalível “urbe maronesa”. Não te falei da conferência no Arquivo Distrital, mas tudo foi normal: estavam umas duzentas pessoas, cento e noventa das quais atraídas pelo porto de honra e dez pelo tema da conferência. Não te falei das cerimónias religiosas, no frigorífico da Sé. Aí, sim, houve uma coisa insólita que te vou contar. Fui ao canto de vésperas, levado ao engano, porque nunca tinha assistido a nenhum e fazia ideia que fosse assim a modo de uma serenata religiosa. A verdade é que não é bem isso. Havia um coro de Lisboa, de meninos e meninas a puxar para o queque, vestidos com roupinhas leves que, na Sé, nem de verão. A certa altura, estavam eles lá numas cantorias em latim, começam-se a ouvir uma espécie de castanholas. Estranhei as castanholas num trecho religioso e apurei o ouvido: cada vez se ouviam mais alto. Até que descobri. Não eram castanholas coisa nenhuma, Serafim: era uma das meninas que, em vez de cantar, batia os dentes, arreguiçadinha de frio! Verdade, amigo, assim Deus me fale na alma.

E aí tens o que foram os festejos.

Um abraço com dois morteiros do teu

Sebastião

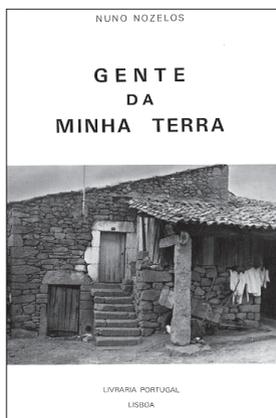
Notícias das Letras



PRÉMIO LITERÁRIO ‘ANTÓNIO CABRAL’ – 2019

O Júri do Prémio Literário ‘António Cabral’ – 2019, constituído por Isabel Maria Fernandes Alves (professora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria da Assunção Anes Morais (professora e presidente da direcção da Academia de Letras de Trás-os-Montes) e Henrique de Matos Morgado (professor da Escola Secundária Camilo Castelo Branco), acaba de divulgar o nome do vencedor da edição deste ano: António Canteiro (nome literário de João Carlos Costa da Cruz), com o original *Não fosse o tumulto de um corpo*. O Júri justifica a sua decisão com o facto de «se tratar de uma obra que revela uma forte sensibilidade poética e inegável qualidade linguística, imaginativa e musical». O original vencedor é, ainda na perspectiva do Júri, «uma obra que, no rigor das suas palavras e no seu fulgor imaginativo, convida a uma leitura atenta e sempre nova do mundo».

O Prémio Literário ‘António Cabral’, instituído bienalmente pela Câmara Municipal de Vila Real, pretende ser uma homenagem ao grande poeta do Douro. À edição deste ano, concorreram cerca de 130 originais, muitos dos quais de poetas brasileiros. O Júri deixou ainda em acta a indicação de que se trata de um conjunto amplo de trabalhos de grande qualidade. A entrega do prémio teve lugar no dia 12 de Outubro, integrada no Encontro de Escritores Trasmontanos e Alto-Durienses.



REIMPRESSÃO DA 3.^a EDIÇÃO DE *GENTE DA MINHA TERRA*

A 3.^a edição *Gente da minha Terra*, considerado por muitos o melhor livro de contos de Nuno Nozelos, datada de 1987 foi objecto de reimpressão neste ano de 2019.

Esta reimpressão, que procura manter viva a figura do escritor, deve-se à diligência da sua viúva, Dona Celeste Nozelos, e foi por ela custeada.

A produção narrativa, em especial os contos, de Nuno Nozelos é a mais festejada parte da sua obra. Fernão de Magalhães Gonçalves, por exemplo, considera Nuno Nozelos «o maior e o mais importante contista pós-torguiano». Ápio Garcia, conhecido publicista, por seu turno, escreve: «O seu livro [*Gente da minha terra*] – agora surgido em nova edição – merece mais do que ser lido. (...) Algo do Nordeste Transmontano está, ali, pujante de autenticidade como se de documentário projectado em panorâmico se tratasse.» E o romancista Fernando Namora: «Apreciei deveras o seu conto. Estilo sóbrio e eficaz, ritmo narrativo adequado ao tema e à ambiência, e, sem dúvida, grande comunicabilidade com o leitor.» E o mesmo Fernando Namora, noutra local, fala de «um evidente domínio da arte de narrar.»

Gente da minha terra, confessa o Autor no prefácio da 3.^a edição, «veio a lume (...) com a veleidade de ser uma tela, embora modesta, que retratasse as gentes nordestinas, relevando essencialmente a sua personalidade, os seus costumes, o seu linguajar e as suas carências.»

O próprio facto de a obra contar já três edições, mais uma reimpressão, é significativo de que se trata de um dos mais flagrantes e conseguidos retratos da ruralidade de Trás-os-Montes.



FALECEU O DR. ANTÓNIO DA EIRA

Faleceu neste mês de Julho de 2019 o Dr. António Joaquim da Eira e Costa (1928-2019).

Publicou sob o nome de António da Eira diversas obras de poesia, apontamentos etnográficos, recolha de canções populares, etc. Publicou ainda numerosos artigos de etnografia, relativos em especial à região da Campeã (Vila Real), em revistas da especialidade.

Recordamos alguns títulos publicados: *A alegria de viver*, recolhas; *Do pensar e do sentir*, poesia; *Flores do Monte*, poesia; *Nossa Senhora da Graça*, poesia; *O Douro do vinho fino*, poesia; *Sanábria e Gibraltar*, impressões de viagem; *Velhas canções trasmontanas*, recolhas.



CARTAS DO P.º LUÍS CASTELO BRANCO

Foi apresentado no dia 18 de Julho de 2019, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Teixeira, o número 21 da 4.ª Série dos Cadernos Culturais do Grémio Literário Vila-Realense, intitulado *Cartas do Padre Luís Castelo Branco ao seu amigo Padre José Maria de Araújo Calheiros*.

Trata-se de uma compilação de dúzia e meia de correspondências enviadas pelo P.º Luís Castelo Branco (sobrinho-neto de Camilo), entre 31 de Janeiro de 1906 e 9 de Janeiro de 1965, a um seu antigo condiscípulo em Braga, o P.º Araújo Calheiros, de Quintão, Ponte de Lima. Para além da transcrição das cartas, algumas das quais reproduzidas em fac-símile, e de ilustração pertinente, o caderno inclui introdução e notas de João Cunha, familiar do P.º Calheiros, que procedeu à apresentação da obra.

De salientar a presença interessada, na assistência, de D. António Augusto Azevedo, o novo bispo de Vila Real, a quem a Vereadora de Cultura, Dr.ª Eugénia Almeida, ofereceu pessoalmente um exemplar do caderno.



ENCONTRO DE ESCRITORES TRASMON- TANOS E ALTO-DURIENSES

Realizou-se no passado dia 12 de Outubro o Encontro de Escritores Trasmontanos e Alto-Durienses, tradicionalmente organizado pelo Grémio Literário Vila-Realense e acompanhado de princípio a fim pela Vereadora da Cultura, Dr.^a Eugénia Almeida. Estiveram presentes cerca de três dezenas de escritores, aos quais estes encontros proporcionam uma oportunidade para estabelecerem ou reforçarem laços, trocarem experiências e discutirem assuntos relativos à actividade da escrita.

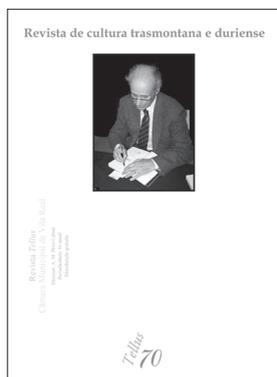
O tema do Encontro era 'Vivências da ruralidade trasmontana e alto-duriense'. Durante a primeira parte foi dada aos participantes oportunidade de darem testemunho das suas próprias vivências e foram lidos textos adequados ao tema de João de Araújo Correia, Bento da Cruz, Nuno Nozelos, A. M. Pires Cabral e António Sá Gué.

A segunda parte foi preenchida com a sessão de entrega do Prémio Literário António Cabral 2019 ao vencedor, escritor António Canteiro, pelo seu original *Não fosse o tumulto de um corpo*. Além do poeta vencedor, estiveram presentes nesta sessão a viúva e uma das filhas de António Cabral, respectivamente Alzira e Eva Cabral, bem como os três elementos que constituíram o júri, Isabel Maria Fernandes Alves, Maria da Assunção Anes Morais e Henrique de Matos Morgado. Presente nesta fase final dos trabalhos, o presidente da Câmara, Dr. Rui Santos, saudou os presentes e manifestou o seu apreço pela organização.

O Encontro foi encerrado com um almoço de confraternização.

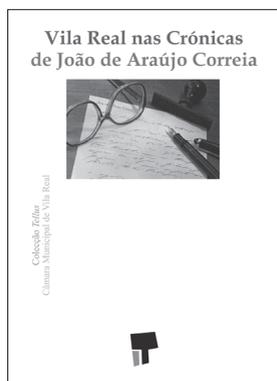
Publicações do Grémio Literário Vila-Realense

No ano de 2019 o Grémio Literário Vila-Realense publicou os seguintes títulos:



Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 70.

Colaboração de A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira, António Conde, Armando Palavras, Dias Vieira, José Alves Ribeiro, Sebastião Bravo.



Vila Real nas crónicas de João de Araújo Correia.
Antologia organizada por Elísio Amaral Neves.



O Mistério do Arcabuzado e do Santo Soldado.
Por Manuel Tavares Teles.



*Cartas do Padre Luís Castelo Branco ao seu amigo
Padre José Maria de Araújo Calheiros.*
Introdução e notas de João Cunha.



Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense,
N.º 71.

Colaboração de A. M. Pires Cabral, Ângelo Sequeira,
António Adérito Alves Conde, António Pimenta de
Castro, Elísio Amaral Neves, Isabel Maria Fernandes
Alves, Sebastião Bravo

Sumário

- Que coisa é o *Eusébio Macário*?
A. M. Pires Cabral 5
- Glossário ameno trasmontano (de humor e amor à caça) – 3
Ângelo Sequeira 10
- A Casa do Paço e os seus morgados (Álvares de Barros e Coelho de Freitas)
António Adérito Alves Conde 19
- Falando da língua do povo do planalto miandês, ou da “Terra de Miranda”
António Pimenta de Castro. 48
- A Propósito de *Frigideiras*
Elísio Amaral Neves 57
- Entre o encantamento e a erosão: A representação da paisagem em *Gaveta do Fundo* de A. M. Pires Cabral
Isabel Maria Fernandes Alves. 61
- Conselheiro António de Azevedo Castelo Branco – Os últimos dias
Luís Castelo Branco 71
- Cartas da Bila (6)
Sebastião Bravo 75

- Notícias das Letras 88
- Publicações do Grémio Literário Vila-Realense 92

